



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
E PÓS-GRADUAÇÃO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS**

KÁTIA NASCIMENTO MEDEIROS

**SOCIALIZAÇÃO DA LEITURA E FORMAS DE INCLUSÃO NO COLÉGIO
ESTADUAL SEVERINO GONÇALO GOMES CAVALCANTE**

**BOA VISTA - RR
2024**

KÁTIA NASCIMENTO MEDEIROS

**SOCIALIZAÇÃO DA LEITURA E FORMAS DE INCLUSÃO NO COLÉGIO
ESTADUAL SEVERINO GONÇALO GOMES CAVALCANTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociedade e Fronteira.

Área de concentração: **Sociedade e Fronteiras na Amazônia.**

Linha de Pesquisa: **Interculturalidade e processos sociais na Amazônia**

Orientador: Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo

Coorientador: Prof. Dr. Benedito Carlos Costa Barbosa

**BOA VISTA – RR
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

M488s Medeiros, Kátia Nascimento.

Socialização da leitura e formas de inclusão no Colégio Estadual
Severino Gonçalo Gomes Cavalcante / Kátia Nascimento Medeiros. –
Boa Vista, 2024.
107 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo.
Coorientador: Prof. Dr. Benedito Carlos Costa Barbosa.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) - Universidade
Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e
Fronteiras (PPGSOF).

1. Biblioteca escolar. 2. Incentivo à leitura. 3. Educação básica.
I. Título. II. Paulo, Evânio Mascarenhas (orientador). III. Barbosa,
Benedito Carlos Costa (coorientador).

CDU (2. ed.) 372.41

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista (UFRR):
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

KÁTIA NASCIMENTO MEDEIROS

**“Socialização da Leitura e Formas de Inclusão no Colégio Estadual Severino
Gonçalo Gomes Cavalcante”**

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Sociedade e Fronteiras e Linha de Pesquisa 3: Territorialidades e Conflitos Socioambientais na Amazônia. Defendida em 17 de junho de 2024 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **EVANIO MASCARENHAS PAULO**
Data: 03/09/2024 15:37:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Evânio Mascarenhas Paulo
Orientador/Presidente/PPGSOF/UFRR

Documento assinado digitalmente
 **BENEDITO CARLOS COSTA BARBOSA**
Data: 03/09/2024 18:06:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Benedito Carlos Costa Barbosa
Coorientador/PROFHISTÓRIA/UFRR

Documento assinado digitalmente
 **ANA LUCIA DE SOUSA**
Data: 05/09/2024 15:27:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Sousa
Membro Interno/PPGSOF/UFRR

Documento assinado digitalmente
 **MARILIA BARBOSA DOS SANTOS**
Data: 05/09/2024 16:17:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Marília Barbosa dos Santos
Membro Externo/ Cap/UFRR

Documento assinado digitalmente
 **RENNER COELHO MESSIAS ALVES**
Data: 05/09/2024 15:53:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renner Coelho Messias Alves
(Membro Suplente – PPGSOF/UFRR)

Dedico este trabalho a Deus,
pois sem Ele não teria
capacidade para desenvolver.
Aos meus filhos que tanto amo
e por acreditarem nos meus
sonhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pelas oportunidades de estudo, pesquisa, trabalho e laços afetivos.

Aos familiares, por todo apoio, principalmente nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Doutor Evânio Mascarenhas Paulo por sua orientação e ao Professor Doutor Benedito Carlos Costa Barbosa por sua coorientação.

A Prof.^a Dr.^a Lúcia Brito pela revisão ortográfica deste trabalho.

A professora Prof.^a Dr.^a Marília Barbosa dos Santos por aceitar participar da banca de defesa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima – PPGSOF pela oportunidade de cursar o mestrado e a querida Secretária Simone Ruiz pela sua dedicação e carinho com todos.

Aos servidores técnicos e docentes do CEM XXXII que acolheram a pesquisa permitindo o estudo em suas dependências.

Àqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização da pesquisa de mestrado.

*Quanto mais me despedaço
mais fico inteira e serena.
Cecília Meireles*

RESUMO

O presente trabalho analisa a “Socialização da leitura e formas de inclusão no Colégio Estadual Severino Gonçalo Gomes Cavalcante”. O objetivo geral foi de analisar as ações de incentivo à leitura promovida pelo Programa Caminhada Literária - PECALI na Escola Estadual Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante na perspectiva de inclusão social. Pautados nos objetivos específicos na proposta de: contextualizar o papel da biblioteca na escola para apoiar as práticas pedagógicas extracurriculares que estimulam ensino/aprendizado dos alunos; identificar as atividades de incentivo à leitura do Programa Estadual Caminhada Literária (PECALI) no contexto da Escola Estadual Professor Severino Cavalcante como atividade extracurricular na socialização do ensino e da aprendizagem; e mostrar as ações de leitura do PECALI promovido pela Secretaria de Educação e sua função nas escolas públicas para levar a leitura. O Enfoque qualitativo da pesquisa se apoia num método que permita a abordagem do real, esforçando-se para compreender o fato da historicidade, por analisar as práticas de leitura por meio da observação. A análise considerada nesse nível indutiva por parte da pesquisadora buscou auxílio nas fontes bibliográficas existentes. A participação da pesquisadora foi empírico-analítica, buscando não se envolver subjetivamente com as variáveis intervenientes, usando como aporte para a análise, instrumentos de coleta empregando fontes secundárias como documentos de órgão oficiais, relatórios da escola em questão, e projeto do PECALI e fontes bibliográficas para a interpretação e análise dos resultados obtidos. A questão do estudo pautou-se em quais são os benefícios do Programa Caminhada Literária - PECALI no que tange ao estímulo à leitura no espaço escolar? Sendo assim, diante dos resultados a pesquisa mostra relevância na vida social e intelectual do aluno, assim como, colabora para a diminuição da desigualdade social, facilita o aprendizado, a linguagem e a escrita, favorecendo ainda, o estimule as interações sociais na escola. Portanto, a abordagem significa pensar em um mundo melhor de oportunidades para os alunos da educação básica de escolas públicas. Pois, a escola deve oportunizar a troca de conhecimento que favoreça o ensino aprendizado não só em sala de aula, mas também em ambiente não formal como biblioteca e sala de leitura.

Palavras-chave: Biblioteca escolar. Incentivo à leitura. Educação básica.

ABSTRACT

This paper analyses the “Socialization of reading and forms of inclusion at the Severino Gonçalves Gomes Cavalcante State School”. The general objective was to analyze the actions to encourage reading promoted by the Literary Walk Program - PECALI at the Professor Severino Gonçalves Gomes Cavalcante State School from the perspective of social inclusion. The specific objectives are based on the proposal to: contextualize the role of the library in the school to support extracurricular pedagogical practices that stimulate the teaching/learning of students; identify the reading incentive activities of the State Literary Walk Program (PECALI) in the context of the Professor Severino Cavalcante State School as an extracurricular activity in the socialization of teaching and learning; and show the reading actions of PECALI promoted by the Department of Education and its role in public schools to bring reading. The qualitative approach of the research is based on a method that allows us to approach the real, striving to understand the fact of historicity, by analyzing reading practices through observation. The analysis considered at this inductive level by the researcher sought help from existing bibliographic sources. The researcher's participation was empirical-analytical, seeking not to be subjectively involved with the intervening variables, using as a support for the analysis, collection instruments employing secondary sources such as documents from official bodies, reports from the school in question, and the PECALI project and bibliographic sources for the interpretation and analysis of the results obtained. The study question was based on what are the benefits of the Literary Walk Program (PECALI) in terms of encouraging reading in schools? Thus, in view of the results, the research shows relevance in the student's social and intellectual life, as well as contributing to reducing social inequality, facilitating learning, language and writing, and stimulating social interactions at school. Therefore, the approach means thinking about a better world of opportunities for basic education students in public schools. The school must provide opportunities for the exchange of knowledge that favors teaching and learning, not only in the classroom, but also in non-formal environments such as libraries and reading rooms.

Keywords: School library. Encouraging reading. Basic education.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa da área de estudo Colégio Professor Severino Cavalcante	22
Imagem 2 – Cecília Meireles	31
Imagem 3 – Modelo de competência e desempenho gerencial.....	37
Imagem 5 – Mapa de localização dos bairros, local de cada escola escrita no PECALI	52
Imagem 6 – Premiação do Concurso de Poesias – feminino	76
Imagem 7 – Premiação do Concurso de Poesias – masculino	77
Imagem 8 – Dinâmica de estímulo à leitura: produção de cartazes.....	78
Imagem 9 – Correio Elegante Pedagógico.....	79
Imagem 10 – Ação Guarde o livro na memória.....	80
Imagem 11 – Alunos e a Coordenadora da Sala de leitura	81
Imagem 12 – Atividade “Amor e gratidão” dentro e fora do colégio.....	82
Imagem 13 – Professores coordenadores da Biblioteca do CEM XXXII	83
Imagem 14 – Organograma Percurso para a abordagem e análise dos resultados.....	84
Imagem 15 – Colégio Severino Cavalcante.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de leitura no Brasil na Educação Básica.....	42
Gráfico 2 – Situação do Ensino Fundamental nas décadas de 1970 a 1980...	45
Gráfico 3 – Causas da evasão escolar.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Localização das zonas urbanas com as respectivas escolas escritas no PECALI: destaque para a legenda das cores no mapa.....	53
Quadro 2 – Abandono escolar – IBGE – 2020	59
Quadro 3 – Comparação das ações de Incentivo à Leitura que caracterizam um tipo de inclusão na escola.....	73

LISTA DE SIGLAS

AMR	Associação dos Municípios de Roraima
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAp/UFRR	Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima
CF	Constituição Federal
CME XXXIII	Colégio Militarizado Estadual Professor Severino Cavalcante
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
DEPE	Departamento de Desenvolvimento de Políticas Educacionais
DIPE	Divisão de Projetos Especiais
ENAP	Escola de Administração Pública
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IPL	Instituto Pró-livro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEBF	Programa Escolas Bilíngues de Fronteira
PECALI	Programa Estadual de Caminhada Literária
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPGSOF	Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira
PPP	Programa Político pedagógico
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
TIC's	Tecnologias da Informação e da Comunicação

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	21
1.1	TIPOS DE DADOS	21
1.2	LÓCUS DA PESQUISA.....	22
1.3	INFRAESTRUTURA DO COLÉGIO SEVERINO CAVALCANTE	23
2	BIBLIOTECA ESCOLAR, FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS.....	25
2.1	BREVE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA	26
2.2	BIBLIOTECA NA ANTIGUIDADE	26
2.3	BIBLIOTECAS NO BRASIL.....	28
2.4	BIBLIOTECAS EM BOA VISTA.....	28
2.5	BIBLIOTECAS INFANTIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	29
2.6	BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS	35
2.7	GESTÃO DE COMPETÊNCIA PARA BIBLIOTECA ESCOLAR.....	36
3	DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	39
3.1	ÍNDICE DA LEITURA NO BRASIL	41
3.2	LEI DE DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	44
3.3	AÇÕES MAIS EFETIVAS PARA MUDAR A REALIDADE ATUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS.....	49
3.4	PROGRAMA E LEITURA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA	50
3.5	TERRITÓRIO E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS ESCRITAS NO PECALI	52
3.6	CRÍTICAS E PROPOSTAS PARA MELHORIAS DA EDUCAÇÃO.....	54
4	INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA	58
4.1	BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO NA ESCOLA.....	61
4.2	TIPOS DE INCLUSÃO, DIVERSIDADE E LEITURA.....	63
4.3	EDUCAÇÃO BÁSICA E TIPOS DE INCLUSÃO.....	67
4.3.1	Inclusão social.....	67
4.3.2	Inclusão Cultural.....	68
4.3.3	Inclusão Digital.....	68
4.3.4	Inclusão Linguística	69
5.	AÇÕES DE LEITURA DO COLÉGIO SEVERINO CAVALCANTE	73
5.1	ANÁLISES DOS RESULTADOS	84
5.2	PERCURSOS DAS ESCOLAS MILITARIZADA	85
1.5	HISTÓRICO DOS COLÉGIOS MILITARIZADOS EM BOA VISTA	85
5.3	PROJETOS DE LEITURAS E AÇÕES DO COLÉGIO SEVERINO CAVALCANTE.....	87
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
	REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Socialização da Leitura e formas de inclusão no Colégio Estadual Severino Gonçalo Gomes Cavalcante” aborda ações lúdicas de leitura por meio de políticas públicas e as propostas pedagógicas de incentivo à leitura na escola. Esta abordagem foi desenvolvida em uma das escolas que faz parte do Programa de Leitura Caminhada Literária – PECALI, na área urbana da cidade de Boa Vista, Roraima, qual o Estado tem uma extensão de fronteira norte do Brasil, que fica na parte setentrional da Região Amazônica brasileira.

Geograficamente, segundo o IBGE (2010), a extensão de fronteira Brasil entre os países da Venezuela e República Cooperativa da Guiana, possui uma área de 2199,0 e de 1605,0 km, respectivamente, o Brasil recebendo um contingente populacional de relevância destes dois países, sendo notória nas escolas públicas a presença de crianças e adolescentes guianenses e venezuelanos matriculados, com os mesmos direitos e o acesso à educação.

Nesta perspectiva há de se pensar a questão do papel das bibliotecas escolares públicas no sentido de oferecer o acesso à informação mediante um acervo diversificado com obras paradidáticas e literárias, basicamente em outras línguas como o francês, o espanhol e o inglês, além da língua portuguesa para contribuir com as práticas pedagógicas de incentivo à leitura de maneira igualitária. Assim como descrito em Santos, Oliveira e Coelho (2017) sobre ambientes favoráveis permite que os sujeitos aprendam cotidianamente, seja em espaços escolares ou em espaços não escolares, mas que também são compreendidos como educativos, a exemplo os movimentos sociais, dentre outros colaboram para a diversidade de saberes que o campo educacional exige.

Portanto, entende-se como biblioteca escolar um local que existe para dar suporte ao ensino e ao aprendizado dos alunos da educação básica, “[...] é um espaço físico voltado para a leitura, a pesquisa, a criatividade, a convivência e a cultura [...] a socialização de experiências e trocas de conhecimento, visando formar cidadãos críticos e autônomos” (Tannure *et.al.*, 2023, p. 5).

Em razão disso, a pesquisa se contextualiza na ação de leitura do Programa Estadual Caminhada Literária (PECALI) que é uma proposta da Secretaria de Estado da Educação de Roraima (SEED), com o Departamento de Desenvolvimento de Políticas Educacionais (DEPE) e pela Divisão de Projetos Especiais (DIPE), do qual propõe a capacitação de professores e o assessoramento, além de orientar projetos de letramento literário na rede pública estadual de ensino em 58 escolas mediante um cronograma mensal.

A ideia de pesquisar a temática surgiu a partir da experiência como bibliotecária no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima (CAp/UFRR), que durante a convivência diária com alunos que transitam nos espaços da biblioteca para estudar, pesquisar e brincar, permitiu perceber este espaço como local de inclusão social, que envolve múltiplos sujeitos sociais. Diante da observação, voltou-se o olhar e o interesse para o CEM Professor Severino Cavalcante, que recebe alunos de diversos lugares e culturas. Além do que, conta com atividades desenvolvidas pelo PECALI da Secretaria de Estado da Educação e Desporto que tem como objetivo capacitar os professores atuantes em Bibliotecas e Sala de leitura das escolas estaduais que fazem parte do programa Caminhada Literária, como formadores de contação de histórias.

Ao propor a inclusão social por meio das atividades lúdicas literária do PECALI, a pesquisa vai em direção à proposta do Programa Político Pedagógico (PPP) do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) cujo objetivo geral é o da formação de recursos humanos capazes de analisar e prover mudanças favoráveis nas condições de vida das populações Amazônicas (UFRR, 2010).

A delimitação do tema para o aporte teórico teve como base teorias e conceitos de temas como incentivo à leitura, biblioteca escolar, inclusão na escola, práticas pedagógicas em espaço de leitura e a ação do PECALI propondo a leitura como atividade extracurricular nos espaços das bibliotecas, para estabelecer as relações sociais, o aprendizado e a reflexão dos alunos, significando a inclusão social. Esta pesquisa torna-se relevante porque procura entender o papel social da biblioteca escolar por meio do incentivo à leitura como instrumento fundamental para o desenvolvimento intelectual do aluno, visto que a formação do estudante, as relações entre escola e aprendizado significam novas demandas para a educação básica.

A biblioteca escolar tem a função de fortalecer e apoiar o processo de ensino e aprendizado, criando projetos de incentivo à leitura, como as atividades de hora do conto, oficina literária, teatro infantil entre outros que promovem a interação dos alunos. Dado que “a biblioteca é um espaço de construção de conhecimento, de cooperação com a dinâmica da escola, de fomento ao interesse intelectual e do enriquecimento cultural e incentiva a formação do hábito da leitura, [...] a biblioteca jamais será uma instituição independente da escola [...], é um espaço de estudo e construção do conhecimento e interesse intelectual e cultural mediante o hábito da leitura” (Côrte; Bandeira, 2011, p. 8).

À vista disso, socializar o conhecimento nos espaços da biblioteca permite criar um vínculo com o aluno, criar leitores e estimular a cada dia essa vivência com os livros. De acordo com o Decreto nº 1018/2018 (Roraima, 2018), o desenvolvimento das atividades de

incentivo à leitura, o PECALI, orienta a elaboração de projetos de letramento literário, de acordo com as demandas e as necessidades das escolas e que enfoquem os eixos arte, literatura e tecnologia. Nesse caso, incentivar a leitura sobre várias abordagens no ensino básico sugere também uma forma de estimular os alunos no ambiente da biblioteca, uma vez que o processo permanente de aprendizado se inicia com assimilação de valores e experiências culturais ao passo da convivência social por meio da leitura, desenvolvendo a comunicação, cooperando para construção do conhecimento e para a formação do indivíduo.

Em razão de a biblioteca escolar contribuir para a construção do saber, a socialização da informação por meio do incentivo à leitura e da pesquisa diante de um acervo diversificado para a mediação da leitura e da pesquisa com propostas pedagógicas extracurriculares que facilitam o aprendizado, e sendo este ambiente interativo facilita para as boas práticas das relações sociais, possibilita o aluno diariamente criar o hábito de interesse de ir a este local não apenas para ler ou pesquisar, mas para se reunir em outras atividades e trocas de ideias, significando uma abordagem de inclusão social.

A pesquisa visa contribuir, ainda, para a produção científica da educação interdisciplinar. Assim como descrito na Constituição Federal (CF) em seu Art. 205 que a educação, sendo “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 2016).

A definição da questão de estudo da pesquisa se refere sobre “quais são os benefícios proporcionados pelo Programa Caminhada Literária (PECALI) no que tange ao estímulo à leitura no espaço escolar? De acordo com a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA)¹, a biblioteca escolar é parte integrante do sistema educativo e a sua função cultural visa o estímulo dos alunos por meio de um ambiente estimulado com eventos e exposições culturais (IFLA, 2005).

De acordo com a perspectiva de inclusão por meio da leitura, para essa justificativa, intenciona uma reflexão acerca da inclusão social por meio da leitura, por intermédio de um conjunto de ações lúdicas literárias, de modo a evitar a evasão escolar. Nesta contribuição, a de se pensar em um mundo melhor de oportunidades para os alunos da educação básica de escolas públicas do qual poderá oportunizar a troca de conhecimento que favoreça o ensino-aprendizado não só em sala de aula, mas também em ambiente não formal como biblioteca e

¹ Fundada em 1927, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (*International Federation of Library Associations and Institutions*), IFLA.

sala de leitura. Desta forma, a proposta a um modelo educacional de troca de conhecimento de modo haver um retorno desse aprendizado, facilitando o aprendizado.

Para Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2009), os espaços de divulgação científica e cultural não podem ser encarados só como oportunidades de atividades educativas complementares ou de lazer, mas devem fazer parte dele de forma planejada, sistemática e articulada.

Diante deste contexto, esta dissertação de mestrado tem por objetivo geral analisar as ações de incentivo à leitura promovida pelo PECALI no Colégio Estadual Militarizado Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante na perspectiva de inclusão social.

São objetivos específicos na proposta de: contextualizar o papel da biblioteca no colégio para apoiar as práticas pedagógicas extracurriculares que estimulam o ensino e aprendizado dos alunos; identificar as atividades de incentivo à leitura do Programa Estadual Caminhada Literária (PECALI) no contexto do Colégio Estadual Professor Severino Cavalcante como atividade extracurricular na socialização do ensino e da aprendizagem; e mostrar as ações de leitura do PECALI promovidas pela Secretaria de Educação e sua função nas escolas públicas para levar a leitura.

A redação do referencial teórico teve como base teorias e conceitos de temas como educação, biblioteca, incentivo à leitura, cultura, processo socioculturais, Escolas públicas na cidade de Boa Vista, bibliotecas escolares, uso da biblioteca e sala de leitura, origem da biblioteca pública infantil, leitura, práticas pedagógicas em espaço não formal, políticas educacionais, políticas para bibliotecas escolares, origem das escolas públicas e Escola Federal, cultura e interculturalidade.

Para desenvolver o aporte teórico que trata de educação, foi preciso conhecer as teorias de Freire (2011). Freire discute que o saber ensinar exige crítica sobre a prática, por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. No que diz respeito à biblioteca escolar, autores como Côrte e Bandeira (2011), que apresentam a biblioteca escolar e sua importância para o aprendizado da leitura. Cerveró (2007) argumenta sobre a importância de ser preciso dotar o leitor de capacidade para os diferentes tipos de leitura, em vários suportes, e desenvolver a capacidade de selecionar, priorizar, avaliar e assimilar informações.

No conceito de Bibliotecas públicas infantis, tem-se como referência a história da poetisa Cecília Meireles que, em 1934, criou a primeira biblioteca infantil especializada no Brasil. No que diz respeito à prática da leitura na biblioteca, Kuhlthau (2004) que trabalha o papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. Nunes e Santos (2020) abordam

sobre a importância da biblioteca dentro do ambiente escolar e suas práticas de mediação na biblioteca escolar para potencializar a leitura.

Sobre normas de comportamento, Hobsbawn (2008) em sua obra “a invenção das tradições” argumenta que “o processo civilizador traz um conjunto de práticas normalmente reguladas e simbólicas que visam inspirar certos valores e normas de comportamento através da repetição”. Entende-se, assim, que a repetição de normas de comportamento auxilia na aquisição de práticas e, automaticamente, no hábito de fazer algo, como pode acontecer com as atividades de incentivo à leitura.

Na perspectiva de prática de comportamentos, no que tange a inclusão social dentro da escola, Santos, Oliveira e Coelho (2017), corroboram no discurso do direito à educação como instrumento para oportunização de sujeitos com melhores condições de participar, igualmente, dos processos de desenvolvimento do nosso país. E, na contribuição de Sebasitán-Heredero e Anache (2020) a inclusão na escola significa um processo de construção coletiva que envolve alunos, professores, gestores, demais funcionários, famílias, poder público e sociedade.

Na prática de biblioteca como espaço mediador da leitura, práticas pedagógicas extracurriculares e políticas que garantem o direito e a segurança do aluno na escola, participam do diálogo Stocker (2011) sobre a importância de ações voltadas para a leitura entre as crianças, que em época ou espaço tem atração pelas histórias contadas ou lidas e Mantoan e Prieto (2006, p.40) que discutem a metodologia e resultados da educação inclusiva caracterizada como “novo paradigma”, apreço à diversidade e condição a ser valorizada benéfica à escolarização de todas as pessoas, pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem.

Souza (2009) defende que cada escola possa adotar seu próprio programa de literatura de acordo com a história de vida e as habilidades das crianças que atendem, de modo a não se limitarem ao ensino da leitura, mas também despertar o gosto e a alegria que ela pode proporcionar. Freire (1989) contribui reforçando as relações da biblioteca com a alfabetização e a importância do ato de ler.

Diante do diálogo dos autores abordados, propor o hábito da leitura entre os alunos é um processo que traz o desenvolvimento do aprendiz. Assim, a pesquisa aprofundou-se a com temas interdisciplinares que contribuem para o processo de inclusão social por meio do incentivo à leitura no espaço da biblioteca. Além de ser um dos componentes essenciais para contribuir com o ensino e aprendizagem na escola.

A dissertação está dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro capítulo descreve a metodologia e os dados. O segundo capítulo contextualiza Biblioteca escolar, funções e características, sua história e políticas públicas que regem estes espaços. Assim, faz um breve histórico das bibliotecas escolares, discutindo acerca das bibliotecas infantis e políticas públicas, o uso da biblioteca escolar como agente de inclusão social via leitura, a gestão da competência para biblioteca escolar. O terceiro capítulo busca contextualizar o direito à educação de qualidade. Deste modo, apresenta o índice de desenvolvimento da educação no Brasil, a inclusão social na escola, o índice da leitura no Brasil e a Lei de Diretrizes da Educação (LDB) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e Base Nacional Comum Curricular. O quarto capítulo apresenta inclusão social na escola e tipo de inclusão. E por fim, o quinto capítulo vem trabalhar Ações de leitura do Colégio Severino Cavalcante, Escolas militarizadas e Análise e resultados da pesquisa.

1 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O enfoque da pesquisa apoia-se em dados documentais com um método que permitiu a abordagem do real, esforçando-se para compreender o fato da historicidade, por analisar as práticas de leitura por meio da observação e da análise documental. Pois, segundo, Moreira (2003) a intenção de procedimentos metodológicos, não é a de defender ou sugerir uma ou outra dessas abordagens, mas sim a de prover subsídios sobre o tema, procurando ser útil como uma espécie de introdução à pesquisa em ensino. Nesta perspectiva os eventos focalizados nesta pesquisa consideram o nível indutiva por parte da pesquisadora, qual se buscou quanto possível não se envolver subjetivamente com as variáveis intervenientes, usando como aporte para essa análise, instrumentos de coleta empregando fontes secundárias como documentos de órgão oficiais, relatórios do colégio em questão, projeto da ação Caminhada Literária (PECALI) e fontes bibliográficas para a interpretação e análise dos resultados obtidos.

Quanto à temporalidade da pesquisa, se deu em torno de um ano e meio, logo após a aprovação do projeto de pesquisa em 2023. Buscando, para a redação metodológica por meio de documentos especializados, onde foram analisadas as teorias que discutem questões como: biblioteca escolar e sua função, história da biblioteca escolar no Brasil, Guias das bibliotecas brasileiras do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1976), biblioteca infantil Cecília Meireles em 1934, educação, inclusão social, leitura, uso de bibliotecas, pesquisa na biblioteca e na escola, Instalação de bibliotecas infantis pela Lei nº 3853/50.

1.1 TIPOS DE DADOS

Segundo as fontes de informação, utilizou-se como método para a pesquisa de campo (observação e conhecimento empírico) e pesquisa social (identificação de aspectos importantes do objeto de estudo em determinado grupo social). Portanto esta teve como aporte, o colégio inserido na rede pública ensino, administrado pelo governo do estado de Roraima, que permitiu obter mais facilmente acesso às autoridades competentes e aos documentos de registros do colégio, regimentos e decretos para a análise dos resultados.

No enfoque qualitativo, a pesquisa se apoia num método exploratório que permitiu a abordagem do real, esforçando-se para compreender o fato da historicidade, por análise da prática de pesquisa no loco das atividades. Como também, foi necessário mostrar as bases empíricas e teóricas de cada argumentação, portanto procurou-se perceber e analisar as práticas exercidas de pesquisa na biblioteca e Sala de leitura, sendo a objetividade e a análise

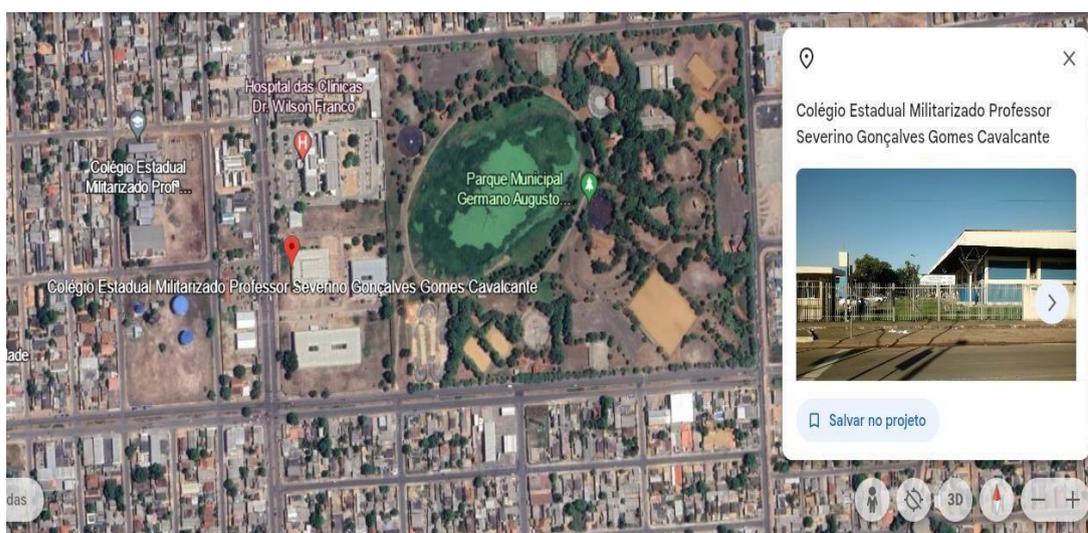
consideradas nesse nível indutiva, uma observação específica sobre os fatos, por parte da pesquisadora que buscou como auxílio as fontes bibliográficas existentes.

Vale ressaltar a participação da pesquisadora foi empírico-analítica, usando como aporte para essa análise subjetiva instrumentos de coleta empregando a técnica através documentos com fotos e cópias digitalizadas das atividades desenvolvidas pelos discentes, posteriormente analisadas à luz das teorias empregadas durante o processo de redação da dissertação, e assim se fez a interpretação e análise dos resultados obtidos. Quanto a definição da questão de estudo permitiu percorrer a análise que chegou no texto final, a partir dos dados e informações coletados quais permitiram apresentar além do texto, figuras, quadro, tabelas e gráficos para uma melhor demonstração dos resultados da pesquisa.

1.2 LÓCUS DA PESQUISA

O campo da pesquisa desta dissertação situa-se no bairro Silvio Botelho, zona oeste da cidade de Boa Vista, Roraima, que tem como bairros adjacentes: Pintolândia, Senador Hélio Campo, Santa Luzia, Sílvio Leite, Nova Canaã, Vila Olímpica, Cambará e Jardim Tropical. Devido à localização do colégio e pela quantidade de alunos matriculados, há a possibilidade de a escola atender alunos de vários bairros que estão na circunferência vizinha. O colégio atende uma demanda de alunos entre os anos finais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, sendo 1783 (mil setecentos e oitenta e três) alunos matriculados, segundo dados da secretaria, entre os turnos matutino e vespertino.

Imagem 1 – Mapa da área de estudo Colégio Professor Severino Cavalcante



Fonte: Google Earth: sw6lnaW8gc2V2ZXJpbm8gY2F2YWxjYW50ZRgCIAEiJgokCY

Importante ressaltar que apesar de a cidade de Boa Vista ter proximidade com a região de fronteira com a República Bolivariana de Venezuela e com a República Cooperativista da Guiana, nos dados estatísticos do Colégio Militarizado Severino Cavalcante não há informações sobre as nacionalidades dos alunos matriculados não são colhidos, por ser uma característica do próprio sistema de matrícula. Então pela falta desta informação não se aborda nesta dissertação o conceito das respectivas culturas dos alunos.

1.3 INFRAESTRUTURA DO COLÉGIO SEVERINO CAVALCANTE

O espaço físico, segundo descrito no histórico do colégio, há 30 (trinta) salas de aula, cinco salas administrativas e pedagógicas, uma secretaria, duas salas de vídeo, uma sala de professores, uma sala de leitura, uma biblioteca, uma sala de música, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, um gabinete médico e outro odontológico, uma copa, uma cantina, um almoxarifado, oito baterias de banheiros e um refeitório. O espaço ainda conta com um prédio anexo, com dozes salas de aulas, um auditório, quatro bateria de banheiros, uma sala de coordenação administrativa e pedagógica, uma sala de leitura, uma sala de vídeo, uma sala para descanso, um parque recreativo e uma quadra de esportes. Há, ainda, um Ginásio poliesportivo, uma cozinha, um refeitório, uma sala para guardar a merenda escolar, cinco salas de aulas, um almoxarifado e mais uma dependência administrativa. Como também, uma lavanderia, uma sala para guarda de material inutilizável, um banheiro e, na parte externa, compreendendo um parque recreativo, uma horta escolar, um campo de futebol de areia e outra lavanderia.

Nesse sentido, “considerando que cada escola possui características próprias e que nenhuma é igual a outra, o professor precisará também ser criativo, buscando sempre soluções para que o planejamento de suas aulas seja executado de maneira adequada à realidade escolar” (Fontes, 2017, p. 19), pode-se afirmar que o Colégio Severino Cavalcante apresenta uma boa organização espacial. Graças à boa estrutura de ambiente escolar foi reconhecido como uma “escola padrão”, adequada para atender ao processo de ensino e aprendizado, quando as aulas eram em tempo integral e contou com a parceria de um projeto de intercâmbio com a Southwest Baptist University uma universidade norte-americana de Missouri.

Sob o mesmo ponto de vista, para Matos (2005) defende que um bom funcionamento e desenvolvimento do ensino depende de se pensar, planejar e organizar espacialmente de maneira correta a infraestrutura de uma escola proporciona um aprendizado diferenciado. A vista aérea da localização do Colégio Severino Cavalcante mostra uma estrutura de três

anexos, que amplia as possibilidades de integração de sua comunidade escolar. Além de estar localizada em uma área preservada e arborizada que é o Parque Germano Sampaio.

Sob esse viés, implica dizer que o colégio se apresenta como um espaço apropriado ao incentivo de outras atividades voltadas para o meio ambiente e até mesmo o cultivo de horta comunitária em benefício da merenda escolar. Importante ressaltar, que desde o mês de dezembro de 2023, a escola passa por melhorias e revitalização dos ambientes de estudos, as quais trarão mais conforto para os alunos. Como também o colégio é um local de fácil acesso, por estar bem centralizados nas proximidades comerciais, saúde pública e policiamento militar; é importante pensar o papel da escola pública na sociedade para um desenvolvimento de qualidade da educação pública, sobretudo dos alunos da área considerada periférica. Mas ganha qualidade devido à concentração do centro comercial.

2 BIBLIOTECA ESCOLAR, FUNÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Conceituar a biblioteca escolar ainda significa, em algumas escolas públicas, um amontoado de livros didáticos empilhados sem uma organização definida, inexistência de livros paradidáticos e sem organização e direcionamento para empréstimo de livros. Às vezes, até estas salas se transformam em depósito para a guarda de material. Ou há pessoas despreparadas para gerenciar. Entretanto, para que a biblioteca escolar exerça seu papel vai depender primeiramente da maneira que ela é vista como necessidade dentro da escola e segundo, pelo poder público de contratar bibliotecários para gerenciar estas unidades de informações de maneira adequada. Assim como descrito em Côrte e Bandeira (2011, p. 8) a biblioteca escolar é um espaço de estudo e construção do conhecimento, que visa cooperar com a dinâmica da escola, despertar o interesse intelectual, favorecer o enriquecimento cultural e incentivar a formação do hábito da leitura.

Contudo, a Biblioteca escolar pública enfrenta seus desafios, por outro lado é necessário instituir diretrizes e programas culturais nesses espaços que incentivem à leitura e a pesquisa, para não deixar em desuso. A biblioteca escolar deve atuar como órgão auxiliar e complementar da escola, facilitando aos alunos acesso aos livros “o mundo fantástico do saber, das descobertas, dos sonhos, do imaginário conto de fadas ao mundo do assombrado bem como a orientação clara [...] às pesquisas” (Kieser; Fachin, 2008, p. 2).

O perfil do profissional para trabalhar nestes locais deve ter as seguintes competências:

Possuir curso de biblioteconomia, ser um investigador, possuir, espírito crítico e bom senso, ser participativo, flexível, inovador, criativo, possuir capacidades para gerenciar e administrar, possuir capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal [...] saber que informação é imprescindível à formação do cidadão [...] (Côrte; Bandeira, 2011, p. 15).

Sendo assim, cabe ao bibliotecário a função de gerenciar e administrar estas unidades de informação para que se cumpra o papel de apoiar as práticas pedagógicas de maneira clara, organizada, e de fácil acesso à pesquisa. Para que se cumpra a Missão da Biblioteca escolar que é a razão de existir, assim como descrito por Côrte e Bandeira (2011, p. 7) “a missão deve servir de critérios para orientar os rumos que a organização tomará. O que ela deve cumprir, e o que fazer para que adquira significado social”.

Para a UNESCO em seu manifesto (IFLA, 2005, p. 1) a biblioteca escolar tem a missão de propiciar informação e ideias fundamentais para seu funcionamento bem-sucedido na atual sociedade, baseada na informação e no conhecimento. Além disso, a Biblioteca

Escolar propicia um ambiente lúdico, interativo e dinâmico e acervo organizado com temas propostos pelo PCN, para cada ano/série, acessível a pesquisa das crianças, e sendo assim diferencia-se das demais tipologias de bibliotecas. Além disso, Brasil (2007, p.21) aponta a Biblioteca escolar como um centro de recursos educativos, integrado ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e a informação.

É importante acrescentar também, a característica da biblioteca escolar da rede pública que se diferencia das demais de instituições particulares por incorporar em seu acervo livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, distribuídos pelo Plano Nacional de Biblioteca da escola desenvolvido desde 1997.

A biblioteca escolar existe porque existe aluno e, portanto, atua para dar suporte às atividades escolares por meio das bibliografias complementares direcionadas aos estudos e a pesquisa dos estudantes. Considerando a leitura instrumento necessário, a biblioteca escolar de acordo com o Manifesto para biblioteca escolar (IFLA, 2005, p. 2) é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

2.1 BREVE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA

Vinculado ao tema da pesquisa, foi necessário abordar o tempo e espaço das Bibliotecas, desde a antiguidade, sua origem no Brasil e na Cidade de Boa Vista. E para contextualização sobre a origem das bibliotecas escolares em Boa Vista, a pesquisa se apoia no Guia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1979) que classifica o registro de todos os tipos de bibliotecas no Brasil a partir do Século XVIII.

Na longa viagem, da antiguidade como a Biblioteca de Alexandria, passando pela história da Biblioteca Real de Lisboa até a chegada dos livros no Brasil trazidos pela família real em 1807, aborda-se ainda a origem na cidade de Boa Vista, formação e transformação. Portanto, para contextualização sobre a origem da biblioteca escolar em Boa Vista, a pesquisa se apoia no Guia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1979) que classifica o registro de todos os tipos de bibliotecas no Brasil a partir do Século XVIII.

2.2 BIBLIOTECA NA ANTIGUIDADE

Biblioteca de Alexandria que detinha o poder da guarda dos mais valiosos manuscritos da humanidade “nesse ínterim, apareceu a figura do bibliotecário, que preside o

funcionamento e à organização da instituição” (Baratin; Jacob, 2006, p. 46). Segundo os autores, a biblioteca de Alexandria seria um enxerto bem-sucedido de uma ideia ateniense, nascida na escola filosófica de Aristóteles, o Liceu: uma comunidade de intelectuais, que se dedicava à pesquisa e ao ensino qual encontra na biblioteca seu instrumento de trabalho.

Pode-se dizer que a figura da biblioteca naquela época era alvo de prestígio e dedicação dos grandes filósofos, tanto que segundo a história, Aristóteles é o primeiro a reunir uma grande coleção (*sunagagon*) de livros e a ter ensinado aos reis do Egito a maneira de organizar (*suntaxin*) uma biblioteca.

De acordo com os relatos da história de Alexandria (Baratin; Jacob, 2006, p. 46) descreve que:

Para Aristóteles o “leitor” contribui para modificar a condição do livro: suporte de arquivamento a preservar a literalidade dos textos das falhas da memória da humanidade, o livro é também reconhecido como fonte de informação e em memória de Aristóteles, o rei Alexandre Magno, assegura o local como um negócio de Estado, define a missão e o controle de acesso para a pesquisa.

De seu apogeu ao seu declínio no outono de 48 A.C., aconteceu uma grande inocência em Alexandria, qual para alguns historiadores divergem quanto ao fato de a Biblioteca também ter sido atingida, perdendo-se grande parte do acervo cultural (História do Mundo, 2024). Nestes contextos de contrastes de informações sobre o desaparecimento da biblioteca de Alexandria, o domínio da acumulação do saber e do poder é fruto de uma política para o desaparecimento de sua existência. Pode-se dizer que a história de Alexandria se firma numa nova relação com o tempo e o espaço para dialogar e confrontar com os livros contemporâneos.

A Biblioteca detentora de poder de informações que nem foi a biblioteca de Alexandria, com imensos escritos valiosos, remete pensar como a guardiã da informação, e traz à memória o filme “O nome da rosa” lançado em 1986, do escritor Umberto Eco, que retrata como eram as bibliotecas dos mosteiros no ano de 1327 na Itália e de como vivia a classe minoritária, consideradas plebes, em condições precárias e sem o acesso ao conhecimento intelectual. Como a história relata, houve um tempo de glória para as bibliotecas, motivo de luta e poder, tendo em vista o acúmulo de informações, mostrando assim, que quem detinha o poder eram detentores também do conhecimento, fazendo assim, transmitir, divulgá-lo, ensiná-lo ou não.

2.3 BIBLIOTECAS NO BRASIL

No Brasil, a história da biblioteca começa em a partir de 1807 com a chegada da Corte Portuguesa, trazendo aparte da Biblioteca Imperial. E que era sinônimo de poder, pois havia escritos da história não só da monarquia, mas também de várias ciências. Antes disso, em 1750, antes de ser transferida para o Brasil, a biblioteca imperial sofre um sinistro e todo o acervo desapareceu mediante um grande incêndio.

E diante das medidas emergências, a reconstrução da nova biblioteca, assim, com está descrito em Schwarcz (2002, p. 34) que:

A Livraria Real era tratada como uma espécie de ícone da monarquia e Portugal guardava para si a marca da “civilização”. Seus cerca de 70 mil livros faziam dela uma das melhores do gênero, que infelizmente devido um terremoto, todo esse império de informações fora destruído durante um incêndio. Sua reconstrução estaria incluída entre as tarefas emergenciais que visavam reconstruir Lisboa após o acidente após 1755, como se os livros fossem estratégicos e carregassem uma razão simbólica e um capital cultural digno dos mais importantes negócios do Estado.

Diante do ícone representativo dos livros, finalmente, após a chegada da Corte Portuguesa que fugia das tropas de Napoleão em Lisboa, centenas de caixotes de coleções chegam ao Brasil, que segundo Schwarcz (2002), representavam litígio político entre Portugal e Brasil em 1811, fazendo com que ao retorno a Lisboa D. João VI e após seu bibliotecário com apenas uma parte dos manuscritos referente à história de Portugal.

2.4 BIBLIOTECAS EM BOA VISTA

Oportuno a história das bibliotecas públicas, aborda-se também, uma breve história do surgimento da cidade de Boa Vista, que segundo dados da Associação dos Municípios de Roraima (AMRR, 2023) a cidade se originou-se nas redondezas de uma fazenda denomina Boa Vista do Rio Branco, estabelecida no local por volta do século XIX, formando aos redores desta fazenda um povoado, a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo em 1926. E em, 1940, com a criação do Território Federal de Roraima, a cidade foi escolhida para ser a capital do estado.

E, em 1945, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil (IBGE, 1976), surge na cidade a primeira *Biblioteca Pública* do Estado ou Popular, localizada na Av. Joaquim Nabuco, 202, Centro Cívico da cidade de Boa Vista, com um acervo de 11.030 volumes entre livros e 330 folhetos e tinha uma demanda de atendimento anual de 6.680 usuários.

Quanto a primeira biblioteca escolar classificada pública, aparece em 1949 na escola Monteiro Lobato 1º Grau, situada na rua Araújo filho, 1200, centro da cidade, cadastrada como sendo administração federal. A área física foi estimada em 32m² para compor um acervo de dois mil e oitenta e três exemplares, entre livros e folhetos.

A estatística anual de atendimento nesta unidade de informação escolar era de duzentos e oitenta e sete, em 1976 datas do levantamento, segundo o IBGE. Enfim, diante da trajetória das bibliotecas até chegar no Brasil, que influenciaram até a criação das bibliotecas escolares, apresentam suas contribuições e importância na atualidade para o desenvolvimento intelectual da humanidade, considerando a leitura como proposta para colaborar com o aprendizado, o desenvolvimento cultural e social dos alunos, nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

2.5 BIBLIOTECAS INFANTIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Relacionado ao olhar para a biblioteca como disseminadora da informação e incentivo à leitura, vem a figura importante do bibliotecário documentalista atuando nestas unidades, com formação e capacitação para planejar, coordenar, elaborar plano de estratégia, e outras ferramentas de rotina administrativa que vai desde a organização em um plano universal de catalogação, ao desenvolvimento do acervo com qualidade e a gestão de competência que facilita a relação interpessoal de trabalho. Com esta visão falar da biblioteca infantil ou escolar é abordar um mundo de imaginação criada pelas crianças durante os momentos de contação de história. Dessa maneira, importante ressaltar ainda, a figura de uma das maiores escritoras do país, Cecília Meireles que protagonizou e vivenciou o mundo de imaginação através de suas belas poesias e histórias, que motivaram a fundação da primeira biblioteca infantil no Brasil.

A partir desta perspectiva, a primeira Biblioteca infantil na década de 1950, se consolidou através do projeto de Lei Municipal nº 3.853 de 18 de março de 1950, na gestão do prefeito Lineu Preste, na cidade de São Paulo (São Paulo, 1950). Com o decreto, as bibliotecas seriam instaladas nos chamados distritos e subdistritos: Santana, Braz, Lapa, Butantã (Pinheiros), Ipiranga, Penha, Tatuapé, Vila Maria, Casa Verde, Vila Mariana, São Miguel Paulista e Itaquera e nas subprefeituras de Santo Amaro (Prefeitura De São Paulo, 2022). Indispensável ressaltar que a Lei municipal, mostrava a preocupação para contratação de pessoas especializadas e capacitadas para trabalhar nas bibliotecas escolares, no caso os bibliotecários.

Conforme descrito no Art. 2 parágrafo I:

O provimento efetivo dos cargos de bibliotecário far-se-á mediante concurso de título e provas para os quais além dos documentos exigidos pela legislação municipal, exigir-se-ão: a) diploma de professor normalista; b) diploma ou certificado de conclusão de cursos de biblioteconomia mantidos por estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos; c) diploma ou certificado de conclusão de cursos de especialização de ensino de cegos, mantidos por estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecidos, quando se tratar de ingresso para a Secção Braille (São Paulo, 1950).

As certificações exigidas dos cursos e diploma do curso de biblioteconomia e especialização de ensino de “*educação especial*”, que na época era chamado de estudo de cegos, era uma das exigências para se trabalhar nas bibliotecas infantis. Segundo registros, ainda em 1950, foi implantada a Biblioteca do Centro de Memória e Convívio da Lapa – SP e alguns anos depois a Biblioteca Infantil de Vila Romana e a Biblioteca Infanto-Juvenil de Vila Romana por meio do Decreto nº 22.555 de 6 de agosto de 1986, na então gestão do prefeito Jânio Quadros, a Biblioteca Infanto-Juvenil Cecília Meireles.

Com ênfase a “Biblioteca Cecília Meireles”, importante abordar a dedicação da poetisa para com o incentivo à leitura e a literatura. De acordo com dados do Portal ABC (2022), ao longo de sua caminhada de poetisa, jornalista, cronista e contadora de histórias, Cecília Meireles se dedicou à educação e é considerada a principal poetisa do século XX, fundando também a primeira biblioteca infantil do Brasil.

Segundo Blastingnews (2023), em 1934 Cecília foi nomeada pela Secretaria de Educação da Prefeitura do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para dirigir um Centro Infantil. E sendo assim, a poetisa criou uma Biblioteca Infantil especializada que funcionaria no Pavilhão Mourisco, em Botafogo. No espaço infantil, além de livros infantis, reunia atividades para a música, cinema, cartografia e jogos. Como também, espaços especiais com o cenário de Mil e Uma Noites onde encantava e impressionava de forma contagiante os visitantes.

Imagem 2 – Cecília Meireles



Fonte: Blastingnews, 2023.

Com tantas dinamização e criatividade, sobretudo a dedicação de Cecília Meireles, ainda tinha neste espaço, conforme descrito por Blastingnews (2023, online):

Nas torres do Pavilhão foram instaladas surpreendentes coleções de estampas e selos, bem como uma discoteca. Inteiramente vibrante e ativa, a Biblioteca infantil criada por Cecília estava sempre dando espaço para datas especiais. Nessas ocasiões, era impresso um vasto material voltado para cada uma delas com textos breves, fotos, poemas e figuras ilustradas. Tudo destinado ao público infantil, cuja linguagem era pessoalmente supervisionada pela poetisa.

Na inauguração da biblioteca infantil, Cecília Meireles iniciou um inquérito pedagógico junto as crianças de 24 escolas públicas do Distrito Federal, sobre a preferências de leitura de crianças entre 11 e 14 anos (Pimenta, 2001, p. 10). Abordagem histórica de Cecília, mostra da importância para incentivar a leitura nas escolas por meio das bibliotecas escolares, promovendo projetos facilitadores à leitura conforme o público de cada segmento educacional. “Pois, assim, conforme descrito por Colomer (2007, p. 97) os livros escolhem protagonistas e um espaço-temporal muito semelhante aos de seus supostos destinatários”.

O pensamento de Colomer faz lembrar uma das cinco leis de Ranganathan, bibliotecário e matemático que diz: “*para cada livro o seu leitor*”. Contudo, a abordagem histórica de Cecília Meireles para a investigação do gosto de leitura de cada segmento escolar, significa disponibilizar no acervo livros literários que desperte o gosto e o prazer pela leitura de cada tipo de público e faixa etária. Neste contexto, vale pensar as políticas públicas para fortalecer o papel das BE a profissão do bibliotecário, que em 1950, através da Lei municipal nº 3.853/50 do Estado de São Paulo (São Paulo, 1950) exigia-se uma formação mais qualificada para trabalhar nas bibliotecas escolares.

Do contrário, a biblioteca escolar nos dias atuais, as exigências para a contratação de bibliotecário não são mais tão exigentes como antes, como se ver na a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, obrigando apenas que o poder público desenvolva esforço para a universalização das bibliotecas escolares mediante a contratação de um profissional da área de biblioteconomia.

Na tentativa da obrigatoriedade para que essas bibliotecas voltassem a funcionar exercendo seu papel, que seria dez anos, tanto o setor de ensino público como o privado de todo o país contariam com um profissional de biblioteconomia. Por outro lado, essas determinações não foram cumpridas, e em 2019, foi criado o projeto de Lei Nº 5656, de 2019, nº 9.484/2018, na Câmara dos Deputados, que altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) (Brasil, 2024).

A referida lei discorre a biblioteca escolar um equipamento cultural. Mas para que essa determinação funcione vai depender do interesse do órgão educacional e /ou de uma severa fiscalização dos Conselhos de Biblioteconomia (CRB) de todo o país. Visto que, durante a vigência da lei anterior nº 12.244/10, pouco andou para o fortalecimento das BE, devido à falta de interesse do próprio Estado para colaborar e exigir a contratação de profissionais capacitados para atuarem nestas unidades de informação que na maioria, principalmente nas públicas, são professores encostados se esforçando para fazer o papel de bibliotecários, já que o Estado não contrata. Ressaltando ainda, que “o incentivo à leitura enquanto a ação de estreitar laços entre aluno e a leitura, depende das condições materiais e culturais dos pais ou responsáveis e da escola” (Barbacovi; Oliveira, 2010, p .63).

Por outro lado, para Mantoan e Prieto (2006, p. 33), “as instituições escolares, ao reproduzirem o modelo tradicional, não tem demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social”. Assim como, com o fortalecimento com criação do SNBE mediante os objetivos de competências em Bibliotecas Escolares obrigará a garantia para uma educação de qualidade no campo da leitura e da cultura.

Conforme descrito na Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024:

Art. 2º para os fins desta lei, considera-se biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, cujos objetivos são: i – disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes; ii – promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita.

[...] “Art. 2º-A Fica criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), com as seguintes funções básicas: I – incentivar a implantação de bibliotecas

escolares em todas as instituições de ensino do País; II – promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes; III – definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local; IV – implementar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de ampliação, de guarda, de preservação, de organização e de funcionamento [...] (Brasil, 2024).

Com o incentivo para criação de bibliotecas escolares, conforme citado em Brasil (2024), promoverá habilidades de um modelo diferenciado de unidade de informação nas escolas objetivando o desenvolvimento do aprendizado do aluno e respectivamente a promoção da inclusão social no contexto escolar.

Com a nova Lei nº 14.837/2024 que iniciou através do projeto de Lei 5656/2019, as determinações são para que a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, no caso os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas (Brasil, 2024). Dessa maneira, volta a esperança para que as bibliotecas escolares se fortaleçam na promoção do incentivo à leitura e a pesquisa e com a atuação de um bibliotecário para coordenar e definir critérios de serviços e organização da informação objetivando o aprendizado dos alunos e de fato realizando ações que propicie a inclusão dentro da escola por meio da leitura.

Sendo assim, a biblioteca escolar pública por meios das políticas públicas busca incluir o aluno no meio social, mas para isso as atividades de leitura nestes espaços são importantes para incluir e fortalecer a inclusão nos setores da educação. Pois a inclusão não se limita apenas na educação especial e sim com a participação de modo geral, a toda comunidade escolar. O Projeto de Lei nº 9.484/2018, passa a vigorar por meio da Lei nº 14.837/2024, altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) (Brasil, 2024).

Dessa forma, o objeto da lei art. 2º considera a biblioteca escolar o equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo. Além disso, no inciso IV dispõe que a Biblioteca escolar se apresenta como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

Nessa perspectiva as bibliotecas escolares públicas objetivam dar suporte as atividades escolares, assim como está descrito no manifesto da UNESCO (IFLA, 2005, p. 2):

A biblioteca escolar surge para dar suporte a política educacional, oferecendo oportunidades e vivências a produção e uso da informação [...] A biblioteca escolar

é essencial a qualquer tipo de estratégia de longo prazo no que respeita a competências à leitura e escrita, à educação e informação e ao desenvolvimento econômico, social e cultural.

Por outro lado, Batista (2009, p. 84) comenta que “é importante levar em conta outros assuntos discutidos pelos estudiosos como o financiamento da biblioteca escolar, a relevância de se ter uma legislação específica sobre ela, qual o cenário apresentado relativo ao tema no Brasil, a importância do profissional bibliotecário neste contexto”. Importante ressaltar ainda, especificamente no município de Boa Vista, que a maioria das escolas públicas municipais as bibliotecas perderam espaço para aderir uma sala de aula, devido à demanda de imigrantes na cidade, conforme dados da Secretaria de Educação do Município. Essa problemática impede que os alunos das séries iniciais do 1º ao 5º ano, tenham acesso à leitura e a informação se comparado a dificuldade do acesso ao livro visto que a indústria livreira é de alto custo, dificultando o acesso ao livro literário, pelas pessoas de baixa renda.

A situação em que se encontram algumas das Biblioteca escolar públicas, recorre um alerta aos governantes a maneira de como se dar ou não, o acesso à informação, indicando sua situação adversa no processo de ensino-aprendizagem. Além de que em algumas regiões decresceu a partir de alguns anos desde sua origem no país, pois antes a biblioteca era motivo de seletividade, e com o passar dos anos o interesse dos governantes desapareceu.

Segundo Pinheiro (2014) ao longo da história, as bibliotecas desempenharam um papel inquestionável na construção das sociedades, independentemente das diferentes designações e funções que adquiriram com o passar dos tempos. Pensar a Biblioteca Escolar (BE) na sociedade contemporânea implica pensar em um local ativo, lúdico e organizado para atender a comunidade escolar quanto ao processo ensino/aprendizado. A biblioteca não pode ser mais vista como algo obsoleto e ultrapassado. Mas que crie alternativas para a integração do aluno neste ambiente por meio dos recursos informais.

Pinheiro (2014, p. 6) contextualiza quanto a isso que:

A biblioteca escolar apresenta-se hoje como um centro de recursos informacionais e é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, tornando-se responsável, em grande medida, pela promoção e desenvolvimento das competências de leitura e literária, que permitirão aos alunos, a integração efetiva e profícua na sociedade do conhecimento.

A partir de agora com a criação do SNBE o sistema de ensino do País está obrigado a desenvolver esforços progressivos para a universalização da biblioteca efetivada no prazo máximo de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE), mediante a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diante da Lei, as funções básicas das bibliotecas escolares com a criação

do SNBE, é incentivar a implantação de BE por todo o país, promover a melhoria do funcionamento, para que atuem como centros de ação cultural e educacional [...] criando convênios que contribuam para o desenvolvimento da leitura (Brasil, 2019b, p. 6).

Desse modo, propor escola de qualidade é, portanto, criar oportunidades de aprendizagem inclusiva na tentativa de construir a valorização da criança e do adolescente e seus direitos garantidos de uma educação de qualidade em um plano estratégico de ensino compartilhado com as ações da biblioteca.

2.6 BIBLIOTECA ESCOLAR COMO ESPAÇO DE DISSEMINAÇÃO DE PRÁTICAS SOCIAIS

Estratégias de incentivo à leitura ganha espaço, como descrito na contribuição de Solé (1998) quanto ao livro, cabe destacar a reflexão de fundo sobre os objetivos do ensino e da aprendizagem da leitura e o esforço por situá-lo no contexto mais amplo das funções que a escola na sociedade atual deve desempenhar. A autora descreve pontos consideráveis do manejo do conhecimento que são essenciais como um livro pode ser tão rico. Que de acordo com Kuhlthau (2004, p. 19) as habilidades para usar a biblioteca e os recursos informacionais não são aspectos isolados do projeto pedagógico da escola. Assim como a leitura e a escrita, constituem um conjunto de habilidades para alcançar os objetivos de aprendizagem.

Por outro lado, o uso da biblioteca escolar e práticas educativas, segundo Souza (2009, p. 74) vai da necessidade de desenvolvimento das negociações de leitura, em sala de aula e na biblioteca, advém da detecção de que a razão de ser escola e dos seus efeitos sociais não pode se reduzir na vontade de um indivíduo. Ou seja, o conjunto de ações na biblioteca vai depender dos interesses dos seus ocupantes, professor/aluno e o profissional da biblioteca.

O acesso à informação na biblioteca pelos alunos vai depender também de como é apresentada na escola, se está de fácil acesso, se existe divulgação, se o conteúdo é de livre acesso, se pode tomar como empréstimo. São esses mecanismos que facilitam para que se crie na escola o hábito de ir à biblioteca com intuito do conhecimento. Costa (2010, p. 24) contextualiza a leitura e a formação do leitor, como a leitura transdisciplinar². Segundo a autora, a relação entre leitura, ciência, cultura e educação é realizada pelo sujeito-leitor que,

² O termo transdisciplinaridade foi criado por Piaget e divulgado no I Seminário Internacional sobre pluri e interdisciplinaridade, com sede na Universidade de Nice, em 1970. Atualmente, o Centre International de Recherches et Études Transdisciplinaires (CIRET) é um dos principais centros de estudos sobre os conceitos transdisciplinares (Ifba, 2023).

ao traduzir a linguagem sentido e, em algumas circunstâncias, o sentido em ação, altera e transforma o mundo que o cerca.

Monteiro (2004, p. 45) ressalta que os fatores que influenciam a percepção e, conseqüentemente, a aprendizagem, tudo o que o sujeito faz ou pensa na vida se dá em função das suas percepções dos fenômenos, das relações que estabelece com os objetos a partir dessas percepções. Desse modo, considerando a percepção do aluno e os fatores das relações sociais na biblioteca, conseqüentemente facilitam a inclusão social e o aprendizado. Ainda mais, com a velocidade da globalização da informação, processo multifacetado, que ainda nem todas as pessoas se beneficiam, remete pensar em melhorias para facilitar o acesso à informação em bibliotecas escolares públicas, visto que ainda o acesso ao livro de literatura ainda é um sistema caro na indústria livreira no Brasil. Diante do contexto, portanto, a necessidade para que na rede de ensino público os profissionais que estão à frente da coordenação da biblioteca, promovam atividades para estimular o uso dos espaços e do hábito da pesquisa e da leitura, evitando assim, que estes locais de troca de conhecimento caiam em desuso e se torne obsoleta e um amontoado de livros empilhados.

2.7 GESTÃO DE COMPETÊNCIA PARA BIBLIOTECA ESCOLAR

Com a visão social de inclusão na escola e melhorias de atendimento vem à importância de aderir à gestão de competência na biblioteca escolar, uma vez que a cada dia, nas exigências do mercado globalizado surgem necessidades para técnicas e comportamentos organizacionais. E a gestão de pessoas pode ser uma aliada ao Planejamento Estratégico³, das unidades de informação. Em suma, colaborando para a dinâmica que é uma biblioteca escolar, convém propor um modelo de gestão de competência para colaborar com o planejamento estratégico que é uma ferramenta que direciona as metas a serem alcançadas visando um atendimento de qualidade e satisfação dos usuários. Assim como, a gestão de competência para gerir as relações interpessoais entre os colaboradores e auxiliares que realizam os serviços.

O termo competência é muito antigo. Seu uso teve início na Idade Média, porém somente na linguagem jurídica, e significava que determinada corte ou indivíduo era “competente”. Com o tempo, a expressão passou a qualificar pessoas capazes de realizar um trabalho bem-feito (Bittencourt, 2009, p. 11). No entanto, muito se descreve sobre biblioteca

³ Meyer Jr. (1991) é uma ferramenta gerencial que objetiva proporcionar os tomadores de decisão uma estrutura que permita o exame do ambiente onde atua a organização.

escolar e interações nesses espaços. Por outro lado, nas propostas de gerenciamento de pessoal e rotinas administrativas pouco se fala para estas unidades. Pensando nisso, vale ressaltar que uma boa gestão independe do tipo de biblioteca, se é mantida pelo poder público ou não, precisa de um gerenciamento qualificado e com habilidades para lidar com recursos humanos.

A biblioteca é “uma parte integrante de toda e qualquer instituição de ensino independentemente do nível [...] e neste ensino, o planejamento torna-se uma ferramenta útil ao gestor” (Moraes; Teles, 2013, p. 35). Propor uma gestão de competência para a Biblioteca Escolar vai ao encontro dos contextos descritos para a valorização, a inclusão social na escola por meio da leitura e da pesquisa, visto que se relacionar com pessoas exige habilidade para saber lidar com o público, principalmente o infantil que requer habilidades minuciosas. E sendo assim, uma equipe que tem um bom nível de comunicação, também será capaz de desenvolver boas relações sociais com o seu público.

Brandão e Bahry (2005), ENAP (2019), Brandão e Guimarães (2001), alicerçam a gestão por competências apontada como modelo gerencial alternativo aos instrumentos tradicionalmente utilizados pelas organizações, assim como de qualificar o indivíduo capaz de desempenhar adequadamente determinado papel em determinado contexto. Com efeito, a organização qualificada de modo alcançar bons resultados das metas requer que o gestor tenha habilidades, atitude e conhecimento informacional, assim como descrito pela Escola de Administração Pública - ENAP (2019). Este modelo adaptado para a gestão de biblioteca escolar pode contribuir para as boas relações de trabalho, sobretudo quanto à parceria professor x bibliotecário nas práticas de incentivo à leitura que são importantes na biblioteca escolar.

Imagem 3 – Modelo de competência e desempenho gerencial

RELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIAS, DESEMPENHO E RESULTADOS



Fonte: Enap, 2019.

Segundo o ENAP (2019, p. 7) a gestão por competência envolve três etapas:

- a) Conhecimento - requer informação e saber fazer o quê;
- b) Habilidades - requer técnicas, capacidade e saber como fazer;
- c) Atitude - requer fazer, identidade e determinação.

Que na prática, o elemento de conhecimento corresponde às informações reconhecidas pelo indivíduo, habilidade seria a dimensão técnica e a atitude diz respeito a atitude da pessoa (ENAP, 2019). Aderindo esses três elementos essenciais de competência habilita o gestor na unidade de informação para desenvolver uma competitividade organizacional de qualidade e interpessoal. A Biblioteca Escolar como organização não pode ficar de fora das aplicações de recursos estratégico que propicie qualidade no todo, que vai desde um acervo tratado tecnicamente a um plano de ação para definição das metas dos serviços e de recursos humanos e materiais.

A partir deste entendimento, o crescente processo decisório da inovação e do gerenciamento de processos, aquisição e distribuição da informação são de fundamental importância a resposta aos problemas informacionais as pessoas interessadas (Alvarenga Neto, 2005). E desse modo, aderir a gestão de competência para tomadas de decisões em Biblioteca Escolar significa um excelente recurso para o profissional bibliotecário acerca das relações sociais, visto facilitar a comunicação e a necessidade da informação aliadas as melhorias dos serviços. Como o de significar um alinhamento da necessidade de seus usuários.

A gestão de competência incorpora planejamento, organização e controle das práticas de serviço de informação e propõe ir aos interesses e missão de uma Biblioteca Escolar facilitando gestor bibliotecário nas realizações dos serviços e da recuperação da informação, e das relações interpessoais no ambiente de trabalho e com a comunidade da escola. Pois, um ambiente, cuidado, organizado e com serviço de informação com respostas rápidas, significa, segundo Alvarenga Neto (2005, p. 60) estabelecer mecanismos necessários para a maximização da disponibilidade desse tipo de informações.

3 DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Considerando uma educação de qualidade, “a organização do currículo nas escolas traz consigo as concepções das instituições, dos professores e valores da sociedade, tendo implicações diretas ao desenvolvimento humano no que tange a formação do indivíduo e desenvolvimento social” (Espinosa, 2018. p. 24). Assim como, alguns aspectos são conceituados além das Bases legais da Educação, estrutura e funcionamento do ensino que de acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 205, “o direito à educação é direito de todos e dever do Estado e da família será provida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (Brasil, 2016, p. 123). Assim como a LDB (Brasil, 1996), em seu Art. 2º, aponta a educação como dever da família e do Estado inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

À vista disso, a perspectiva para educação de qualidade no país vem sendo medida para saber se o Brasil avançou com o desenvolvimento educacional. Como no caso por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que desde 1990, faz a avaliação em larga escala com subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais. Além disso, permite que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada no país, a partir de evidências (Brasil, 2023b).

Outro meio para avaliar se o Brasil avançou no desenvolvimento da educação, é através do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)⁴, que é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com o Pisa, com base nos resultados da avaliação de 2015, divulgados pela OCDE, constatou que o Brasil está estacionado há dez anos entre os países com pior desempenho (Brasil, 2016).

Segundo o Ministro da Educação em 2016, quatro itens que precisam ter prioridade para reverter esse quadro no país: alfabetização, formação de professor, Base Nacional e reforma do ensino médio (Brasil, 2016). Por outro lado, segundo o MEC (Brasil, 2023b) entre outros aspectos, também possibilita a compreensão sobre as condições de acesso à escola e de permanência nela, além de avaliar quão eficiente é o ensino. Por meio de testes e

⁴ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de *Programme for International Student Assessment*, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

questionários, a avaliação reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelo conjunto de estudantes no contexto escolar.

Para Menegat, Sarmiento e Rangel (2018, p. 108):

o cenário brasileiro em prol do direito à educação de qualidade (dentro do escopo dos demais direitos) em termos de dispositivos legais, políticas públicas educacionais, programas e ações, traz decorrências diretas para a gestão escolar, pois é no cotidiano educacional que a ação educativa se materializa.

Outros estudos apontam que para manter uma educação de qualidade é necessário um conjunto de ações, além das políticas públicas educacionais. Por exemplo, de acordo com dados da Prefeitura de Boa Vista (Boa Vista, 2008) em sua proposta curricular, não se pode conceber a educação sem que considere a família, onde a pessoa adquire competência diferente daquelas que são propiciadas pela escola. Além disso, enfatiza ainda oportuno que os laços entre ambas sejam estreitados através da integração, objetivando maior qualidade na formação do aluno.

Para Oliveira (2019), a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, descrevem que a educação no Brasil é de responsabilidade do Governo Federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, cujo papel é administrar seus sistemas de ensino. No entanto, Idoeta (2019) comenta a avaliação do Pisa de 2019, qual seria de avaliar e compreender conceitos-chaves das habilidades esperadas que os alunos tenham em leitura, além de conseguir obter instruções e informações dentro de textos e serem capazes de usar esses dados na sua vida cotidiana, como também saber fazer uma análise crítica dessa informação.

Portanto, “no que se refere especificamente à área de educação, o que significa uma educação de qualidade? Provavelmente, essa questão terá múltiplas respostas, segundo os valores, experiências e posição social dos sujeitos” (Oliveira e Araújo, 2005, p. 8). À vista dessa temática, a educação de qualidade, sobretudo na educação pública, envolve vários fatores quais serão expostos no decorrer deste trabalho.

Com base nestas abordagens, para Oliveira e Araújo (2005), uma das formas para se apreender essas noções de qualidade é buscar os indicadores utilizados socialmente para aferi-la, verificando a qualidade no acesso e a qualidade de escola que determinam a qualidade da educação. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), concluiu o Programa de Avaliação de Estudantes (PISA), em formato eletrônico divulgado em dezembro de 2023, de acordo com o calendário da OCDE (Brasil, 2022).

Espera-se, portanto que os resultados sejam melhores segundo os dados do relatório do Pisa de 2018, o qual aponta o Brasil na 59ª posição entre os países que mais investem em educação. Já que, somado a uma educação de qualidade, requer uma concepção de educação com recursos econômicos, humanos, acompanhamento, e a avaliação em todos os níveis, sobretudo mais investimento na educação e capacitação dos professores. Como também, vale refletir no aspecto familiar como fator importante para o desenvolvimento do aluno, que pode contribuir para o processo de aprendizado.

O desenvolvimento da educação no país entre os anos de 2019 e 2021, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) teve uma redução ocasionada pela COVID 19, assim como descrito no relatório do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional (IDEP, 2021), qual aborda em 2020 as escolas apresentavam uma média de 279 dias de suspensão das atividades presenciais.

E que apesar do retorno progressivo às atividades presenciais, se comparado com outros países, o Brasil continuava apresentando elevado número de dias remotos, em média 100 dias de aula no ano de 2021, isso considerando escolas públicas e privadas das diferentes etapas de ensino. Nesse sentido, com o intuito de amenizar o impacto da pandemia, as escolas apontaram estratégias pedagógicas e de gestão escolar, adotadas no ano letivo de 2021, conforme mostra dados destacados no gráfico 1, estratégias de ensino ocasionadas pelo COVID- 19.

A análise da evasão escolar diante dos dados do IDEP apresenta que o índice de aprendizagem dos alunos teve uma lacuna e as escolas tiveram que optar por estratégias pedagógicas. Assim, segundo dados do Ministério da Educação (2023b), senso 2022, entre 2018 até 2022, foi contabilizado 47, 4 milhões de alunos matriculados na rede básica de ensino.

Sendo que 8% na rede federal, 19% na rede privada, 31,2% na estadual e 49 % e na rede municipal (Brasil, 2022). A rede municipal atende crianças entre 4 e 12 anos que são os anos iniciais do Ensino Fundamental. Percebe-se assim, que no início do ensino fase letramento até o 5º ano há maior procura para matricular as crianças. À medida que a faixa etária cresce, diminui essa demanda conforme os percentuais descritos pelo sendo de 2022.

3.1 ÍNDICE DA LEITURA NO BRASIL

Uma educação de qualidade em escola de ensino público deve considerar pensar o papel da biblioteca para contribuir com ensino/aprendizado por meios do incentivo à leitura e pesquisa e neste sentido, visando avaliar o impacto das bibliotecas na aprendizagem dos

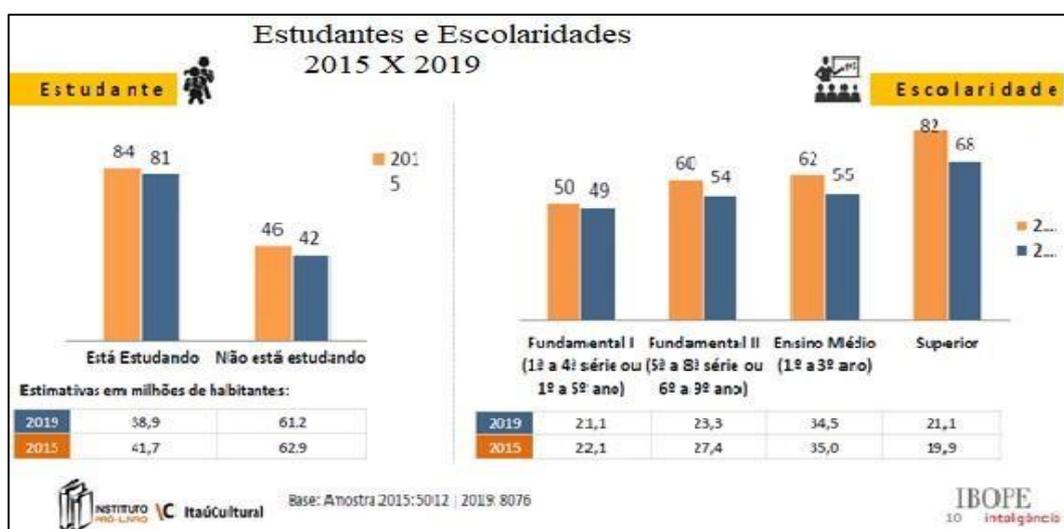
alunos do ensino básico, o Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper (2022) divulga resultados da educação, principalmente do Ensino Médio, que segundo as pesquisas, apesar do avanço para oferecer uma educação de qualidade, esse fator ainda é insuficiente. Diante desse desafio, o Instituto Pró-Livro (IPL)⁵ encomendou ao Insper um estudo com o objetivo de avaliar o impacto das bibliotecas escolares na aprendizagem dos alunos do Ensino Básico (Instituto Pró-livro, 2020⁶).

Em razão deste tema, importante entender a característica de um leitor, como descrito pelo IPL (2020), uma pessoa leitora é aquela que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Enquanto o não leitor é aquele que não leram nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos 12 meses.

O Retrato da Leitura no Brasil (IPL, 2020) apresenta estimativas sobre o índice da leitura entre os brasileiros. E os resultados constataram entre os anos de 2015 e 2019 a taxa da leitura diminuiu devido a vários fatores. A pesquisa aponta dados da leitura com a escolaridade dos entrevistados e sua dificuldade para o acesso ao livro.

Portanto, é importante ressaltar o índice da leitura na educação que segundo o Instituto Pró-Livro (2020) durante 2015 a 2019 a leitura diminuiu entre os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Conforme mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Índice de leitura no Brasil na Educação Básica



Fonte: Instituto Pró-Livro, 2020.

⁵ Instituição Pública de ensino superior destinada a promover a formação integral dos cidadãos, a aprendizagem e a transferência do conhecimento e cultura. Outra atividade do IPL é o estímulo ao desenvolvimento regional e nacional e à internacionalização. Valorizar a inclusão, a cooperação e a responsabilidade, além da criatividade e do espírito crítico e empreendedor também faz parte das diretrizes do instituto português.

⁶ <http://plataforma.prolivro.org.br/>

Este resultado comparado a um país onde o índice de desenvolvimento é mais elevado como o Reino Unido, a leitura tem papel destaque nas políticas públicas, valendo destacar uma série de medidas para estimular a leitura em crianças, seja por meio do Currículo Nacional publicado em 2013 que exigiu que as escolas ensinem a leitura fazendo uso sistemático da fonética (Gomes, 2023). Ainda de acordo com o professor Gomes, a importância da leitura no Reino Unido significa colaborar com os professores junto com os pais para melhorar o aprendizado das crianças.

Assim como ainda descrito por Gomes (2023):

[...] o papel na leitura na era digital é relevante primeiro pelo motivo que abre as portas para a obtenção de dados e informações para tomar decisões e aprender, segundo aprimora o desenvolvimento intelectual, pois a leitura digital, quando feita de forma seletiva, estimula habilidades como análise crítica, interpretação do texto e do contexto de nosso dia a dia, nos ajudando a aprender com o passado e explorar novos horizontes. Terceiro, estimula a criatividade, pois há diversos conteúdos com contos digitais, histórias inspiradoras, interativas, nos ajudando a pensar diferente e expressar nossas ideias e perspectivas de maneira nova, diferente. Quarto, constrói conexões com outros leitores em comunidades virtuais, em fóruns, grupos de leitura virtual, redes sociais e outras formas de mídias.

O investimento na promoção da leitura entre as crianças tem trazido resultados significativos. [...] o Governo do Reino Unido divulgou os resultados do Estudo Internacional de Alfabetização em Leitura (PIRLS) 2021, que avaliou e comparou o desempenho da leitura e as atitudes das crianças do 5º ano (Gomes, 2023).

Como se percebe, a valorização da leitura para o desenvolvimento intelectual das crianças é importante para colaborar com o processo da alfabetização. Nesse sentido, no Brasil, para fortalecer o papel da leitura visando ao desenvolvimento da educação, em 2019 surgiu o Programa “Conta para mim” que objetiva incentivar a leitura no ambiente familiar. Assim como descrito pelo Ministério da Educação, o Programa faz parte da Política Nacional de Alfabetização e pretende estimular o desenvolvimento intelectual na primeira infância com técnicas simples usadas pelos pais dentro de casa (Brasil, 2019).

Mas mesmo com todas essas medidas no Brasil o desenvolvimento da leitura de modo geral entre os brasileiros diminuiu. Várias são as abordagens para incentivar a leitura, mas por outro lado vem o contexto cultural e a indústria livreira que torna caro os livros. Por outro lado, de acordo com a 5ª edição do estudo “Retratos da leitura no Brasil”, cerca de 52% dos brasileiros têm esse hábito. Os números podem parecer positivos, mas o país perdeu cerca de 4,6 milhões de leitores nos últimos anos (Unisinos, 2022).

Ainda conforme descrito pelo Retrato da Leitura, o índice da leitura no Ensino Fundamental, a média é de 48% entre as idades de 5 a 10 anos, 33% e de 11 a 13 anos atinge

os 33% e de 14 a 17 anos atinge os 24 %. As pesquisas apontaram que, os lugares em que os brasileiros costumam ler livros: na biblioteca da escola 15%, biblioteca pública 7% e biblioteca comunitária 3%. Quanto quem influenciou atinge os 15 % por professores e 13% pelos responsáveis (IPL, 2020).

A leitura é um dos principais suportes em prol de uma educação de qualidade. Haja vista, o desenvolvimento do aprendizado, a questão da leitura na escola surge como uma oportunidade, visto que “a democratização da informação é urgente, e o papel das bibliotecas tem de ser repensado” (Souza, 2017, p. 12). Assim como para Pontes e Carvalho (2019, p. 7) “a biblioteca escolar também se destaca em seu papel social através da forma de mediar a informação, quando se compromete politicamente com as condições sociais do leitor, o bibliotecário embarga em suas competências a construção do conhecimento”.

Além dessas questões, a função social em uma biblioteca é importante para contribuir com melhorias do índice da leitura no Brasil. No entanto, é uma pequena parcela que se sobressai. O Brasil ainda não é um país de leitores. Vários poderão ser os motivos, dentre estes o acesso à informação literária custa caro para as pessoas de baixa renda, devido à indústria livreira não conseguir atingir baixos custos para atender também a parte da população que não tem acesso à leitura, como por meio de feira literárias, na comunidade de modo atender de acordo com o poder aquisitivo.

Além dessa questão, sente-se a falta de melhorias nas escolas públicas, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamenta, do 1º ao 5º ano, que é base para se firmar em construir um país de leitores. Outro ponto importante de se pensar para dominar o diálogo nas bibliotecas escolares, seria a presença do bibliotecário nas redes públicas de ensino em todo o país, a fim de pensar uma ampla possibilidade que vai além de se ter um livro no acervo da biblioteca da escola. Pois o bibliotecário tem muito a contribuir nestes espaços de incentivo à leitura, promovendo ações que desperte entre os alunos o gosto pela leitura e a pesquisa na biblioteca. Pode parecer uma pequena parte de solução para contribuir com o aumento da leitura no Brasil, mas por outro lado a biblioteca escolar é base para se construir um país de leitores, pois está internalizando entre as crianças a valorização da leitura para o crescimento social e educacional.

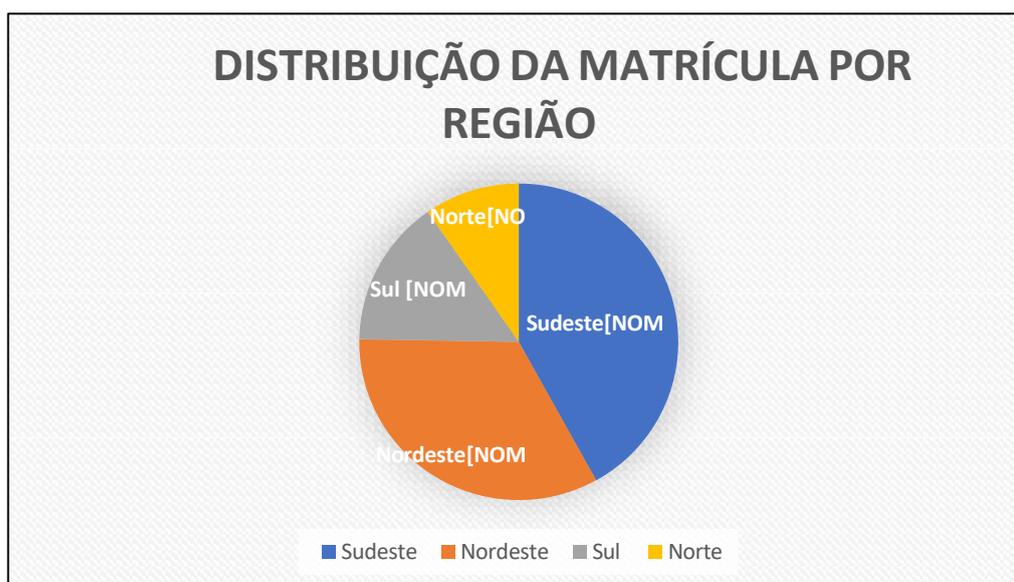
3.2 LEI DE DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO À BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Em face à situação do Ensino Fundamental nas décadas de 1970 e de 1980, a tônica da política educacional brasileira recaiu sobre a expansão das oportunidades de escolarização,

havendo um aumento expressivo no acesso à escola básica. Todavia, os altos índices de repetência e evasão apontavam problemas que evidenciam a grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola. Em 1994, os 31,2 milhões de alunos do ensino fundamental concentravam-se predominantemente nas regiões Sudeste (39%) e Nordeste (31%), seguido das regiões Sul (14%), Norte (9%) e Centro-Oeste (7%), conforme indicado no gráfico 2 (Brasil, 1998, p. 14):

Em 1996, com a Lei de Diretriz Base da Educação (LDB) 9.394/96 art.1º abrange-se o processo formativo nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Nesse sentido, com base na LDB (Brasil, 1996) sobre os princípios da igualdade e de ter a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, e divulgar a cultura, o papel da biblioteca se faz presente para complementar o acesso a essas informações na escola além do material escolar.

Gráfico 2 – Situação do Ensino Fundamental nas décadas de 1970 a 1980.



Fonte: MEC/SEDIAE/SEEC (Brasil,1998).

Ainda segundo a LDB (Brasil, 1996), a educação tem por finalidade assegurar ao educando o exercício da cidadania, o estudo, a aprendizagem, a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos. Como também, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

Segundo o MEC (Brasil, 1998, p. 14), “considerando a importância do ensino fundamental e médio para assegurar a formação de cidadãos aptos a participar

democraticamente da vida social, esta situação indicava urgência das tarefas e o esforço para que o estado e a sociedade civil em assumir para superar a médio prazo o quadro existente”.

Para Guillen e Miguel, (2020), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) chegaram ao território educacional recebendo algumas críticas, principalmente por se originarem em um ambiente dominado por ideias voltadas ao mercado de trabalho, em detrimento do desenvolvimento integral dos estudantes. Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), “foram elaborados em 1997, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996,1 e disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) aos professores do ensino fundamental no ano subseqüente” (Guillen; Miguel, 2020, p. 570).

A proposta de melhorias para os alunos do Ensino Fundamental apresenta “objetivos gerais que estabeleçam as capacidades relativas aos aspectos cognitivo, afetivo, físico, ético, estético, de atuação e de inserção social, de forma a expressar a formação básica necessária para o exercício da cidadania” (Brasil, 1998, p. 67). O impacto dessas novas ideias na educação básica decorria do fato de que era preciso melhorar o índice de alfabetização do País, a fim de atender às novas exigências internacionais para os países periféricos, bem como os índices das avaliações de larga escala (Guillen; Miguel, 2020, p. 570).

Nessa perspectiva o Ministério da Educação elaborou uma coleção de dez volumes com a finalidade de auxiliar os professores da rede pública de ensino na consecução dos trabalhos escolares. Desse modo, as publicações apresentavam nos respectivos volumes: Volume 1 – Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais; Volume 2 – Língua Portuguesa; Volume 3 – Matemática; Volume 4 – Ciências Naturais; Volume 5 – História e Geografia; Volume 6 – Arte; Volume 7 – Educação Física; Volume 8 – Apresentação dos Temas Transversais e Ética; Volume 9 – Meio Ambiente e Saúde; e Volume 10 – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

De acordo com o MEC (Brasil, 1998, p.10), o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para construção de cidadãos, em vista das exigências do mercado de trabalho. Neste sentido, demandando por uma mudança no currículo escolar, na atualidade com o avanço da era digital, e inteligência artificial, o mercado de trabalho vem se tornando competitivo, estabelecendo mudança e o surgimento de um novo sistema de ensino para Ensino Médio, em 2017, a Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de

800 horas para 1.000 horas anuais, até 2022 (Brasil, 2023b). Com a nova proposta torna assim, conforme descrito pelo Ministério da Educação, uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O parágrafo, § 1º da Lei nº 13.415/2017 (Brasil, 2017) determina que a carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Com a nova regulamentação, o material didático repassado às escolas pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)⁷ sofre alterações. Agora em algumas escolas os livros didáticos para o Ensino Médio apresentam os respectivos nomes, que são: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas e formação técnica e profissional.

Diante deste contexto, uma crítica quanto à nova proposta de livros para o Novo Ensino Médio, que faltou especificar na capa, o volume dos livros para cada série. Pode parecer um detalhe, porém esta falha ocasionou a lentidão da entrega dos kits didáticos na escola, no caso o Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima, que os professores tiveram que se reunir para analisar o conteúdo de cada livro, para poder especificar a série. Enquanto isso, o processo de ensino continua com os livros de última vigência, 2018/2020 até a nova proposta.

Apesar disso, espera-se que com as mudanças nos conteúdos curriculares sejam suficientes para uma educação de qualidade e sobretudo, o desenvolvimento intelectual e do aprendizado dos estudantes, em razão de o aluno do Ensino Médio precisa ter conhecimento vasto dos assuntos básico para realizar as provas dos vestibulares públicos e as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Para Mortatti (2010. p. 340),

Tais conjecturas, assim como tantas outras que podem ser formuladas, indicam, por fim, que a alfabetização continua sendo um dos signos mais evidentes e complexos da ambígua relação entre deveres do Estado e direitos do cidadão. E, como tal, área estratégica para a consecução de políticas de modernização econômica e social que contemplem necessidades básicas de todos.

⁷ Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Por outro lado, não se sabe ainda, se com a nova proposta curricular o índice de alfabetização e crescimento educacional as metas serão alcançadas, visto que, segundo o MEC (Brasil, 2023) o censo deste ano começou em maio e os gestores das escolas terão prazos até 14 de agosto para informar os dados de matrículas do ano. Contudo, as ações contra o analfabetismo no Brasil são propostas, assim como descrita no artigo 212 da Constituição estabelece que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os estados, o Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 2016, p. 125).

De acordo com o último Relatório Programa Internacional de Avaliação de Alunos – (PISA) de 2018 (INEP, 2020), contextualiza o ambiente de aprendizagem dos estudantes brasileiros de 15 anos de idade. A contextualização se dá por meio dos indicadores compostos formulados pelo Pisa e de uma análise baseada nas respostas dos questionários respondidos pelos diretores escolares, estudantes avaliados e suas famílias (OCDE, 2018, p. 143).

O Inep é o órgão responsável pelo planejamento e a operacionalização da avaliação no país, o que envolve representar o Brasil perante a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (INEP, 2023). Como também, o Inep tem a função de coordenar a tradução dos instrumentos de avaliação, coordenar a aplicação desses instrumentos nas escolas amostradas e a coleta das respostas dos participantes, coordenar a codificação dessas respostas, analisar os resultados e elaborar o relatório nacional.

Sendo assim, a OCDE com sede em Paris, França, é uma organização internacional composta por 38 países membros, que reúne as economias mais avançadas do mundo, bem como alguns países emergentes como a Coreia do Sul, o Chile, o México e a Turquia. E segundo o Jornal da USP (2023) o Brasil é o terceiro pior entre 42 países, segundo relatório da OCDE, em investimento da educação. Destacando o Brasil US\$ 3 mil por aluno na educação pública, ante a média seria de US\$ 10 mil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento normativo que define a aprendizagem essencial dos alunos da Educação Básica de modo assegurar seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Na base dessa garantia, a compensação financeira dos recursos não investidos em educação em 2020 e 2021 seria devido à pandemia do Covid-19, e deverá ser feita até o final do exercício financeiro de 2023.

Portanto, várias são as metodologias e investimentos e se comparados as mudanças na década de 1980 a 1990, com as implantadas em 2017 por meio da Lei nº 13.415/2017 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os processos formativos

objetivam oferecer uma educação de qualidade e profissional. Com efeito “a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação no Brasil é de responsabilidade do Governo Federal, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, cujo papel é administrar seus sistemas de ensino” (Oliveira, 2019).

3.3 AÇÕES MAIS EFETIVAS PARA MUDAR A REALIDADE ATUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS

Pensando no avanço tecnológico e da competitividade no mercado de trabalho, há de questionar sobre a melhoria no ensino público de modo colaborar para o desenvolvimento do aluno na escola, proporcionando ferramentas tecnológicas no laboratório de informática e com professores capacitados na área com habilidades e incentivo. Assim como, “as diferentes formas de ensino e aprendizagem como independentes umas das outras e, de alguma maneira, sobrepostas ou concorrentes é compreensível valorizar a complementaridade dos espaços e tempos da educação moderna” (UNESCO, 1996, p.104).

Colaborando nesta abordagem, Silva (2008, p. 17), para o autor, é pertinente ao dizer que uma escola de qualidade não significa ter descoberto ou aprovado suas características reais, mas interpretá-las a partir de certas condições históricas, territoriais, culturais, de classe e grupo social. Comparado assim, para a Unesco (1996), a educação é um dinâmica social, por isso alguns princípios são necessários, para dar um lugar central que lhe cabe na dinâmica social. Convém em primeiro lugar, salvaguardar a sua função de cadinho⁸, combatendo todas as formas de exclusão.

Com também, um dos principais instrumentos para a melhoria da educação consiste nos recursos financeiros, Couto, Tavares e Costa (2021) esclarecem que o novo Fundeb se transforma, assim, em um dos principais instrumentos de redistribuição de recursos do país, realocando valores no âmbito de cada estado, entre o governo estadual e as prefeituras, para tornar o sistema educacional mais equitativo e menos desigual.

Além disso, conforme descrito em Brasil (2004, p. 40):

[...] é acreditada no coletivo, na prática de relações cooperativas, estabelecimento de relações baseadas no diálogo ajudam professores, alunos e técnicos responsáveis pela escola a criar vínculos de identidade que fortaleçam a todos enquanto grupo, enquanto cidadãos e enquanto coletividades educativas.

⁸ Vaso de argila refratária, de ferro, de prata, de platina ou de outra matéria, que serve para nele se fundirem metais ou outros minerais; crisol. (Tem geralmente a forma de um tronco de cone. (<https://www.dicio.com.br/cadinho/>))

Assim também, cabe pensar em melhorias para a qualidade da educação, sob o modo de lidar, em espaços não formais de sala de aula, em vista de que não podem ser encarados só como oportunidades de atividades educativas complementares ou de lazer, e sim fazer parte dele de forma planejada, sistemática e articulada (Delizoicov, Angotti e Pernambuco ,2009).

É importante ressaltar que somente o livro didático na escola pública não é suficiente em favor do ensino/aprendizado e do incentivo à leitura, e sendo assim, articular mais alternativas para o processo de ensino/e aprendizado de qualidade com alternativas complementares colaboram para o desenvolvimento do estudante. Assim, como, com o avanço da globalização com a nova era digital concedeu maior aproximação das nações através do surgimento das tecnologias, principalmente com o início de conexões de internet, que encurtaram as fronteiras entre países distantes fisicamente, facilitando a comunicação e relações culturais, de forma rápida e eficiente (Silva, 2014).

Neste percurso, pensar em uma educação de qualidade vem ao encontro de apontar instrumentos que possam trazer benefícios com equidade e que facilitem as relações interculturais no ambiente escolar. E a esse propósito, segundo a Unesco (1996, p.18), “referimos a necessidade de caminhar para ‘Uma sociedade educativa’. É verdade que toda a vida pessoal e social oferece oportunidades de progredir no saber e no saber fazer [...] e a pôr em relevo o potencial educativo”, no caso ferramentas digitais que contribuam para a pesquisa dos alunos na escola, como laboratórios de informática. Além disso, a valorização e a capacitação do professor também se fazem presente para que o processo de qualidade do ensino seja satisfatório, principalmente com melhores condições de trabalho e salário.

3.4 PROGRAMA E LEITURA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA

O programa Estadual Caminhada Literária, implantado em 2018, propõe ações de capacitação de professores, como mediadores de leituras nas escolas públicas estaduais de Boa Vista, desde 2008. Esta ação quando criado pelo Governo de Roraima por meio da SEED para desenvolver estratégias de leitura junto aos professores, surgiu com a finalidade de aprimorar a proficiência do ato de ler entre os alunos da rede estadual de ensino (Roraima, 2023). Ainda, segundo o portal do Governo de Roraima (2023), são desenvolvidas formações continuadas aos mediadores de leitura, servidores que atuam nas salas de leitura e bibliotecas em encontros mensais e oficinas pedagógicas, assim como periodicamente realizam eventos literários como o “Expondo e Encantando”, conforme mostra a imagem 4.

Imagem 4 – Estudantes da rede estadual em VII Expondo e Encantando, práticas de encontro literárias com autores regionais.



Fonte: Ascon/Seed – Portal Gov. do Estado, 2023.

Segundo a SEED, o objetivo principal do programa é a formação continuada e assessoramento aos mediadores de leitura, professores lotados nas salas de leitura e bibliotecas, que dinamizam os espaços (SEED, 2022). O programa ainda informa o tipo de metodologia adotada enfoca vários eixos como: literatura e arte, literatura e livros literários impressos, literatura e as tecnologias da informação e comunicação (Tic's), literatura e produção literária.

Além disso, evidencia várias atividades como empréstimo de livros literários, roda de leitura, contação de histórias, sarau literário, tertúlia literária, produção de vídeos de curtas literários, concurso de produção e declamação de poesias, concurso de redação, produção de livros, produção e apresentação de peças teatrais, encontro com autores produtores da literatura regional roraimense, entre outros (SEED, 2022).

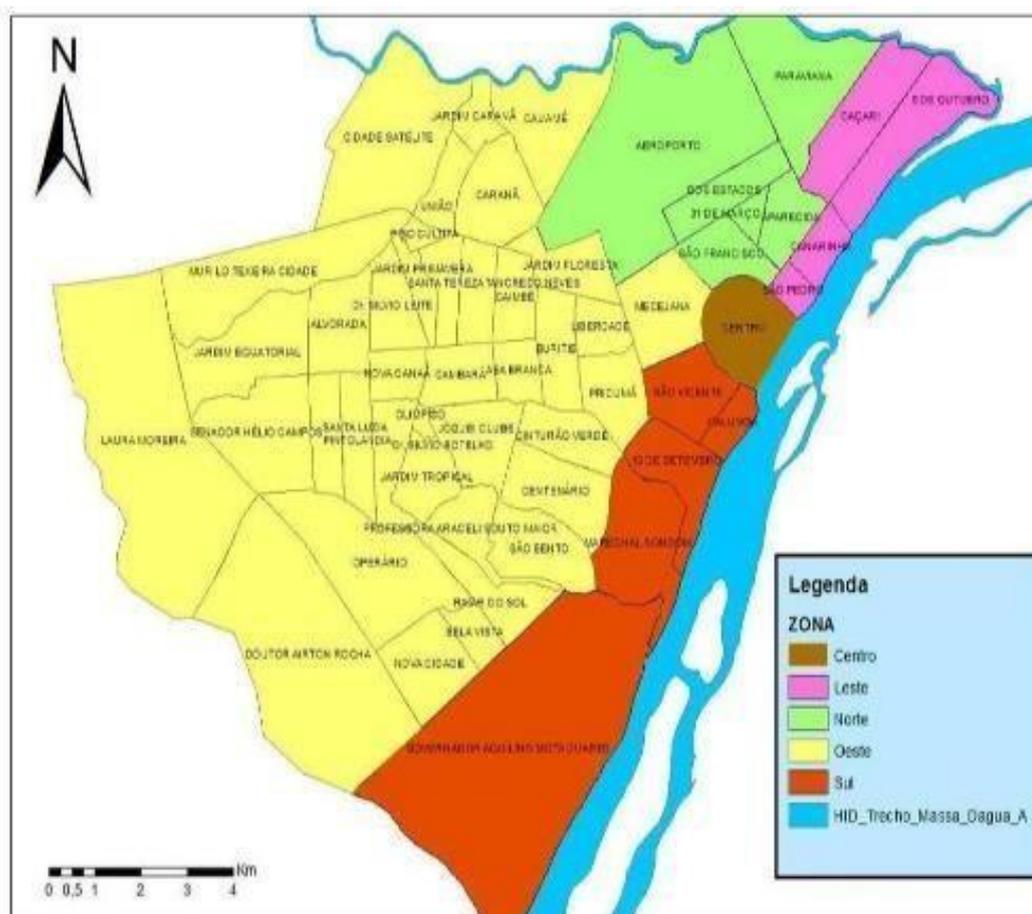
O acesso à leitura por meio de políticas públicas, como ressaltam Sala e Militão (2020, p. 423), “emergem das necessidades da sociedade, por meio do Estado, na busca por solucionar um problema público considerado coletivo, seja ele local ou nacional”. Essas políticas, entretanto, também podem surgir da própria sociedade, mesmo que esta possua diferentes crenças e valores, desde que adote atitudes compatíveis com os problemas coletivos (Sala; Militão, 2020). Sendo assim, a leitura nas escolas públicas, por meio das políticas públicas facilitam o aprendizado e assim como, os do PECALI que colaboram para a inclusão no contexto escolar. Agindo como facilitadores do aprendizado e da leitura, promovendo nos alunos o estímulo e o hábito da leitura e, conseqüentemente, da escrita.

3.5 TERRITÓRIO E LOCALIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS ESCRITAS NO PECALI

Em relação à territorialização do espaço urbano de Boa Vista, tem a finalidade de apresentar a área que estão localizadas às 76 escolas escritas no PECALI. Mas antes, importante destacar que a cidade de Boa Vista-RR, possui 5.687,037km² de extensão e densidade demográfica de 72,71hab/km² de acordo com os dados do IBGE (2022). Nesta extensão, os espaços urbanos contam com 56 bairros (Santiago, 2016).

Esses dados são mediante a Lei n° 483, de 09 de dezembro de 1999, que informa sobre a dinâmica do zoneamento e desenvolvimento dos bairros uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo, apresenta uma divisão administrativa formada por quatro zonas (Sul, Leste, Oeste e Norte). Contudo, devido o passar dos anos, novos bairros foram surgindo, e sendo assim, a lei anterior foi alterada pela Lei ordinária n° 845, de 23 de março de 2006.

Imagem 5 - Mapa 01 – Localização dos bairros, local de cada escola escrita no PECALI



Fonte: Docplaye/UFRR, 2022.

Quadro 01 – Localização das zonas urbanas com as respectivas escolas escritas no PECALI: destaque para a legenda das cores no mapa

Escolas da Zona Leste	
Bairro Canarinho C. M. E. “Cel. PM Derly Luiz Vieira Borges	
Escola da Zona Norte	
Bairro Paraviana Escola CEM XXVII Vitória Mota Cruz	Bairro Dos Estados E. Professor Hildebrando Ferro Bittencourt
Bairro São Francisco EE Professora Diva Alves de Lima	Bairro Aparecida EE. General Penha Brasil
Centro da cidade	
1. EE Gonçalves Dias; 2. E São José; 3. EE Euclides da Cunha; 4. EE Monteiro Lobato; 5. EE Oswaldo Cruz; 6. EE Lobo D’Almada; 7. EE Ayrton Senna da Silva.	
Zona Sul	
Bairro Calunga EE Barão de Parima	Bairro 13 de setembro: 1. EE 13 de setembro; 2. EEMTI Professora M ^a das Dores Brasil.
Bairro São Vicente EE São Vicente de Paula	
Zona Oeste	
Bairro Caranã 1. EE Caranã; 2. EE Jesus Nazareno de Souza Cruz; 3. CEM XXXIII Fernando Granjeiro de Menezes.	Bairro Mecejana 1. EE Ana Libória; 2. EE Francisca Elzika de Souza Coelho.
Bairro Asa Branca 1. EE Major A. Rodrigues dos Santos; 2. CEM IV Professor J. Reis Cunha; 3. EE Professora Maria das Neves Rezende.	Bairro Caumé 1. CEEP – Centro E Estadual de Educação Profissionalizante Prof. Antônio de Pinho Lima; 2. CEM VIII Prof. ^a Maria Nilce Macedo Brandão.
Bairro Cidade Satélite CEM III Irmã Maria Teresa Parodi	Bairro Caimbé EE Mario David Andrezza
Bairro Pricumã 1. EE Dom José Nepote; 2. CEM XXX Carlos Drummond de Andrade.	Bairro Buritis 1. EE Buriti; 2. EE Girassol.
Bairro Santa Luzia EE Vanda da Silva Pinto	Bairro Jardim Floresta EE Professor Antônio Ferreira de Souza
Bairro Pintolândia 1. CEM VI Professora M ^a de Lourdes Neves 2. EEMTI América Sarmento Ribeiro; 3. CEM XXII Maria Sônia de Brito.	Bairro Tancredo Neves 1. EE Professora Coema Souto Maior; 2. CEM XXIII Tancredo Neves.

Continua

Zona Oeste	
Bairro Jardim Equatorial 1. CEM V Luiz Ribeiro de Lima; 2. CEM X Professora Conceição da Costa e Silva	Bairro Liberdade CEM XXI Camilo Dias
Bairro Silvio Botelho 1. EE Dr. Ulysses Guimarães; 2. CEM XXXII Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante.	Bairro Jóquei Clube 1. CEM IX Pedro Elias Albuquerque Pereira; 2. EE Olavo Brasil Filho; 3. EE Professor Antônio Carlos da Silva Natalino
Bairro Raiar do Sol CEM XI Professora Wanda David Aguiar	Bairro Asa Branca 1. EE Major Alcides Rodrigues dos Santos; 2. CEM IV Professor Jaceguai Reis Cunha 3. EE Professora Maria das Neves Rezende.
Bairro Nova Canaã EE Maria Raimunda Mota de Andrade	Bairro Silvio Leite 1. EE Professor Voltaire Pinto Ribeiro; 2. EE Professor Antônia Coelho de Lucena; 3. CEM XXIV Senador Hélio da Costa Campos
Bairro Nova Cidade 1. CEM II Dr. Luiz Hitler Brito de Lucena 2. EE Fagundes Varela	Bairro Santa Tereza 1. CEM VII Professora Maria dos Prazeres Mota 2. EE Professora Raimunda Nonato Freitas.
Bairro Laura Moreira CEM I Elza Breves de Carvalho	

Fonte: Elaboração própria.

O loco da pesquisa, o colégio Severino Cavalcante, fica na zona Oeste, Bairro Dr. Silvio Botelho, partindo da interseção da Av. N-08, seguindo por interseção até a rua S-4, denomina atualmente Avenida Nazaré Filgueira. Também, para melhor compreensão da localização das escolas que fazem parte do PECALI, o mapa da Imagem 5 e Quadro 1, e mostram os respectivos endereços situados em cada zona da cidade.

3.6 CRÍTICAS E PROPOSTAS PARA MELHORIAS DA EDUCAÇÃO

Com base nas análises da pesquisa, observou-se uma lacuna relacionada à comprovação da nacionalidade dos alunos no ato da matrícula, visto que se mostrou evidente a presença de alunos de outras nacionalidades e etnias na escola durante os dias de pesquisa no Colégio Severino Cavalcante. Mediante as observações, também se constatou a falta de livros bilíngues para atender à demanda de leitura também destes alunos que diariamente vão à Sala de leitura emprestar livros.

Ressalta-se o Programa Escolas Bilíngues de Fronteira (PEBF) que foi desenvolvido na cidade de Pacaraima em parceria com a cidade de Santa Elena de Uairén, tinha por objetivo, desenvolver um modelo de ensino comum em escolas de zona de fronteira, a partir de uma educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol, proporcionando um aprendizado com o conhecimento e o uso de mais uma língua, contribuindo para a qualidade da educação.

As escolas, segundo Brasil e Argentina (2008) contavam com bibliotecas bilíngues com acervo enviado pelos Ministérios da Educação do Brasil e da Argentina, compostas por livros criados especialmente para estes alunos, inclusive com livros de imagem, livros de edição muito cuidadosa, ricamente ilustrada, muitas vezes sem texto, apenas com imagens. Há relatos de outro projeto parecido, descrevendo que “o apoio de um professor de espanhol que acreditava que a diversidade linguística é positiva, os falantes de espanhol podem falar sua língua materna e desafiar o domínio total da hegemonia do inglês” (Barbosa, p.1, 2020). A interculturalidade em Boa Vista se faz muito presente devido à peculiaridade de fronteira e da migração que sempre marcou o estado de Roraima.

Todavia, desde 2015, há uma intensa migração de venezuelanos para o Brasil cuja entrada principal ocorre em Roraima. São famílias que passaram a ser atendidas nos diversos setores da sociedade: mercado de trabalho, moradia, saúde e educação. Neste sentido, ainda faltam políticas públicas educacionais para desenvolver o bilíngue e, assim, incluir os alunos de outras nacionalidades de forma igualitária e com equidade. Aqui há que se considerar que os alunos de origem estrangeira aprendem português junto com alunos brasileiros, ou seja, com a metodologia de língua portuguesa como língua materna. Não há o viés de se ensinar a língua portuguesa como segunda língua, como língua estrangeira ou como língua de acolhimento.

A leitura literária, assim como outros bens culturalmente produzidos, “[...] e as práticas de literatura podem ser consideradas um tipo de capital cultural”. Como também, cria no aluno o hábito de ir à biblioteca, despertar o senso crítico e o desenvolvimento intelectual, facilita o lazer e as interações sociais e culturais. “Assim como, implica para geração de verdadeiros leitores” (Souza, 2009, p.139). Em razão disso, “a educação que se constrói em um trabalho lento, duro, enfrentando adversidades, não só salariais recursos minguados e precária formação” (Silva, 1996, p.7). Ainda, que “a biblioteca escolar é essencial para a formação de leitores que, através da leitura, podem desenvolver o pensamento crítico e reflexivo e a construção do conhecimento, estabelecendo a possibilidade de melhor

comunicação para uma vida em sociedade” (Nunes; Santos, 2020, p.4). Vale pensar no processo intercultural dentro da escola por meio de projetos que incluam todos os alunos.

Nessa perspectiva, segundo Souza (2009, p.9):

[...] a reflexão acerca da formação do leitor solicita um olhar atento para as bibliotecas escolares das redes públicas de ensino, para a constituição de seus acervos de literatura, organização, condição de funcionamento e práticas pedagógicas desenvolvidas nessas instâncias escolares.

Por outro lado, Ponte e Carvalho (2019, p.4) complementam que “é importante que a escola se dedique à construção do leitor, não somente pelo aprendizado da leitura e sim pelo gosto da mesma e valorize ações que incentive o aluno a se descobrir através do hábito de ler”. Desse jeito, com vista a inclusão social, a prática da socialização do conhecimento nos espaços não formais como sala de aula, permite criar um vínculo com o aluno, cria leitores e estimula a cada dia essa vivência com os livros a todo tipo de público.

Em razão das ações de incentivo à leitura promovida pelo PECALI, que, além disso, objetiva orientar a elaboração de projetos de letramento literário que são desenvolvidos nos espaços das bibliotecas e Sala de leitura, de acordo com as demandas e as necessidades das escolas (SEED, 2018). Evidência pensar, nas melhorias educacionais para atender à parte minoritária que são os alunos de outras nacionalidades. Aqui cabe outra observação: em algumas escolas os alunos de origem venezuelana são maioria. Mesmo assim, não há a preocupação de uma metodologia específica para estes alunos. Eles são incluídos na escola por meio do direito à matrícula. Todavia, não há políticas públicas voltadas ao acolhimento dos alunos, principalmente no que refere ao ensino da língua portuguesa.

Cabe lembrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais abordam que:

A escola, propõe a realização do acolhimento e da socialização dos alunos [...] a interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilita a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno [...]. A função da escola em proporcionar um conjunto de práticas pré-estabelecidas tem o propósito de contribuir para que os alunos se apoiem de conteúdo social e cultural de maneira crítica e construtiva (Brasil, 1997, p.43).

Para Brasil (1997, p.126) a escola significa espaço de construção de identidade e projetos, ocupam um espaço privilegiado na vida dos adolescentes e jovens, e influi, intencionalmente ou não, na construção de suas identidades e projetos de vida, entre outros aspectos. Neste caso, uma vez que o Colégio Severino Cavalcante faz parte do PECALI, promove a leitura para o desenvolvimento do aprendizado e a reflexão tanto social como cultural atingindo uma demanda de alunos dos anos finais do Ensino fundamental e de todas as séries do Ensino Médio, por meio da “caixinha literária”, que são reuniões de livros

literários para serem lidos pelos os alunos nos dias programados, incentivando a leitura sobre várias abordagens no Ensino básico e sugere também uma forma de estimular a todos os alunos, livre de sua classe social ou cultural.

E, portanto, o processo permanente de aprendizado se inicia com assimilação de valores e experiências culturais ao passo da convivência social por meio da leitura, desenvolve a comunicação, coopera para construção do conhecimento e a formação do indivíduo. Assim como, descrito em Mantoan (2003), o nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações. Com esta visão de um novo paradigma dentro de um projeto educacional inclusivo, a pesquisa contextualiza a importância do incentivo à leitura, levando-se em consideração o perfil de alunos, os materiais bibliográficos literários integrantes do programa do que diz respeito ao aspecto do uso e do acesso, adequações do espaço físico e as atividades lúdicas relacionadas à função social, que permite promover nos alunos o gosto pela leitura e pela pesquisa.

Como descrito em Costa (2001, p. 47), a escola é “uma instituição social formadora e transformadora, cabe a ela, em seus espaços, programar e favorecer atividades relacionadas, estimulando as interações sociais facilitadoras do desenvolvimento integral”. Por esse motivo, pretende-se com a pesquisa, sugerir a valorização das bibliotecas escolares, assim como, de sua importância para apoiar as práticas pedagógicas de leitura que facilitam para a formação intelectual, profissional e até intercultural. Mediante esta perspectiva a relevância da pesquisa pode colaborar tanto na vida social, como intelectual dos estudantes, assim como, a leitura é uma forma de integrar e valorizar o aluno na escola, colabora para a diminuição da desigualdade social, facilita para o aprendizado e a escrita, como também estimula o ato de ler.

Neste ponto de vista, significa pensar a inclusão social, através das melhorias e oportunidades para os alunos da educação básica de escolas públicas. Uma vez que, a escola oportuniza a troca de conhecimento ensino/aprendizado não só em sala de aula, mas também em ambientes não formais como biblioteca e sala de leitura.

4 INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA

A leitura deve ser como um instrumento para incluir o jovem no meio social escolar, mas há outras múltiplas possibilidades dentro da escola que podem ser caracterizadas como objeto social dentro do espaço do cotidiano escolar que vão além da sala de aula, como o encontro nas idas ao refeitório, na cantina, na biblioteca e Sala de leitura e até mesmo os “batepapos” pelos corredores, entre os alunos. Nesse sentido, para Mantoan (2003, p. 15), “os vocabulários *integração* e *inclusão* indicam significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção [...] oferecer ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar”.

Para Victo (2017, p. 64), o termo “educação inclusiva,

[...] não pode ser reduzido ao significado de educação escolar da população-alvo da Educação Especial ou escolarização desse público em classe comum, pois a população a que esse conceito se refere é muito mais ampla, termo “inclusão educacional”, por outro lado, é também muito genérico, visto que o fenômeno educativo acontece em vários contextos, tais como na família, na escola, na igreja, na comunidade, no trabalho, na comunidade.

A fim de procurar melhorias para a inclusão social na escola, segundo Mantoan (2003, p. 33), a alternativa seria “recriar o modelo educativo escolar [...], do tipo reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços cooperativos, com diálogo, solidariedade, criatividade e o espírito criativo [...]”. Ao pensar um modelo de educação na atualidade, o Novo Ensino Médio, de acordo com a pesquisa da UFMG (2019) a qualidade da educação depende de diversos fatores, sendo um deles a infraestrutura do ambiente escolar. Segundo ainda, a coordenadora de Educação da Unesco no Brasil, Rebeca Otero, o desempenho da aprendizagem dos estudantes é maior quando as escolas são seguras, confortáveis, limpas, acessíveis, convidativas e estimulantes.

Neste aspecto, nos últimos anos, surgiram novas expectativas de propostas de inclusão na escola, como é o caso dos programas de leitura promovidos por meio de políticas públicas e os fomentados pelos professores em parcerias com a biblioteca da escola que têm colaborado para estimular o aprendizado o ensino e, sobretudo, a inclusão. Vale pensar assim em estratégias do tipo Citações de poesias, Dia Nacional do Livro literário, Exposições de trabalhos escritos e Teatro, seria uma entre outras opções visando estímulo do aluno e a permanecer na escola entre as idades de 14 anos a 18 anos e que possam facilitar o aprendizado, o desenvolvimento intelectual e a formação profissional. Mas por outro lado, estas dinâmicas de incentivo à leitura ainda não são suficientes para promover a inclusão de

maneira satisfatória, visto a grande evasão escolar é causada devido aos problemas sociais que atingem as pessoas de baixa renda.

Segundo o IBGE (Crelier, 2020), as necessidades de trabalhar, o desinteresse e gravidez na adolescência são principais motivos que levam jovens das escolas públicas brasileiras a abandonarem os estudos, assim como descrito que:

Dos quase 50 milhões de jovens de 14 a 29 anos do País, aproximadamente 20,2% não completaram alguma das etapas da educação básica. São 10,1 milhões nessa situação, entre os quais 58,3% homens e 41,7% mulheres. Destes, 71,7% eram pretos ou pardos e 27,3% eram brancos. Esses são alguns dados do segmento Educação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que traça um cenário do setor educacional em 2019 (IBGE, 2023).

Conforme o IBGE (Crelier, 2020), os motivos e idades dos jovens entre homens e mulheres que justificaram de não prosseguir os estudos são conforme mostra o quadro 1.

Quadro 2 – Abandono escolar – IBGE – 2020

Sexo	Causas da Evasão – Idade entre 14 a 19 anos		
Homens: 58,3%	Precisar trabalhar: 33,0%	Inexistência de escola, vaga ou turno na localidade: 2,7%	Afazeres domésticos 0,7%
Mulheres: 41,7%	Falta de interesse: 24,1%	Necessidade de trabalhar e da gravidez: ambas com 23,8%.	Afazeres domésticos: 11,5%.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Os resultados apontam que a necessidade de trabalhar foi a principal razão alegada por jovens de todas as regiões. Já o não interesse em estudar foi o segundo principal motivo informado, sempre acima de 25%, com destaque para o Nordeste, com 31,5% (IBGE, 2023).

Quanto ao desinteresse, este atingiu a taxa de 25%, segundo Adriana Beringuy, analista da pesquisa do IBGE (Crelier, 2020),

Esses dois principais motivos somados alcançam cerca de 70% desses jovens, independentemente da região, e sugerem a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola. A taxa de analfabetismo no país (6,6%) está em queda constante, atingindo quase à universalização do ensino. Mas elevar o nível de escolarização até a conclusão do ensino médio ainda parece ser um desafio (Crelier., 2020, online).

Beringuy, ainda informa que as pesquisas apontaram que, entre as mulheres, a gravidez seria o principal motivo da evasão escolar, nesse sentido, é um ponto importante a ser observado pelas políticas públicas. Conforme, contextualizado em Pontes e Carvalhos (2017, p. 1), “[...] que uma pessoa de determinada etnia, cor, deficiência física, gênero, classe

social, etc., não pode ser considerada automaticamente excluída da sociedade, isso se dá quando independente de suas necessidades, não é oferecido a ela condições iguais”, ou seja, equidade. A Assistência Social está relacionada a práticas da chamada “proteção social”:

O Brasil é um país heterogêneo em termos de distribuição de renda e aproveitamento de recursos da União. Por conta disso, as escolas presentes nas diferentes regiões geográficas e administrativas possuem realidades que refletem não só o entorno, como também as dificuldades enfrentadas pelos alunos e suas famílias no acesso e permanência no ensino [...] A Assistência Social está relacionada a práticas da chamada “proteção social”. Esta diz respeito a uma série de garantias oferecidas aos cidadãos para reduzir vulnerabilidades, fragilidades e riscos de ordem social, política, econômica e natural que possam afetá-los ao longo da vida. Isso significa que é obrigação do Estado oferecer segurança e condições dignas para uma vida sem incertezas. Essas ações podem incluir desde a proteção à gestante e ao recém-nascido até o trabalhador desempregado e o idoso, e devem contribuir para o bem-estar de toda a população, além de possibilitar a inserção de grupos historicamente excluídos como beneficiários diretos das políticas públicas.

A proteção social não se desvincula da educação, uma vez que esta é um dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal, junto à saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Por promoverem o acesso a tais direitos, as ações de proteção integram o dia a dia de crianças e adolescentes na educação regular. Além disso, a articulação entre Educação e Assistência Social pode ser vista como uma forma de enfrentar as expressões da questão social nas escolas (Instituto Unibanco, 2023).

Como vemos, a questão inclusiva na escola compreende um conjunto de ações que vai desde a questão social, política, econômica a cultural. Mas para Brasil (2013, p. 47), “a autonomia na escola numa sociedade democrática é, sobretudo, a possibilidade de ter uma compreensão particular das metas da tarefa de educar e cuidar, das relações de interdependências [...]”. Pode-se dizer que o termo inclusão vem sendo usado com muita frequência nos últimos anos por meio de políticas públicas existentes no Brasil. Alguns autores, dentre os quais Frigotto (1989) e Fonseca (2014) aludem ao tema baseando-se não somente no sujeito, mas também no contexto social (Golart, 2019, p. 182).

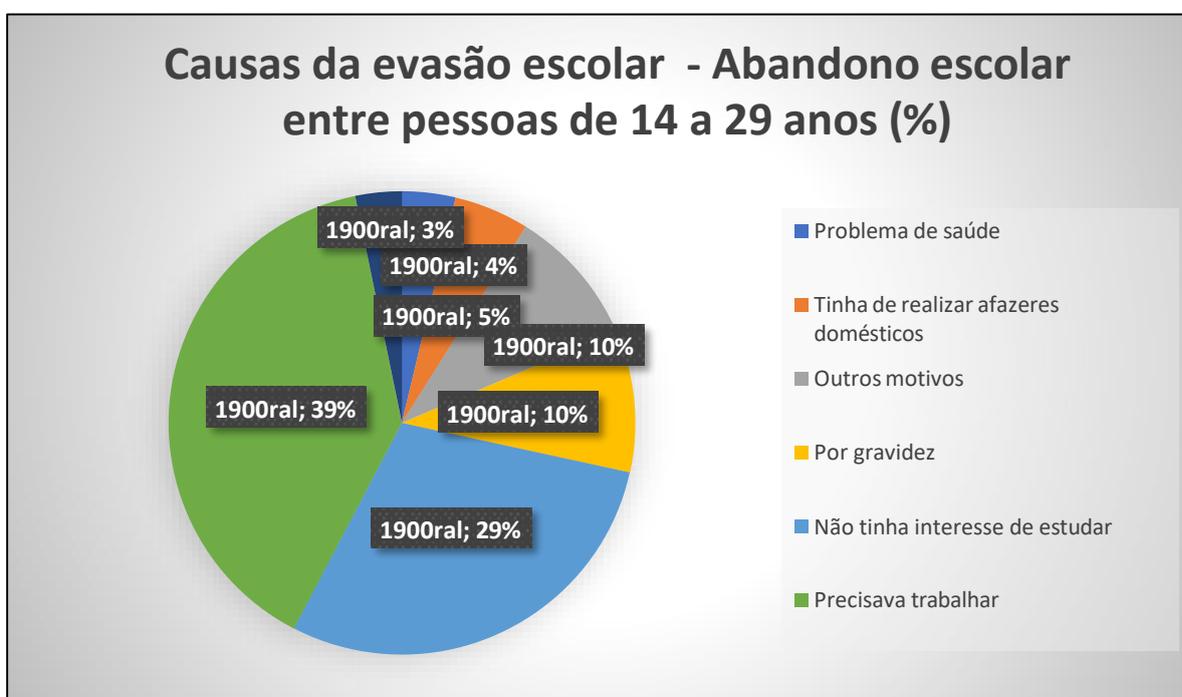
Assim conforme descrito pelo Instituto Unibanco⁹, (2023):

[...] a escola tem um papel social essencial quando se trata de potencializar vínculos sociais, desenvolver habilidades físicas e cognitivas e de tornar o aluno um agente social. No entanto, existem percalços e negações diárias do direito à educação que aumentam a probabilidade de os jovens não darem continuidade aos estudos. [...] As taxas de evasão, consolidadas até 2020, mostram uma trajetória de queda nos últimos anos com total de 2,2% no Ensino Fundamental e 6,9% no Ensino Médio um estudo realizado por Reynaldo Fernandes.

⁹ Uma plataforma com mais de 25 mil documentos, entre análises e curadoria de artigos, teses, dados estatísticos e eventos, além de produção audiovisual sobre Ensino Médio e Gestão em Educação Pública.

Mediante os dados apresentados e em razão dos problemas sociais, defende-se que não basta apenas criar estratégias para garantir a permanência do aluno na escola se não há políticas públicas satisfatórias para estimular e assegurar o aluno nos estudos do ensino básico para evitar desta maneira a exclusão. Nesse sentido, o gráfico 3, o IBGE (Crelier, 2020), destaca o abandono escolar e as principais causas. Em vista disso, entende-se assim, que para potencializar o processo de inclusão na educação básica, é necessário a participação da família, em conjunto com as ações de inclusivas promovidas pela escola e com o apoio de políticas públicas que assegurem a permanência dos alunos entre as idades de 14 anos aos 18 anos na escola, buscando evitar a exclusão e manter uma educação de qualidade, sobretudo, entre as pessoas de baixa renda.

Gráfico 3 – Causas da evasão escolar



Fonte: IBGE (Crelier, 2020).

4.1 BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE INCLUSÃO NA ESCOLA

A inclusão social, perspectiva desta pesquisa por meio da leitura, visa ao desenvolvimento de ações pedagógicas de leitura no Colégio Severino Cavalcante, buscando resposta para a definição do estudo da pesquisa sobre os benefícios dos programas de leitura implantados no que tange ao estímulo à leitura no espaço da biblioteca e os objetivos mediante teóricos que discutem a educação básica pública no Brasil e a inclusão escolar como fenômeno social capazes de melhorar a qualidade do ensino e do aprendizado.

Para essa compreensão, a pesquisa se apoia nas diretrizes das leis complementares como a Lei 12.244 (Brasil, 2010) que dispõe sobre as universalizações das bibliotecas escolares, e assim para dispor sobre uma nova definição, passa vigorar a Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024 (Brasil, 2024) que reconhece a biblioteca escolar equipamento cultural e obrigatório ao desenvolvimento do processo educativo, e a promoção de habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos e alunas, no campo da leitura e da escrita.

O que de fato mudou entre uma lei e outra é que a Lei 12.244/2010 complementava a importância de uma biblioteca na escola, determinava que as instituições de ensino público e privado de todo o sistema de ensino do país tivessem uma biblioteca equipada de um acervo de no mínimo um título para cada aluno matriculado, garantindo uma melhor qualidade dos estudantes quanto ao ensino/aprendizado. Como também um profissional da área de biblioteconomia na direção deste espaço.

A nova Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, determina agora a biblioteca escolar, Art. 3º que os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014).

Assim como define Art. 2º § III, a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local, como também § VIII discorre sobre favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino, para que os profissionais vinculados às bibliotecas escolares atuem como agentes culturais, em favor do livro e de uma política de leitura nas escolas.

No entanto, apesar do reconhecimento de que o ensino público em escolas de ensino básico se comparado ao de alunos de escolas particulares, apresenta um quadro desencorajador pela falta de políticas públicas educacionais atuantes, como também o interesse e o envolvimento de todos na escola, há a consolidação de ações que estimulam o aluno para seu desenvolvimento educacional, propiciando a permanência deste na escola e a inclusão, desenvolvendo o convívio escolar, implicando para as relações sociais e interpessoais dentro e fora da escola.

A partir dessa definição, as relações sociais no contexto do ensino básico público como melhorias na qualidade do ensino, articulam-se ações pedagógicas de incentivo à leitura que promovam no aluno o estímulo ao desenvolvimento do aprendizado. Com esta proposta

de oferecer dinamicidade no aprendizado, o CEM Severino Cavalcante exerce a função social e educacional por meio do incentivo à leitura de forma extracurricular promovidas nos espaços da sala de leitura e da Biblioteca Escolar com ações de pesquisa bibliográficas e por meio de ações das políticas públicas da SEED, conforme foram evidenciadas no decorrer desta dissertação.

Visto que ações como estas contribuem ativamente para o desenvolvimento da educação. Além de que, a descrição da escola, como instituição, deve abordar em seu contexto as necessidades de inclusão social dos seus alunos, principalmente as escolas públicas (Pontes; Carvalho, 2019, p. 5). Sendo assim, conforme diálogo de autores que discutem a inclusão na escola sendo uma possibilidade para complementar o ensino/aprendizado, surgiu a proposta para discussão deste assunto com as atividades do Colégio Severino Cavalcante, que por meio do espaço da Sala de Leitura visam proporcionar entre os alunos a sociabilidade e o desenvolvimento do aprendizado, por meio das atividades de leitura.

4.2 TIPOS DE INCLUSÃO, DIVERSIDADE E LEITURA

Visando uma expectativa social diante da proposta do tema, surgiu a necessidade de se discutir, também, alguns tipos de inclusão e a diversidade no ambiente escolar por meio da leitura, visto que a inclusão social não se configura apenas na educação especial em decorrer que a escola como instituição deve abordar em seu contexto variações de habilidade pedagógicas de inclusão social entre seus alunos, principalmente as escolas públicas, as quais contam teoricamente com apoio governamental para ofertar educação de qualidade e acesso à cultura.

À vista disso, para essa apresentação foram explanadas como inclusivas as mediações da leitura do Colégio Severino Cavalcante devido que a inclusão consiste no processo de inserir alguém em um tipo de atividade ou um grupo de pessoas com a finalidade de um bem comum. Como exposto por Camargo (2017) inclusão social a significa um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos, nos quais os grupos de pessoas participam efetivamente, mantendo uma relação solidária e de colaboração.

Logo, as escolas, com suas dinâmicas pedagógicas, com aspirações em diversos contexto de inserção como social, cultural, linguístico e digital, permitem uma educação inclusiva, como as que foram resumidas, associados as atividades de inclusão promovidas pelo Colégio Professor Severino Cavalcante.

Diante do exposto, a importância de destacar a educação inclusiva qual deve ser transformada em sua totalidade para que possa oferecer um ensino de qualidade para todos os

que nela se encontram (Antunes, 2017). Assim sendo, a história da educação inclusiva, segundo Gomes e Caetano (2012, p. 19), surgiu da “educação especial no Brasil no início do período imperial, a partir de algumas experiências e estudos realizados na Europa por estudiosos relacionados com a área”.

Vale reforçar que a educação de deficientes, da educação de excepcionais ou Educação Especial na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de 1960 do século XX. Assim como, com o passar dos anos, Gomes e Caetano (2012, p. 19) descrevem que para se alcançar um modelo de escola inclusiva, foi necessário passar por uma história de exclusão daqueles que eram diferentes dos padrões de normalidade e que passaram a ser entendidos pela Educação especial.

Finalmente, por intermédio dos avanços de pesquisas de grandes teóricos na área, novos conceitos de inclusão foram reconhecidos para melhoria do processo da educação, como a da perspectiva de incentivo à leitura para contribuir com o desenvolvimento da escrita e da linguagem, dos alunos da educação básica.

Neste contexto, a Secretaria da Educação do Paraná (2024), por exemplo, adota a abordagem de inclusão na perspectiva da leitura, que colabora para acolher e facilitar o aprendizado dos alunos. Assim como, na contextualização de Sebasitán-Heredero e Anache (2009) a inclusão pretende assegurar na totalidade que os estudantes desenvolvam e aprendam nos mesmos espaços educativos, qualidade e modificações consideráveis nas concepções dos docentes. Como também, de acordo com os dados da Secretaria da Educação do Paraná (Paraná, 2024) a inclusão estabelece a prática mais recente no processo de universalização da educação, como na área da educação indígena, investimento e treinamento dos professores.

Deste modo, para Sebasitán-Heredero e Anache (2020, p. 4) a inclusão como conceito pretende assegurar que todos os estudantes desenvolvam e aprendam nos mesmos espaços educativos e com a mesma qualidade, o que envolve modificações relevantes nas concepções escolares e docentes. Assim como, percebido no pensamento de Arnaiz-Sanchez (2005) que para ele, a filosofia da inclusão defende uma educação eficaz para todos, sustentada em que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos.

Neste cenário, vale descrever que o processo inclusivo teve seu apogeu na década de 1960, num momento de intensa luta pelos direitos sociais e civis e, especialmente de pessoas menos favorecidas, [...] relacionadas às crianças deficientes (Antunes, 2008).

A cerca do marco histórico e normativo a partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação do sujeito, a visão da educação foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. No entanto, no decorrer uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades (Brasil, 2007).

Atualmente, segundo Sasaki (1997), é uma luta onde constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Por outro lado, “a demanda por políticas inclusivas de imigrantes nas escolas brasileiras é um ramo absolutamente escasso na Educação, tendo em vista que quando se fala em inclusão no Brasil” (Souza; Sena, 2016, p. 56).

No entanto, na contradição de Porto-Gonçalves (2000, p. 7) em crítica ao pensamento econômico do capitalismo do pensamento científico moderno seria de que pode ser descrito como a naturalização das relações sociais, a noção de acordo com a qual as características da sociedade chamada moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade.

A escola objetiva levar educadores e alunos a refletir sobre a importância da escola, reconhecendo-a como instrumento e valorização e transformação da sua realidade e que a participação de todos é fundamental, além disso, realizando união entre escola e comunidade qual significa pensar numa visão de mundo incluir na vivência dos alunos a leitura, a interpretação de texto e a escrita (Macário, 2008).

Em consonância com as variedades de conceitos, a inclusão social no ambiente educacional favorece para as relações tanto em sala de aula como fora dela. “Como descrito em Antunes (2008, p. 2), a sociedade passou por diversas transformações, desde a fase de exclusão, passando pela integração”. E as relações sociais, para Ortiz (1983) o sujeito se relaciona com os outros a partir do lugar social que ocupa.

É importante observar também que a educação é direito da criança e do adolescente como reiteram Venere e Velanga (2008, p. 183):

De que em primeiro lugar, é fundamental pensar nos direitos da criança assegurados pela legislação. Em vista disso, a Constituição Brasileira (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9.394/96 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vem garantir a discussão dos direitos considerados “universais” (grifo dos autores).

A Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu Art. 210, assegura a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. Cabe, portanto, a conscientização de promover projeto de extensão de incentivo à leitura e interação em biblioteca escolar para promover uma educação assegurada e de qualidade aos alunos, e que oportunize os mesmos a serem formadores de opiniões, pensadores críticos e com habilidades para a relação intersocial e cultural em sala de aula e fora dela, quebrando o elo da fronteira e do estranhamento no aspecto escolar.

Em síntese, a leitura como forma de inclusão “tem como característica comum o fato de focalizar a biblioteca na sua perspectiva educativa, preocupando-se em clarear a contribuição que ela pode dar à aprendizagem” (Campello *et al.*, 2013, p. 129). Como também, por ser um ambiente favorável a pesquisa e leitura, contribui para relações sociais de sua comunidade estudantil.

Pesando também, quanto às relações interpessoais no campo social e econômico, por exemplo, tem mostrado um grau crescente de competitividade em que vive a sociedade. Que segundo Garcez e Carpes (2006, p. 63) este quadro indica que investir em pessoas, é o caminho mais seguro para sobreviver neste contexto global de crescente competitividade e exclusão. Sendo assim, importante discorrer, por meio da leitura cresce as oportunidades diante da nova era da tecnologia, qual muito vem se falando de inteligência artificial, significa oportunizar os alunos por meio de ações que estimule a percepção, a memória e o raciocínio. E a leitura, é uma das formas para o desenvolvimento do intelecto e está à frente do mercado competitivo.

A leitura e o conhecimento ainda são as únicas formas de evoluir a humanidade. E, portanto, os alunos da rede pública devem ser incentivados ao uso de bibliotecas, visto que, “estudantes de escolas que mantêm boas bibliotecas aprendem mais e obtêm mais bem resultados em testes padronizados que estudante de escolas com bibliotecas deficientes, segundo pesquisa da universidade de Denver, nos estados Unidos” (Côrte; Bandeira, 2011, p. 5-6).

Sendo assim, a educação inclusiva e sua história, evidenciam os demais conceitos de inclusão. Pois, uma escola inclusiva é uma escola participativa e comprometida para que todos os alunos independentes de suas denominações, crenças, ou etnias sejam inclusos no meio educacional, através das práticas pedagógicas, como as de incentivo à leitura.

No entanto, com o objetivo de melhor compreensão sobre o assunto, vale entender primeiramente o que é diversidade, que segundo o Dicionário de Diversidade (APERAM, 2021, p. 11) “é o tratamento sem distinção entre todas as pessoas, independente de raça, religião, cultura, idade, gênero e outros marcadores sociais”.

Para Sasaki (1997, p.18) a inclusão significa, portanto, o processo pelo qual a “aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação [...]”. Sendo assim, neste abordar-se-á um resumo sobre a inclusão social, cultural, linguística e a digital para complementar o assunto de processo inclusivo por meio da leitura em escola de educação básica.

4.3 EDUCAÇÃO BÁSICA E TIPOS DE INCLUSÃO

Para entender as diretrizes educacionais da educação básica, foram criados documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que segundo Pinheiro (2023, p.23) “a BNCC é oriunda da Constituição Federal de 1988 que dispõe sobre o estabelecimento de uma base comum curricular para todo o país, no qual os conteúdos fossem equilibrados, sobretudo no respeito a diversidade étnica, geográfica e cultural do Brasil”. Nesse sentido, a primeira das competências gerais da Educação Básica, segundo a BNCC (Brasil, 2018, p.11), é de valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Conforme estas ideias, a abordagem de educação inclusiva cultural propõe um olhar para cidades com aproximação de fronteira, cuja importância da diversidade de informação cultural se faz presente e colabora com o processo de ensino/aprendizado.

4.3.1 Inclusão social

Para Gusmão, Martins e Luna (2011, p. 81) “a evolução do aluno depende do efeito que as relações estabelecidas entre todos os sujeitos que compõem o ambiente escolar (e interferem nele) têm sobre o grupo, dando condições para a continuidade do processo que tem como produto agregado a aprendizagem do aluno”. Desse modo, a permanência do estudante na escola se dá na concretização do processo de aprendizagem, no fornecimento de uma educação de qualidade e no respeito e valorização das diferenças [...] aceitar o outro e acolhê-lo com respeito significa inseri-lo nos vínculos sociais (Franco; Silva; Torizu, 2019, p.702-703).

Assim como, segundo Brasil e Argentina (2008, p.14) há uma descrição sobre as escolas no desenvolvimento de uma sistemática de trabalho de sensibilização dos pais para o

desenvolvimento de atitudes positivas frente ao bilinguismo e à interculturalidade. Este modelo de ensino intercultural entre crianças do Ensino Fundamental, voltado para o bilíngue nas escolas públicas visava programa de ensino em área de fronteira com objetivo de estreitar laços educacionais.

Assim sendo, as escolas públicas na cidade de Boa Vista, principalmente por estar em região de aproximação de fronteira significa chamar a atenção de propor programas de leitura com a finalidade da literatura bilíngue para atender a todos os alunos de maneira igualitária independente da nacionalidade do estudante, e a leitura literária bilíngue, seria uma forma de incluir também esses alunos através do espaço da biblioteca.

4.3.2 Inclusão Cultural

A inclusão A inclusão cultural via leitura oportuniza a troca do conhecimento, pois “nas instituições onde o bilinguismo é o principal objeto de estudo torna-se necessário um acervo que atenda essa demanda, ou seja, um acervo bilíngue que seja igualmente estruturado e que faça um estudo de usuários de ambas às culturas” (Silva, 2014, p. 29). Conforme descrito por Matone e Todorov (2007, p.182) linhagens culturais compreendem contingências operantes entrelaçadas de pelo menos dois indivíduos que produzem, juntas, um produto agregado. Tais contingências são selecionadas pelo seu produto agregado e, assim, perpetuadas ou não através do tempo.

Para Bauman (2005, p.8), é essencial colher a “verdade” de todo sentimento, estilo de vida e comportamento coletivo. Isso só é possível quando se analisam os contextos sociais, cultural e político em que um fenômeno particular existe, assim como o próprio fenômeno. Dessa forma, pode-se dizer que a inclusão cultural no meio escolar possibilita as relações sociais na escola.

4.3.3 Inclusão Digital

Vivemos diante de uma nova era digital, onde muito se fala sobre inteligência artificial e processo inclusivo digital, que segundo Freire (2006, p.228) um dos objetivos da ciência da informação seria o de contribuir para a informação se tornar, cada vez mais, um elemento de inclusão social, oferecendo oportunidades de desenvolvimento para pessoas, grupos e nações. Com o avanço da tecnologia, *internet* e aplicativos como Facebook, Instagram, Telegram e WhatsApp, a troca de informação em tempo real tem se tornado no

cotidiano das pessoas em todas as áreas. E esta tendência virtual caracterizou-se em inclusão digital com objetivo de beneficiar a todos no mundo digital, ou aldeia global.

Na escola, a inclusão digital se dar por meio de políticas públicas, como a do Ministério das Comunicações (Brasil, 2023c, online) na qual a:

Estratégia Nacional de Escolas Conectadas é dividida em quatro principais eixos de conectividade: implantar infraestrutura de rede de acesso à internet em alta velocidade; disponibilizar acesso à internet com velocidade adequada; instalação de redes Wi-Fi nas escolas; e fornecimento de energia elétrica. Segundo o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, além de universalizar a conectividade, o Escolas Conectadas vai fomentar a equidade de oportunidades de acesso às tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem.

Atualmente discute-se a ideia da inserção tecnológica a partir da necessidade da informatização na vida de indivíduos com dificuldade no acesso a determinado meio tecnológico (Vaz *et. al.*, 2010, p. 66). Assim sendo, uma educação de qualidade exige apontar instrumentos que traga benefícios de modo igualitário e que facilite as relações sociais na escola. Que segundo a UNESCO (1996, p.18), define a questão da qualidade da educação, no sentido de que, significa direcionar a necessidade de caminhar para “Uma sociedade educativa” de maneira oferecer oportunidade de progredir no saber fazer e pôr em prática os potenciais educativos modernos meios à comunicação a da vida profissional e atividades de cultura e lazer, de maneira a potencializar o indivíduo deve estar na atitude de todos os elementos da qualidade da educação. Portanto assim, acrescentando que a escola tem como objetivo levar educadores e alunos a refletir sobre a importância da escola, reconhecendo-a como instrumento e valorização e transformação da sua realidade e que a participação de todos é fundamental (Macário, 2008, p. 3).

4.3.4 Inclusão Linguística

O termo inclusão cada vez mais é utilizado para diversidade de determinados espaços. Como a inclusão linguística utilizada em função de um sistema de compreensão e a comunicação, que pode ser trabalhada com indivíduos considerados analfabetos funcionais. Sabem ler e escrever, porém tem certa dificuldade de captar ideias e compreensão de textos.

Farias, Santos e Silva (2009, p. 44) discorrem sobre reflexões acerca da inclusão linguística no contexto escolar. Segundo os autores, no caso específico da educação pública brasileira, a escola tem sido muito mais um espaço de exclusão social do que propriamente de abertura de oportunidades. Os autores ainda abordam sobre os resultados calamitosos da educação brasileira por meio dos exames nacionais como Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e no âmbito internacional, pela Organização pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programme for International Student Assessment (PISA) (Farias; Santos; Silva, 2009, p. 43).

Na compreensão dos autores a questão da linguagem nas escolas precisa ser reforçada e mais compreendida como fundamental para o desenvolvimento do ensino. “Esse saber único é reforçado e cristalizado em algo comum ao indivíduo, mas que por ser tão natural, muitas vezes, não recebe a atenção devida” (Farias; Santos; Silva, 2009, p. 44).

Nas considerações de Borba (2020) ler, articular e interpretar símbolos e códigos de diferentes linguagens e representações é fundamental para adquirir conhecimentos e capacidades próprias de cada curso específico. Dessa maneira, assim conforme descrito em Ferreira e Souza (2018, p.15), “Há a importância de utilizar as literaturas na escola que tematizam a diversidade cultural, tendo em vista a possibilidade de leitura de outros textos, de outras imagens e de outras histórias do que significa ser diferente”.

De acordo com Silva (2011, p.500):

Cumprir à biblioteca escolar exercer as funções de incentivar a leitura dos estudantes; aprimorar a produção e uso da informação em diversos suportes; organizar atividades que valorizem a consciência social e cultural em nível local, nacional e global; apoiar as atividades integradas ao currículo da escola.

Com base nestas informações, o colégio pesquisado Severino Cavalcante, apresenta como processo inclusivo em seu espaço de leitura, atividades participativas com a comunidade discente que podem ser caracterizadas como instrumento de inclusão. Em concordância, IFLA (2005, p. 19) [...] discorre que eventos especiais podem ser organizados na biblioteca, tais como exposições, visitas de autores e datas internacionais comemorativas. Se houver espaço suficiente, os estudantes podem apresentar encenações inspiradas na literatura que envolve aspectos culturais como também de aprendizado.

Abordagens como estas, são incentivadas no Colégio Severino Cavalcante, através do espaço de leitura, que incentivam os alunos nas criatividades de cartazes e exposições sobre datas comemorativas e dias internacionais, assim como outras que articule trabalhar peças teatrais e produção textual, como o concurso de poesias, “Correio Elegante” que tem o objetivo de incentivar os alunos a escrever e a ler.

Estas dinâmicas sociais da escrita e da leitura colaboram para a relação interpessoal entre o aluno e a escola e facilita para o convívio social dentro da escola e fora dela. Assim sendo, as dinâmicas trabalhadas na Sala de Leitura, conforme descrito pelo (Duarte; Sousa, 2023a, p. 2) descrevem que as ações de leitura têm o compromisso de incentivar o hábito à

leitura com o intuito de contribuir com a formação de cidadãos participativos e atuantes em convívio social.

Assim como a participação dos alunos envolvidos nos programas de leitura, há também a participação ativa diária destes, também, em busca de leitura em outras literaturas do acervo da Sala de leitura. Segundo dados dos relatórios do CEM XXXII (Duarte; Sousa, 2023a, 2023b), a estimativa de consulta e empréstimo dos livros do acervo da Sala de leitura, teve cerca de 764 (setecentos e sessenta e quatro) alunos emprestando livros literários para lerem em casa. Estes dados são de alunos das turmas do 6º ao 9º ano, série finais do Ensino Fundamental, entre os meses de agosto a dezembro de 2023.

Como vemos incentivar o aluno e inserir no meio social escolar é importante porque contribui para sua vivência e convívio social de diversas atividades na escola. E na dessa informação para propósito da perspectiva de inclusão por meio da leitura em ambientes não formais da sala de aula, auxilia para o estímulo a leitura ao aprendizado do aluno e de sua convivência. Pois a biblioteca e/ou Sala de Leitura com ajuda dos professores e coordenadores facilitam para convivência e a construção da cidadania desses sujeitos.

No entanto, com base a vivência do Colégio Severino Cavalcante, durante algumas visitas no decorrer da pesquisa, observou-se uma série de livros literários para o público infante juvenil, exposto no acervo. Contudo, não foram encontrados livros de literatura em outra língua, como o espanhol ou inglês, que pudessem favorecer o Bilíngue, Português-Espanhol ou Português-Inglês de alunos migrantes venezuelanos e/ou Guianenses, que são notórios no Colégio, devido à peculiaridade de fronteira.

Neste caso, partindo da ideia do Programa de Fronteira Brasil e Argentina (2005), a partir do desenvolvimento de um programa para a educação intercultural, com ênfase no ensino do português e do espanhol, implica pensar em uma Política Pública Educacional específica de incentivo bilíngues para oportunizar de modo geral a troca de conhecimento literário entre todos os alunos de escola pública, independentemente de sua nacionalidade.

A partir disso, a função social das línguas estrangeiras nas comunidades brasileiras, segundo Oliveira (2011, p. 14) interfere diretamente no desempenho das crianças e no projeto, e, conseqüentemente, reforça o aprendizado das crianças. Em vista disso, o processo inclusivo por meio da leitura significa ser uma ferramenta facilitadora para as relações sociais e interculturais e o aprendizado, proporcionando também, a alunos estrangeiros o acesso à leitura em sua língua materna.

Neste caso, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Brasil, 1997, p. 72) contribuem quanto à formação do aluno no sentido de a escola organizar uma

política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar, de maneira autônoma oportunizando o aluno ler de preferência textos com os quais já tenha certa proficiência.

A fim da melhoria da educação pública brasileira, as Políticas Públicas educacionais precisam garantir o acesso de leitura de jovens e crianças de outras nacionalidades, como também, assim conforme descrito em Bessa (2011, p.47) a biblioteca escolar necessita estar inserida nas atividades desenvolvidas por educadores para que, de fato, contribua no processo de ensino/aprendizagem.

Neste sentido, de acordo com a Portaria Nº 225/SEED/GAB, de 10 de maio de 2023 (Roraima, 2023), que institui o Programa Caminhada Literária – PECALI descreve no parágrafo §1º que:

As salas de leitura e bibliotecas escolares devem contar com espaço físico exclusivo suficiente e adequado para o acervo, o atendimento e a oferta de serviços e para a realização dos serviços técnicos e administrativos, além de possuir acervo atualizado e diversificado que atenda às atuais necessidades da comunidade escolar.

Conforme as determinações para a formação do acervo de bibliotecas e Sala de Leitura das escolas que participam do programa PECALI, há de se pensar de modo complementar a melhoria do ensino público, no sentido do incentivo de leitura bilíngue Português/Espanhol. Com esta perspectiva, tendo em vista o contingente de migrantes na Cidade de Boa Vista, um acervo diversificado em outras línguas contribuiria para bilíngue e fortalecer a valorização da função social da biblioteca e da Sala de Leitura, englobando o ensino literário nas duas línguas de maneira facilitar a interação dos alunos migrantes matriculados nas escolas. Esta dinâmica contribuiria para o processo inclusivo social entre os alunos, como também para inclusão social de maneira igualitária independente de sua nacionalidade.

Além da falta de livros em outras línguas, também se observou na Sala leitura e na Biblioteca a falta de uma política pública orçamentárias para a atualização do acervo, e um sistema organizacional segundo as normas de catalogação, esta última pela falta de um bibliotecário graduado na área de biblioteconomia. Quando se fala graduado em biblioteconomia, remete uma crítica de que as pessoas que estão à frente como coordenadores na biblioteca e na Sala de leitura se denominam bibliotecário devido estarem nestes atuando nestes locais.

5. AÇÕES DE LEITURA DO COLÉGIO SEVERINO CAVALCANTE

Na intenção de contribuir por meio das práticas educativas, as ações de leitura propõem incentivar e criar no aluno o hábito de ler e escrever com vista uma atividade cognitiva para desenvolvimento do aprendizado. À vista disso, a proposta se pauta na visão de inclusão social e os tipos de inclusão que são caracterizados mediante as atividades desenvolvidas pelos alunos, no espaço da Sala de Leitura. Que são um conjunto de ações integralista que por meio de mural informativo divulga as atividades que serão articuladas no decorrer do bimestre.

Algumas ações proporcionam conforme o cronograma de atividades de leitura, o aluno criar placas de sinalização com frases de incentivo à leitura para serem distribuídos nos arredores da escola, sempre com um tema sobre educação ambiental ou a prevenção contra as drogas. Ações como estas significam um novo paradigma que exige das escolas transformações em sua estrutura e funcionamento, que implicam a reavaliação de sua intencionalidade e a revisão de seu papel social (Gusmão; Martins; Luna, 2011, p. 78).

Assim como, paralelo a essa definição, de acordo com os dados dos relatórios da fonte de acesso (Duarte; Sousa, 2023a, 2023b), o projeto de leitura articula também, o ensino/aprendizagem, em prol da formação de cidadãos críticos, contribui para formação de leitores potenciais, participativo e criativo, promovendo a integração social da comunidade escolar, docentes e discente e seus funcionários administrativos.

Na concepção freiriana, agora a transformação social pretende dar uma condição de objetividade do sujeito como histórico que se aprende dialeticamente (Freire, 1989, p. 19). Sendo assim, o processo social não pode ser imaginado e pensado como uma tendência e sim, materializado a sua importância para boa convivência do processo educacional e formação profissional dos estudantes.

Quadro 3 – Comparação das ações de Incentivo à Leitura que caracterizam um tipo de inclusão na escola.

ORDEM	ATIVIDADES	COMO FAZER?	ABORDAGEM INCLUSIVA
1	Murais informativos distribuídos pelos corredores da escola	Tem a finalidade de informar as atividades pedagógicas de leitura que serão abordadas e suas respectivas datas.	Vista como inclusão digital e linguística

ORDEM	ATIVIDADES	COMO FAZER?	ABORDAGEM INCLUSIVA
2	Visitas periódicas às salas de aula	Finalidade de divulgar obras literárias ou atividades que serão desenvolvidas no ambiente da sala de leitura.	Inclusão social
3	Empréstimo de livros literários	O aluno aluga livros literários para ler em casa.	Inclusão linguística
4	Definir pontos extras para os livros lidos e apresentados pelos alunos	Os alunos terão que ler o livro e resenhar o entendimento da leitura; Atividade combinada com os professores de Língua Portuguesa.	
5	Agendamento da Sala de Leitura para professores de língua portuguesa	Com a finalidade de contribuir com as aulas extrassala de aula de desenvolvimento da leitura.	Inclusão social e linguística
6	Horário especial	Para visita dos alunos a Sala de leitura durante os intervalos de aula.	Inclusão social
7	A cada bimestre, premiação dos alunos leitores, com certificação	Evento de premiações de concurso de redação e poesia.	Inclusão social
8	Exposição em mural	Divulga os eventos e atividades de incentivo à leitura realizadas pelos alunos.	Inclusão digital e linguística
9	Painel de Leitura	Divulga os nomes dos alunos que mais leram.	Inclusão linguísticas.
10	Concurso de poesia	Criatividade da escrita dos alunos – constroem textos poéticos.	Inclusão digital, linguística e social.
11	Placas pelo jardim	Os alunos criam frases sobre meio ambiente e ética e respeito.	Inclusão linguística
12	Desafio do livro. “Eu faço a leitura”	Os alunos são desafiados a escreverem um livro.	Inclusão digital e linguística.
13	Devoradores do livro	Incentivar a capacidade de ler vários livros literários.	Inclusão linguística

14	Liberte uma frase	Em uma caixa são coladas várias frases literárias para serem retiradas e declamadas pelos alunos.	Inclusão linguística
15	Gincana anual para receber doações de livros literários	Uma caixa é colocada no corredor da Sala de Leitura com a frase: Recebimento de livros literários.	Inclusão social

Elaboração própria.

Os dados apresentados no Quadro 3, destacam os tipos de atividades fomentadas pela Sala de Leitura do Colégio Severino Cavalcante – CEM XXXII, que se associam como tipos de inclusão na escola. Outra bem compreensível se faz na figura de inclusão linguística, projetada pelos professores de língua portuguesa, na descrição de atividades de produção textual em forma de literatura. Neste contexto, o relatório de resultados das atividades de incentivo à leitura não descreve a figura da participação de professores de outras disciplinas.

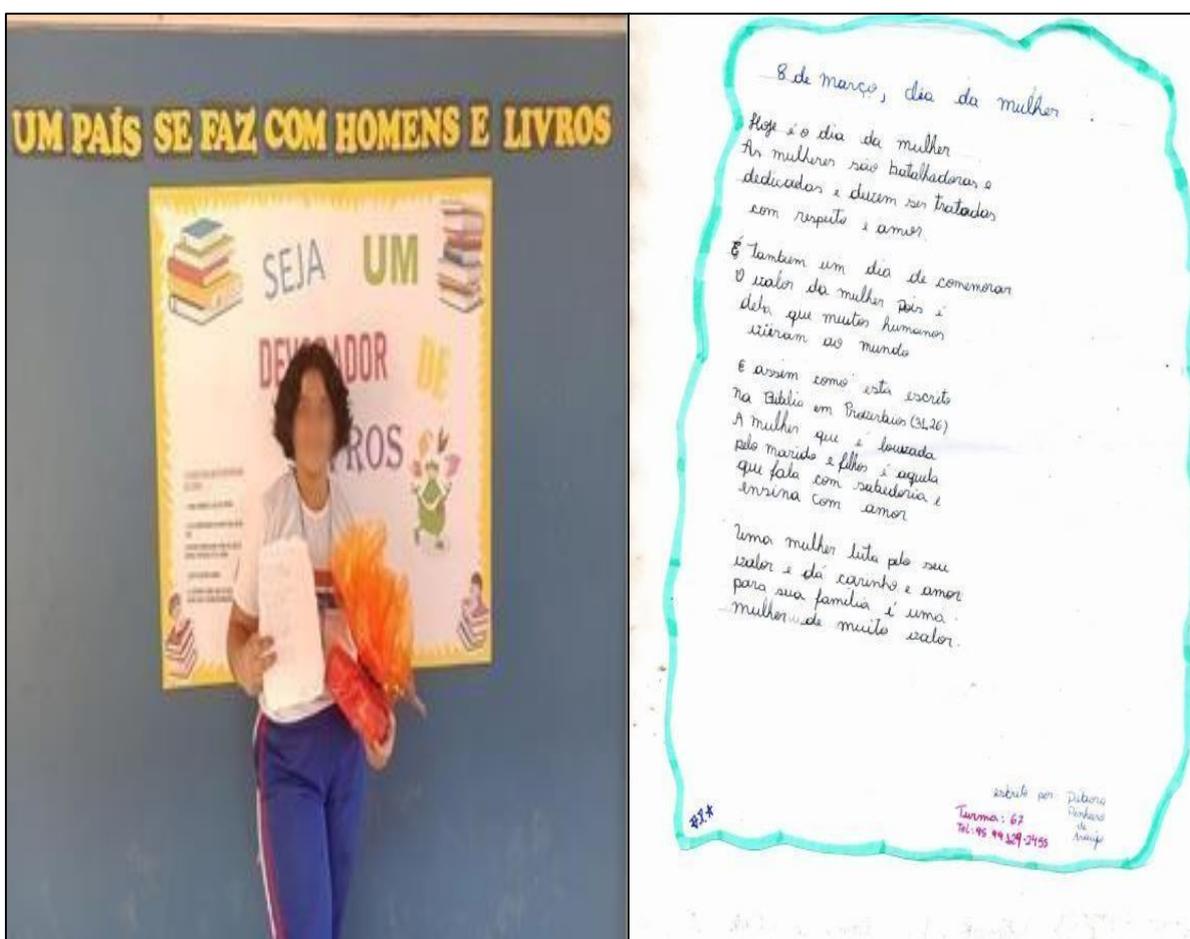
Nesta atividade, os alunos são incentivados a serem os protagonistas autores da história, como descritos no Projeto de incentivo à leitura do Colégio Estadual Militarizado - CEM XXXII (Duarte; Sousa, 2023a, 2023b). Conforme, descrito no Quadro2, há um mural na escola para informar sobre as atividades que serão implantadas e o cronograma com as datas e hora dos eventos. Assim como, as turmas que irão participar.

Estas atividades normalmente são trabalhadas com cada tipo de público, especificando e as turmas, se do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Portanto assim, para cada de sujeito envolvido na ação, que são os alunos, uma determinada missão, que vai desde pesquisar sobre o tema, confecção dos cartazes e organização das oficinas. Observa-se com estas atividades, que os alunos automaticamente participam de um tipo inclusão, desde a social, cultural, linguística e digital quando se reúnem para organizar as tarefas, a linguística na fase da escrita e da comunicação, a digital quando do processo de pesquisa na internet. Várias são as ações que são vistas como de inclusão no convívio escolar.

As criatividades dos agentes protagonistas, os sujeitos sociais, que são os alunos, implicam para os tipos de inclusão que beneficia o desenvolvimento do ensino/aprendizado de cada um. Acerca destas dinâmicas, Nascimento e Carvalho (2017, p. 2) abordam a função essencial da biblioteca na escola, no sentido de ser um espaço mágico, dinâmico, encantador e alegre para criar entre os alunos o estímulo e o hábito da leitura por meio de atividades criativa que possam ampliar a vivência cultural. Os diversos tipos de produção literária resultam na produção de textos e poemas, percebendo que este ato pode ser uma fonte de

prazer entre os alunos. A partir deste contexto, são promovidos nos CEM XXXII concursos de poesias com a finalidade de incentivar a criatividade e a produção textual e a escrita entre os alunos, sobretudo dos anos finais do Ensino Fundamenta, como mostram as imagens 7 e 8.

Imagem 6 – Premiação do Concurso de Poesias – feminino



Fonte: CEM XXXII.

Os alunos do 6º ao 9º Ano participam do Concurso de poesia, com o trabalho de produção de texto literários, expondo assim, a criatividade e a escrita. Cada sujeito envolvido na ação é incentivado a criar uma poesia, conforme o tema abordado. A atividade é promovida pelos professores de língua portuguesa a partir do ensino em sala de aula. A atividade de produção de texto é fomentada nos espaços da Sala de Leitura, e para isso, há uma equipe de avaliadores que observam o contexto da escrita, as aspirações, sentido e ortografia. No final, o aluno que mais se destacar recebe uma premiação de incentivo. Nota-se, assim que o processo linguístico colabora para a inclusão dos alunos, desenvolve suas habilidades, estimula o hábito da escrita e da leitura e promove as interações sociais na escola.

Imagem 7 – Premiação do Concurso de Poesias – masculino



Fonte: CEM XXXII.

Como se percebe há dois tipos de categoria para o Concurso de poesia, um para o público feminino e outro para o público masculino. Meninos e meninas, expõem suas criatividade e aspirações literárias. Estas atividades resultam para imaginação criativa, colabora para formação de leitores e futuros escritores. E neste contexto, a colaboração e o papel da biblioteca se faz presente para dar suporte às práticas pedagógicas, colaborando com um acervo diversificado para consulta dos alunos que promoverem suas habilidades da escrita, via leitura.

As reflexões acerca do ensino literário nas escolas evidenciam ferramentas formativas para o desenvolvimento do aluno. Não basta apenas promover ações se não tiver na escola agentes facilitadores que incentive o hábito da leitura. Pois, segundo Colomer (2014, p. 19) “qualquer modelo de ensino literário se caracteriza pela forte inter-relação que estabelece entre seus objetivos, eixo de programação, o corpus de leitura proposto e as atividades escolares”.

As programações e as atividades planejadas são propostas para o incentivo à leitura de modo contribuir para a integração dos alunos, como a atividade da Caixinha literária do Programa Caminhada Literária, que são atividades providas de maneira ao incentivo à

produção de texto que favoreçam aos alunos usarem da imaginação e a escrita e contribui para formação de cidadãos participativos e atuantes em convívio social (Duarte; Sousa, 2023a, p. 2).

Imagem 8 – Dinâmica de estímulo à leitura: produção de cartazes



Fonte: CEM XXXII.

As dinâmicas das relações sociais nos espaços extrassala de aula, favorecem a habilidade do aluno e desperta a criatividade, assim como descritas no Relatório - CEM XXXII (Duarte; Sousa, 2023a). Para a professora Lêda da Silva, que coordenou a Sala de leitura no primeiro semestre de 2023, as ações são programadas pelos coordenadores em parceria com os professores de língua portuguesa, com o objetivo do desenvolvimento do ensino/aprendizado dos alunos. As atividades são previstas conforme as datas comemorativas, como a do dia Mundial do livro que se comemora do dia 23 de abril, conforme mostra a imagem 9, alunos dos anos finais do Ensino Fundamental realizando exposição em comemoração à essa data significando da importância da leitura para o desenvolvimento do aprendizado. Estas imagens, segundo dados do Duarte; Sousa (2023a, 2023b) contribuem para lembrar que o trabalho coletivo e as parcerias são necessários para alcançar êxito e o aumento significativo de empréstimo de livros literários.

Nesta perspectiva, outras atividades foram surgindo como o “Correio elegante pedagógico” que teve como objetivo incentivar os alunos a escreverem cartas entre eles e para seus professores, expondo sua admiração e carinho aos seus mestres. Nesta atividade pode se tirar dois aprendizados, um sobre a importância da escrita que implica para o desenvolvendo

linguístico e o segundo a ação cívica de o que significa ser um voluntário, que é dedicar uma parte de seu tempo a fazer o bem, sem remuneração alguma. Quanto à função de ser voluntário na escola, significa a solidariedade em ajudar nas entregas das cartas aos destinatários, dentro da escola. Assim como, a atividade serve para ensinar os alunos, a denominação da ação que é “amor e gratidão” dentro e fora da escola, ensinando por meio das cartinhas, a importância de acordo com o tema o significado de dizer não à violência. E sendo assim, estas ações sob os mais variados signos de compreensão possibilitam para a inclusão do aluno na escola.

Imagem 9 – Correio Elegante Pedagógico



Fonte: CEM XXXII

Os planejamentos para as ações de incentivo à leitura, ações cívicas, produção textuais e literárias entre outras na escola, vai da dedicação e determinação dos professores e o amor de ensinar seus alunos. Uma didática lúdica que facilita o aprendizado e estila o aluno a se integrar com mais intensidade aos seus estudos.

Nesta dinâmica, significa dizer que:

[...] a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas [...] com adultos, e crianças de diferentes idades, grupos e contextos culturais nos quais se inserem (Brasil, 2013, p. 86).

Desta forma, as relações sociais e as dinâmicas de leitura asseguram a formação dos alunos assim, como promovem o desenvolvimento do aprendizado. Importa abordar, as

descritas no Relatório CEM XXXII (Duarte; Sousa, 2023a, 2023b) sobre a importância da leitura e das interações sociais dentro da escola. Segundo o relatório, os alunos tiveram a oportunidade de participar de palestras do dia alusivo de combate ao Abuso sexual, como também elaboraram textos e confeccionaram plaquinhas com dizeres relacionados ao tema. Todas essas programações tiveram a participação dos professores de língua portuguesa com os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano.

Conforme, mostra a imagem 11, a ação “Guarde o livro na memória”, significa a lembrança do contexto literário que o livro reproduziu, lembranças dos pontos que mais chamou a atenção do leitor. É uma forma de estimular o hábito da leitura, como a história Capitães de areia, de Jorge Amado, que foi um dos indicados para a atividade.

Imagem 10 – Ação Guarde o livro na memória



Fonte: CEM XXXII, 2023.

A extração do contexto literário escolhido também é aproveitada para ensaios de peças teatrais entre os alunos do Ensino Médio, os alunos fazem em uma leitura do tem escolhido e representam os sujeitos da história em forma de teatro. A vista disso, em Colomer (2014, p. 126) discorre estudos recentes sobre hábitos de leitores na Espanha que “mostram que as crianças leem cada vez mais ao longo do primário, enquanto seu ritmo de leitura decresce durante o secundário”. As propostas de incentivo à leitura do Colégio Severino Cavalcante - CEM XXXII cooperam para que os alunos no decorrer de sua caminhada no Ensino Fundamental dos anos finais que são do 6º ao 9º Ano, continuar com estímulo de leitura até a última série do Ensino Médio.

Mediante essa dinâmica, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998, p. 9) é necessário definir claramente o papel da escola na sociedade brasileira e que os objetivos devem ser perseguidos no Ensino Fundamental, como mostra a imagem de alunos participativos nas ações de leitura. O PCN discute ainda, que na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como Ética, Meio ambiente, Orientação sexual, Pluralidade cultural, Saúde, Trabalho e consumo ou outros temas devem se mostrem relevantes (Brasil, 1998, p.9). Vale lembrar que as dinâmicas da Sala de Leitura do Colégio Severino Cavalcante são intermediadas com a presença dos professores que desenvolveram as ações articuladoras extrassala de aula, o que vem facilitando o desenvolvimento educativo do estande, como mostra a imagem 12 deste trabalho.

Imagem 11 – Alunos e a Coordenadora da Sala de leitura



Fonte: Sala de leitura – CEM XXXII, 2023.

A importância da leitura no ambiente escolar nos espaços da Sala de Leitura do CEM XXXII, vem ao contexto de Freire (1989, p. 14) para quem a questão da coerência entre a opção proclamada e a prática é uma das exigências que educadores críticos se fazem a si mesmos. “É que sabem muito bem que não é o discurso o que ajuíza a prática, mas a prática que ajuíza o discurso”. A prática, como descrito em Freire (1989), sugere pensar nos assuntos dos Temas transversais que são abordados pelo PCN, na abordagem de incentivo à leitura na

escola, que garantem demandas para a formação e o desenvolvimento do aluno. Assim como as atividades de incentivo à leitura do CEM XXXII, pautados nos acontecimentos e datas comemorativas, que significam abordagens inclusivas dentro da escola mediante o envolvimento dos alunos com a programação das atividades e ações.

Assim como, descrito pelo Colégio Academia (2020, online):

[...] a vida escolar tem início, a convivência social de uma criança amplia-se além do seio da família, e ela passa a ter as primeiras experiências de lidar com desconhecidos — professores e funcionários da escola, outras crianças e seus pais etc. É nessa fase que elas começarão a desenvolver suas habilidades sociais, a partir das conexões que realizarão no dia a dia.

Diante do exposto, a valorização das bibliotecas nas escolas com suas coleções de livros destinada a pesquisa e ao estudo e com o esforço dos professores que coordenam as ações de leitura, o Colégio Severino Cavalcante apresenta dinâmicas de incentivo de modo a melhorar o desenvolvimento educacional de seus estudantes, a linguística, o intelecto e as interações sociais no ambiente escolar, conforme mostra a imagem 13, atividades sobre a paz na escola e fora dela.

Imagem 12 – Atividade “Amor e gratidão” dentro e fora do colégio



Fonte: Relatório Sala de Leitura CEM XXXII, 2023.

A participação dos professores e suas interações com os alunos, permitem a boa convivência das relações sociais na escola. A segurança e o apoio pedagógico de mestres, coordenadores e direção são umas das práticas que muito foram observadas dentro da escola. O sentido de apoio e parceria com respeito e dedicação e a satisfação dos alunos são sentidas e

vistas no Colégio. Neste contexto, vale citar a frase de que a Escola existe porque os alunos existem, são os sujeitos de suas próprias histórias, perspectivas e esperanças. O acolhimento nesta escola representa a inclusão que poderia ser implantada em mais escolas públicas.

Momentos de interações e pesquisa na biblioteca que representam a inclusão social entre alunos e professores. Esta colaboração e dedicação dos professores em fornecer a informação que os alunos estavam necessitando para a pesquisa remetem a citar as cinco leis do matemático e bibliotecário, Ranganathan, qual é considerado pai da biblioteconomia devido as suas teorias e práticas de organização de acervo. E neste contexto, criou as cinco leis de uma biblioteca que diz: os livros são para serem usados, a cada leitor o seu livro, para cada livro, o seu leitor, poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento.

Sendo assim, o contexto de uma biblioteca remete a pensar as práticas para direcionar o aluno na pesquisa e no estudo, conforme foi presenciada nas práticas e dedicação dos professores da biblioteca do CEM XXXII. Observou-se que mesmo sem as práticas de biblioteconomia, havia nos professores a satisfação e o esforço para ajudar os alunos em suas pesquisas com os livros da biblioteca, como mostra a Imagem 13.

Imagem 13 – Professores coordenadores da Biblioteca do CEM XXXII



Fonte: Pesquisadora Kátia N. Medeiros, 2024.

Na última visita ao Colégio, foi mais para agradecer, pois no momento o prédio passava por reforma e alguns setores ainda estavam se organizando com a mudança provisória. E alguns documentos não estavam acessíveis no momento. Diante disso, alguns dados nesta dissertação foram interrompidos pela falta de acesso à informação. Contudo, a mediação da leitura como sinônimo de inclusão escolar, define como mais um papel mediador das

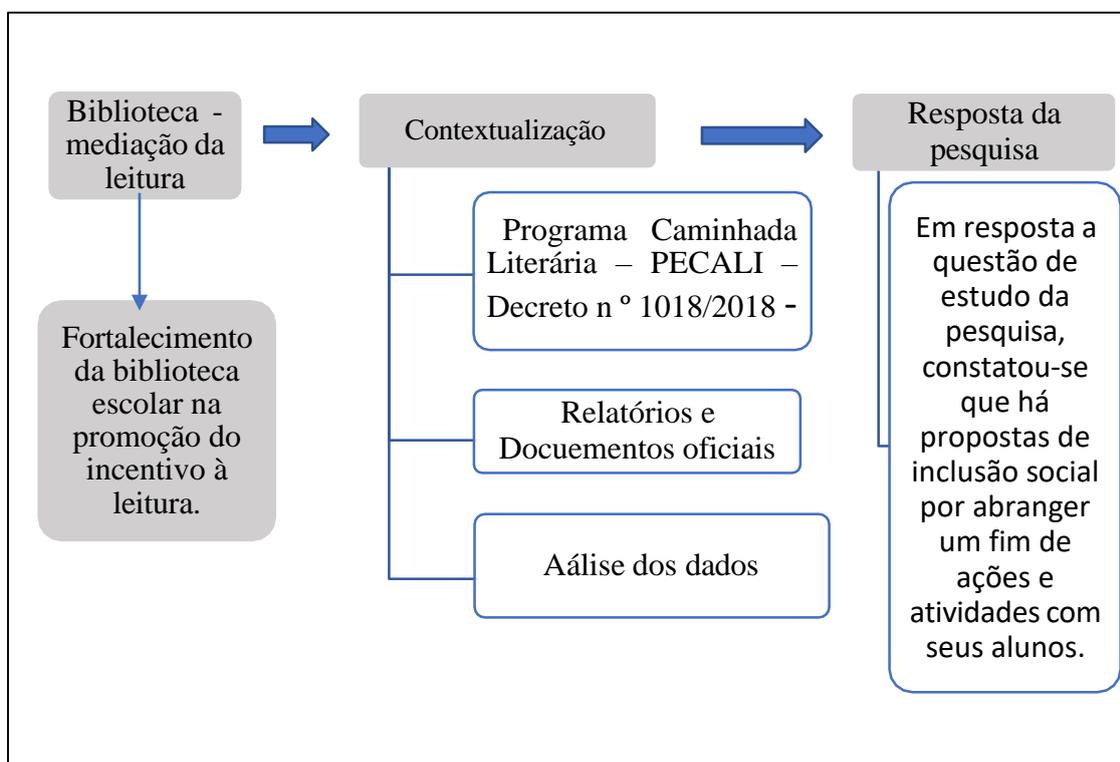
bibliotecas escolares como “equipamento cultural e obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo, com o propósito de democratizar o conhecimento, promover a leitura e a escrita, além de proporcionar lazer e suporte à comunidade” (Agência Senado, 2023).

5.1 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Visando trazer para o debate da análise da pesquisa, o texto sobre o histórico dos Colégios Militares no Brasil propõe contribuir para a análise dos resultados da pesquisa no Colégio Severino Cavalcante, com breve contexto das escolas militarizadas para se ter uma visão sobre o surgimento dos colégios militarizados que se transformaram em instituição com ensino e disciplina militar.

Ressaltando, que a ideia não é mostrar esta modalidade de ensino militar, e sim apenas, contextualizar a funcionalidade da escola com as suas abordagens lúdicas de ensino/aprendizado por meio da leitura, que são fomentadas nos espaços da biblioteca e da Sala de leitura sendo uma ferramenta a mais para o desenvolvimento do ensino dos alunos.

Imagem 14 – Organograma Percurso para a abordagem e análise dos resultados



Fonte: pesquisadora

5.2 PERCURSOS DAS ESCOLAS MILITARIZADA

Acerca disso, esse modelo de gestão militar da escola com atuação das corporações militares estaduais antecede a 1998. Desta maneira, a transferência de escolas públicas estaduais, que estavam em funcionamento, para a gestão da Polícia Militar (PM) é um fenômeno iniciado em Goiás, em 1998 (Alves; Toschi; Ferreira (2018). Entretanto, o surgimento das escolas militares no país é bem antigo. Surgiu através do Decreto Imperial nº 10.220 de 09 de março de 1889, ano da Proclamação da República do Brasil. Naquela época, as disciplinas ministradas de língua estrangeira eram o alemão e o inglês. Além das disciplinas de ciências exatas e humanas.

A cerca disso, segundo Portal CPMG (2023) a fundação das escolas militarizadas no caso em Goiás, sugiram mediante a Lei 8.125 de julho de 1976 que trata da Organização Básica da Polícia Militar de Goiás. E, depois de 23 anos foi ativado pela Portaria de nº 604 de 19 de novembro de 1998, com vaga para 440 alunos nas instituições Acadêmicas de Polícia Militar com apenas 6 salas de aula.

Na atualidade, muitos estados adotaram a perspectiva militarizada para escolas públicas por acreditarem que, segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2019):

O modelo de excelência vai abranger as áreas: didático-pedagógica: com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino aprendizagem preservando as atribuições exclusivas dos docentes; educacional: pretende fortalecer os valores humanos, éticos e morais bem como incentivar a formação integral como cidadão e promover a sensação de pertencimento no ambiente escolar; e administrativa: para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola e, conseqüentemente, a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar.

Neste contexto, de escolas militarizadas, as aulas no Colégio Severino Cavalcante são ministradas conforme estipuladas pelo Ministério da Educação e com uma gestão cívico-militar nos dois turnos, matutino atendendo aos alunos do 6º ao 9º ano e vespertino para atender aos alunos de todas as séries do Ensino Médio. A adesão ao programa de colégio militarizado foi voluntária, logo no lançamento, no dia 5 de setembro de 2020, o governo abriu prazo para as unidades de a Federação manifestar interesse — 15 estados e o Distrito Federal assim o fizeram. Depois, foi a vez dos municípios e mais de 600 cidades pediram para participar (Brasil, 2021).

5.3 HISTÓRICO DOS COLÉGIOS MILITARIZADOS EM BOA VISTA

Em Boa Vista – RR, a rede de ensino militarizado surgiu por meio do Decreto Governamental nº 24.851-E, de 05 de março de 2018 e baseia-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade oferecer ensino público gratuito e com qualidade, com a participação da família e da comunidade escolar (Roraima, 2018). Nestes critérios de ensino, o Colégio Severino Cavalcante torna-se militarizado em 2021, após consulta pública com professores, alunos, pais e responsáveis os quais, por unanimidade, optaram pela transformação em CEM XXXII. Esta decisão surgiu devido ao índice de furtos e uso de drogas nos arredores da escola e pela falta de disciplina de alguns alunos, que não respeitavam mais os professores, em sala de aula. Mediante a preocupação de insegurança, docentes e direção da escola decidiram convocar a comunidade escolar para uma consulta pública e expor os riscos e propor uma solução alternativa que viabilizasse a paz e a segurança.

Neste contexto, qualquer escola pública poderia requisitar o ensino militarizado. Assim como descrito no Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, parágrafo único, que informa sobre o Ministério da Educação em estabelecer parcerias com instituições civis e militares que apresentam experiências exitosas em educação (Brasil, 2019, p. 2). Portanto, visando à seguridade social, ao bem-estar e a uma educação de qualidade, surgem os colégios militarizados com intuito do acompanhamento e desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, visando à formação cívica e disciplinar, em atuação conjunta com a com a Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional. Como também, acompanhar as atividades dos alunos, orientando sua conduta para o efetivo desempenho de suas tarefas escolares.

Imagem 15 – Colégio Severino Cavalcante



Fonte: Kátia N. Medeiros – pesquisadora, 2024.

5.3 PROJETOS DE LEITURAS E AÇÕES DO COLÉGIO SEVERINO CAVALCANTE

As ações de leitura são um dos diferenciais do colégio que se intercalam com as ações do Projeto de lei do Governo do Estado de Roraima, denominado Programa Caminhada Literária (PECALI), e demais projetos que são fomentados pelos professores de Língua portuguesa, em parceria com a coordenação da Sala de Leitura, que propôs a *Leitura para Todos* que tem como objetivo estimular a prática de leitura em um ambiente propício na escola, com espaços e atividades estimulantes visando inserir os alunos nas práticas sociais da comunidade escolar.

Desse modo, distintas atividades que expõe a prática de leitura a fim de contribuir para a formação do aluno, são importantes em caso de não se sair bem em outras atividades, no entanto se for um bom leitor implica dizer que a escola contribuiu com o seu papel concludente de ensino e aprendizado.

Portanto, estas práticas de leitura de contação de história, Exposições literárias entre outras que acontecem no colégio Severino Cavalcante, surgiram devido à necessidade de levar ao cotidiano da escola, reflexões sobre a importância do ato de ler, com fins de estimular atitudes de respeito e cooperação recíproca as diferenças culturais e as sociais, implicam para necessidade de se ter no ambiente escolar boas práticas de convivência e respeito às diferenças sociais e culturais de cada aluno e garantia na qualidade do ensino básico (Duarte; Sousa, 2023a, 2023b).

A partir do panorama histórico das escolas militarizadas e da contextualização dos projetos de leitura no Colégio Severino Cavalcante, foi possível descrever as análises dos resultados da pesquisa qual de início solicitou-se da direção da escola, permissão para as visitas expondo os objetivos da pesquisa e de sua importância para o campo científico. Após a aceitação, o primeiro contato com os professores coordenadores pedagógicos que administram a Sala de Leitura e a Biblioteca, buscando informações para explicar a relevância do tema e sua importância de contribuição com as futuras pesquisas nesta área, que é necessária mostrar a importância da biblioteca e sala de leitura para contribuir por meio de um cervo diversificado, o desenvolvimento intelectual e do aprendizado dos alunos mediante suas pesquisas no acervo.

Após a coleta de algumas informações mediante os relatórios das atividades qual pode-se ter ideia de como eram produzidas e realizadas as ações de leitura. Outra visita foi realizada na escola, para se ter amplitude do grau de envolvimento dos alunos com as demais

atividades que aconteceram, suas respectivas satisfações e a participação com as ações de leitura propostas pela escola e pelo PECALI.

Foram realizados em torno de quatro encontros com os professores da Sala de leitura e com os da Biblioteca, que não se limitaram com as informações das ações lúdicas. No entanto, a pesquisa não se limitou apenas com os documentos da escola, buscou-se também informações, também em outros documentos, que permitisse uma análise minuciosa dos resultados. Como registro do Colégio Severino Cavalcante no Diário Oficial do Município de Boa Vista.

Já no quarto encontro da pesquisa, que seria para as entrevistas com os alunos e os professores que promovem e aplicam as atividades de leitura, aconteceu uns meandros tipo uma reforma no prédio do Colégio, qual interrompeu esse direcionamento, recorrendo a análise da pesquisa apenas nos documentos oficiais, como o Projeto do PECALI, os relatórios fornecidos pela escola Severino Cavalcante dos resultados das ações de leitura e por meio da análise por observações que a pesquisadora realizava na biblioteca e Sala de leitura.

Neste contexto, pode-se ter amplitude da funcionalidade das atividades, percebendo ainda durante as visitas que o acervo da Sala de leitura precisaria, não tinha livros literários bilíngues como o espanhol, francês e o inglês que pudesse contribuir com o desenvolvimento dos alunos que porventura estudam na escola, de outras nacionalidades, mediante a leitura de livros em suas respectivas línguas materna.

Portanto as categorias principais foram analisadas nos documentos, como Histórico, Relatório de resultados das atividades e no Projeto da Caminhada Literária – PECALI. E, para fins da análise, os coordenadores tanto da Biblioteca quanto da Sala de Leitura, direcionaram para algumas dificuldades, como a falta de apoio financeiro, assim como, melhoria no acervo, tanto de pesquisa quanto literário.

Percebeu-se após a coleta dos dados mediante a análise, que a Bibliotecas e a Sala de leitura por mais que tenham atividades distintas, há o esforço para a promoção do incentivo à leitura e a pesquisa. Assim como, estes ambientes são muito visitados pelos alunos, pois oferecem ações com objetivos de mediar, incentivar e promover a leitura, caracterizando assim um espaço de inclusão social.

No entanto, não se sabe se durante atividades lúdicas há a participação de alunos de outras nacionalidades envolvidos, como venezuelanos e guianenses que falam respectivamente, o espanhol, o francês e o inglês. Como também, alunos de outras etnias, qual é notório nas mediações da escola um abrigo de povos originários.

Importante enfatizar que a pesquisa teve que ser interrompida devido uma reforma para revitalização do prédio da escola, impossibilitando extrair mais informações sobre as atividades de leitura e a aplicação dos questionários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar a análise da pesquisa “Socialização da leitura e formas de inclusão no Colégio Estadual Severino Gonçalo Gomes Cavalcante”, percebe-se que o Programa Caminhada Literária - PECALI proporciona benefícios no que tange ao estímulo à leitura no espaço escolar. Para a hipótese, buscou-se uma análise dos resultados pautada na metodologia a partir do levantamento bibliográfico que abordassem conceitos de biblioteca escolar, incentivo à leitura e inclusão social. Para a abordagem sobre o Colégio Severino Cavalcante, a pesquisa se deu por meio de Históricos do colégio fornecido pela Coordenação Pedagógica e pelo Diário Oficial da Imprensa Oficial do Estado, qual relata data da fundação do colégio.

Para o desenvolvimento das atividades que se caracterizassem como de inclusão social via leitura, se deu por meio dos Relatórios dos resultados das atividades que foram fomentadas na da Sala de Leitura, qual se pode chegar a resposta para objetivo geral da pesquisa de descrever as ações de incentivo à leitura nos espaços das bibliotecas e Sala de Leitura da Escola Estadual Pública Professor Severino Gonçalo Gomes Cavalcante na perspectiva de espaço para abordagens de inclusão social, se apoiando nos objetivos específicos de identificar as atividades de incentivo à leitura do Programa PECALI no contexto da Escola Severino Cavalcante como atividade extracurricular na socialização do ensino e da aprendizagem, de contextualizar o papel da biblioteca na escola para apoiar as práticas pedagógicas extracurriculares que estimulam ensino/aprendizado dos alunos, como também, de mostrar as ações de leitura do PECALI e sua função nas escolas públicas para levar a leitura.

Para chegar aos resultados da pesquisa, caracterizando os espaços da biblioteca e/ou Sala de leitura para inclusão social dos alunos, observou que apesar das relações distintas e separadas, tanto coordenação como de serviços, determinam suas funções sociais por abranger um fim de ações e atividades com seus alunos.

Estas abordagens inclusivas conforme descritas nos Relatórios de resultados da Sala de leitura do CEM XXXII (Duarte; Sousa, 2023a, 2023b), colaboram para a integração do estudante. E, em resposta à definição da questão de estudo da pesquisa, contatou-se que há propostas de inclusão social facilitadoras, podem ainda ser melhoradas com literaturas de

outras línguas, como o inglês e o espanhol para atender à necessidade de leitura de alunos de outras nacionalidades, que são percebidos nas escolas públicas de Boa Vista, devido à peculiaridade de fronteira entre dois países Venezuela e Guiana.

Por outro lado, na perspectiva de inclusão social, o Colégio Severino Cavalcante realiza sua função social por meio das propostas de leitura como as de datas comemorativas, Correio elegante, Concurso de poesias com exposição dos trabalhos escritos dos alunos e a Leitura literária do acervo da Caixa literária promovidas pelo PECALI. Além de outras atividades fomentadas pelos professores da própria escola para as interações pedagógicas com as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, de forma coletiva e participativa. Portanto, aspirações de eventos organizados por meio de exposições e participações dos alunos representam uma forma de inclusão social na escola. Pois as dinâmicas de leitura como estas do Colégio Severino Cavalcante contribuem para formação pessoal, intelectual, profissional e social do estudante.

Quanto às críticas, mediante a pesquisa, a educação básica pública no Brasil, necessita ainda avançar, com mais políticas públicas de educação que assegure o aluno a se manter na escola até a conclusão do Ensino Médio. Além de mais políticas públicas para formação de professores e salário digno e de também profissionais da área de biblioteconomia para atuarem nestes espaços de disseminação da informação (bibliotecas) e salas de leituras, visto que, em Roraima, nas escolas públicas estaduais os servidores responsáveis por bibliotecas e salas de leitura são, em sua maioria, professores em vias de aposentadoria. Além disso, a colaboração e o acompanhamento da família, na vida escolar da criança e do adolescente são fundamentais e importantes para se alcançar o desenvolvimento do aprendiz, pois a família é a base para o fortalecimento do ensino.

REFERÊNCIAS

ABC. **Cecília Meireles**. Portal ABC. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/infantil/vocesabia/2014/12/quem-foi-cecilia-meireles>. Acesso em: 27 dez. 2022.

AGÊNCIA SENADO. Plenário vota projeto de universalização de bibliotecas escolares até 2028. **Senado Notícias**, 11 set. 2023. Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/11/plenario-aprecia-projeto-que-preve-universalizacao-de-bibliotecasescolares-ate-2028>. Acesso em: 14 set. 2023.

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

ALVARENGA NETO, R. C. D.; BARBOSA, R. R. Inteligência competitiva como função da gestão do conhecimento: gerentes como usuários de informação. **REUNA - Revista de Economia da UNA**, v.8, n.03, p.9-32, jul./set. 2003. ISSN: 1518-3025.

ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa S. R. Os colégios militares em Goiás: processo de expansão e diferenciação da rede estadual. **Retratos da Escola**. Brasília, v.12, n.23, p.271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/865>. Acesso em: 26 ago. 2023.

ANTUNES, Katiúscia C. Vargas. Uma leitura crítica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da inclusão. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 14, n. 28, p. 188-203, jul.-dez./2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2499-Texto%20do%20artigo-7557-1-10-20161108.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2023.

APERAM SOUTH AMERICA. **Dicionário da diversidade A a Z**. Disponível em: <https://brasil.aperam.com/wp-content/uploads/2021/10/Dicionario-da-DiversidadeAperam.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2023.

ARNAIZ-SÁNCHEZ, P. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**. Secretaria da Educação Especial. Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-18, 14 out. 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA -AMRR. **História cidade de Boa Vista**. Disponível em: <https://amrr.org.br/boa-vista-rr/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

AZAMBUJA, Isabella Kessler de. **A mediação de leitura na perspectiva da inclusão social na Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães (BPMJG)**, 2017. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/14641/2/A_mediacao_de_leitura_na_perspectiva_da_inclusao_social_na_Biblioteca_Publica_Municipal_Josue_Guimaraes_BPMJG.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola**: o que é como se faz. 14. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O Poder das Bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Tradução de Marcela Mortara. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BATISTA, Pollyana da Silva. **Biblioteca escolar em Brasil: estudo de vários aspectos**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: Entrevista A Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BESSA, Amanda de Queiroz. **Interação entre bibliotecárias e professores de escolas públicas estaduais em Manaus, Amazonas, na biblioteca escolar**. Florianópolis, 2011. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Mestrado em ciência da Informação. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_f219f6c87b8519eec737bf6a66f6fab7. Acesso em: 12 nov. 2023.

BITTENCOURT, André Sales Luiz. **Gestão por competência**. Pós-graduação Lato Sensu. Universidade Candido Mendes. Niterói. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/N203237.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

BLASTINGNEWS. A poetisa que criou a primeira biblioteca infantil no Brasil. **Revista digital blastingnews**. 2023. Disponível em: <https://br.blastingnews.com/cultura/2015/01/apoetisa-que-criou-a-primeira-biblioteca-infantil-no-brasil-00245595.html>. Acesso em: 07 jan. 2023.

BOA VISTA-RR. **Lei Municipal 483, de 09 de dezembro de 1999**. Disponível em: https://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/1999/14369/lei_no_483_de_09_de_Dezembro_de_1999.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. **Lei Municipal 845, de 23 de março de 2006**. Disponível em: https://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/1949/lei_no_845_de_23_de_marco_de_2006.pdf. Acesso em 15 ago. 2023.

_____. **Proposta Curricular Municipal: Ensino Fundamental dos anos iniciais**. Prefeitura Municipal de Boa Vista: Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

BORBA, Vinícius Silveira. A adequação linguística como instrumento de inclusão na educação de jovens e adultos. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, e7259109227, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/9227-Article-126812-1-10-20201016.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; MACHADO, Veruska Ribeiro; CASTANHEIRA, Salete Flôres. **Formação do professor como agente letrado**. São Paulo: Contexto, 2010.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394/96: comentada e interpretada, artigo por artigo**. 2.ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

BRANDÃO, Hugo Pena; BAHRY, Carla Patricia. Gestão por competências: métodos e técnicas para mapeamento de competências. **Revista Do Serviço Público**, 56(2), p. 179-194. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/224>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRANDÃO, Hugo Pena; GUIMARÃES, Tomás de Aquino; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo. Competências profissionais relevantes à qualidade no atendimento bancário. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 6, p. 61-81, nov./dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/C3ZbzVBfq8LLhpSppQ4BYbH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL; ARGENTINA. **Programa Escolas Bilíngues de Fronteiras**. Brasília, Ministério da Educação; Argentina, Ministério de Educación, Ciencia y Tecnología, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-fronteira/escola-de-fronteira>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério de Educação-MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_site.pdf. Acesso: 10 ago. 2024.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei 620/2020**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2238980>. Acesso em: 13 mai. 2023.

_____. **Coletas de dados: censo escolar da educação básica – 2023a**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/censo-escolar?start=20>. Acesso em: 11 jul. 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 498p.

_____. **Decreto Nº 290, de 29 de março de 1890**: Instituição dos Colégios Militares. Brasília: Presidência da República, 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/18511899/D290.htm#imprensa. Acesso em: 09 abr. 2024.

_____. Decreto Nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União**. Imprensa Nacional. 02 jan. 2019, Edição: 1-B, Seção: 1 - Extra, p. 6. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensinomilitar.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2023.

_____. **Direitos humanos: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão social**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003. 4v.:il.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, 2013. Brasília: MEC, SEB, DICES, 2013.

_____. **Escolas particulares também poderão avaliar desempenho de estudantes por meio do Saeb**. Brasília: MEC/SEF, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/saeb>. Acesso: 12 dez. 2023.

_____. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Social. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

_____. **Ética e cidadania:** construindo na escola e na sociedade. Brasília: MEC, 2004. Módulo 4. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002921.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____. **Governo Federal lança estratégia Nacional de escolas conectadas para levar internet a mais de 138 mil instituições até 2026.** Ministério das Comunicações, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2023/setembro/governo-federal-lanca-estrategianacional-de-escolas-conectadas-para-levar-internet-a-138-3-mil-instituicoes-ate-2026>. Acesso em: 19 dez. 2023.

_____. **Inclusão social:** construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003b. 3v.:il.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 14 jun. 2023.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/ipl>. Acesso em: 14 jul. 2023.

_____. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 9 ago. 2024.

_____. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Brasília: Presidência da República. 2023e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14533.htm. Acesso em: 11 jul. 2023.

_____. **Lei Nº 14.837, de 8 de abril de 2024.** Diário Oficial da União. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.837-de-8-de-abril-de-2024-552783113>. Acesso: 10 jul. 2024.

_____. **MEC lança programa “Conta pra mim” para incentivar a leitura para crianças no ambiente familiar.** MEC: Brasília, 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/buscageral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/83281-mec-lanca-programa-contapra-mim-para-incentivar-a-leitura-de-criancas-no-ambiente-familiar>. Acesso em: 12 dez. 2023.

_____. **MEC e Inep divulgam resultados da 1ª etapa do Censo Escolar 2022.** Brasília, MEC, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgamresultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022#:~:text=Ao%20todo%2C%20foram%20registrados%2047,incremento%20de%201%2C5%25>). Acesso 10 dez. 2023.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

_____. **Nota Informativa do Ideb 2021.** Brasília: IDEP, 2023d. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais:** terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Pisa 2022 avaliou mais de 80% dos participantes da amostra.** 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/acoes-internacionais/pisa-2022-avaliou-maisde-80-dos-participantes-da-amostra>. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. **Prioridade da E-Digital:** inclusão digital, Banda larga. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/ptbr/prioridades-da-e-digital>. Acesso em: 17 dez. 2023.

_____. **Promulgada isenção de gastos obrigatórios com Educação durante a pandemia.** Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/04/27/promulgada-isencao-de-gastos-obrigatorios-com-educacao-durante-a-pandemia#:~:text=A%20compensa%C3%A7%C3%A3o%20financeira%20dos%20recursos,do%20exerc%C3%ADcio%20financeiro%20de%202023>. Acesso em: 11 jan.2023.

_____. **Resultado do Pisa é tragédia para o futuro dos jovens brasileiros.** 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=42741>. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. **Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC, 2020.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civico-militares#:~:text=Or%C3%A7amento%20%E2%80%93%20MEC%20tem%20o,R%24%201%20milh%C3%A3o%20por%20escola>. Acesso em: 11 abri. 2024.

CALDERANO, Maria de Assunção; PEREIRA, Margareth Conceição; MARQUES, Gláucia Fabri Carneiro (Org.). A gestão dos murais das escolas: expressão de uma prática. In: BARBACOV, Lecir Jacinto; OLIVEIRA, Flávia Dornelas. **Campos e vertentes:** formação, trabalho docente e avaliação sistêmica. Juiz de Fora, 2010.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlances e desenlaces. **Ciênc. educ.** (Bauru) 23 (1), Jan-Mar 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAMPELLO, Bernadete et al. Pesquisa sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte.: reserarche on Scholl libraary in Brazil: state of the art. **Encontro Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v.18, n. 37, p.123-156, maio/ago., 2013.

CEGALLA, Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48. Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

CPMG. **História dos colégios militar.** Portal CPMG. Disponível em: <https://www.portalcpmg.com.br/historico/>. Acesso em: 26 ago. 2023.

COLÉGIO ACADEMIA. **Qual a importância da convivência social para o desenvolvimento da criança?** Disponível em: <https://blog.academia.com.br/convivenciasocial/>. Acesso em: 07 set. 202.

COLÉGIO SEVERINO G. CAVALCANTE. **Projeto leitura para todos**. Boa Vista, RR. 2023

COLOMER, Tereza. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007.

CÔRTE Adelaide Ramos; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

COSTA, Niamey Granben Brandão. A interação aluno-aluno no processo ensinoaprendizagem. In: VALE, Maria Helena de Freitas; FEITOSA, Maria de Belém Rolla Vilas Bôas (Org.). **O desafio da pesquisa na educação básica**. Belém: EFS, 2001, p. 45-74.

COSTA, Marta Morais. **Leitura e formação de leitores**. Curitiba: Ayamará, 2010.

COUTO, Maria Emília; TAVARES, SANTOS, Elisabeth dos; COSTA, Michel da. Financiamento da Educação Básica no Brasil: desconstrução e reconstrução político histórica. **Revista Educação e Políticas em Debate** –v. 10, n. 1, p. 172-187, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/57746/31142>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CRELIER, Cristiane. Necessidade e desinteresse são principais motivos para abandono escolar. **Agência IBGE Notícias**. Estatística social. 15 jul. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-edesinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Acesso em: 28 jun. 2023.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

DIAS, Bruna de Lima; MARQUES, Noemi Costa. **Biblioterapia: instrumento de inclusão social no contexto da biblioteca pública**, 2021. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/store/file_source/FESPSP/Documentos/Manais/NoemiCostaMarques.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

DUARTE, Lêda da Silva; SOUSA, Ozilene Pereira. **Relatório 1º bimestral da Sala de leitura**. Boa Vista, RR: CEM XXXII Prof. Severino Gonçalo Gomes Cavalcante. Projeto de Leitura para todos, 2023a (Não publicado).

DUARTE, Lêda da Silva; SOUSA, Ozilene Pereira. **Relatório 2º bimestral da Sala de leitura**. Boa Vista, RR: CEM XXXII Prof. Severino Gonçalo Gomes Cavalcante. Projeto de Leitura para todos, 2023b (Não publicado).

IDOETA, Paula Adamo. **O que é avaliado na prova do Pisa, exame de educação no qual o Brasil tem dificuldade de avançar**. BBC New Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50606793>. Acesso em: 15 ago. 2024.

IFLA - FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. Tradução Neusa Dias de Macedo. São Paulo: IFLA, 2005. Disponível em: http://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt_br.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Gestão por competência**. Brasília, DF: Diretoria de Educação continuada, 2019. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6493/2/M%C3%B3dulo%20-%20Conceitos%20e%20defini%C3%A7%C3%B5es%20e%20tipologias%20de%20compet%C3%A2ncias.p df>. Acesso em: 28 dez. 2022.

ESCOLA DA INTELIGENCIA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL. Qual a importância da contação de histórias na educação infantil? Disponível em: <https://escoladainteligencia.com.br/blog/contacao-de-historias-na-educacao-infantil/>. Acesso em 01 fev. 2023.

ESPINOSA, Istaél de Lima. Uma breve análise das motivações no ensino de ciências naturais na perspectiva do currículo, da aprendizagem e do desenvolvimento humano. **Revista multidisciplinar**, v. 1, n.1, out. 2018. Disponível em: <https://show.scientificsociety.net/2020/11/uma-breve-analise-das-motivacoes-no-ensino-de-ciencias-naturais-naperspectiva-do-curriculo-da-aprendizagem-e-do-desenvolvimento-humano/>. Acesso em: 29 jul. 2023.

FARIAS, Iara Rosa; SANTOS, Antônio Fernando; SILVA, Érica Bastos da. Cultura escolar e inclusão: Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar. In: DÍAZ, F., *et al.*, (Orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 39-48.

FERREIRA, Carla Albilene de Souza e SOUSA, Wilma Pastor de Andrade. A literatura na educação bilíngue para surdos: um estudo de caso. **Revista Ecos** vol.24, Ano 15, nº 01, 2018.

FONTES, Tatiane Ramos da Silva. **Relações entre a estrutura física escolar e as aulas de Educação Física na educação infantil: uma revisão da literatura**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/23154>. Acesso em: 05 maç. 2024.

FRANCO, Marcos Antonio Melo; SILVA, Marcilene Magalhães da; TORISU, Edmilson Minoru. **Inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica no contexto do ensino superior: o que dizem os gestores**. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13020/8628>. Acesso em 25 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 29.ed. São Paulo: Cortez Editora, 1994. 13 v. (Coleção Questões da nona época).

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. 4 v. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

_____. **Educação e mudança**. 22.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1998.

_____. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 13.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>. Acesso em 27 nov. 2022.

FLORIAN, L. (1998). Inclusive practice: what, why and how? In C. Tilstone, L. Florian, & R. Rose (Eds.). **Promoting inclusive practice** (pp. 13-26). London: Routledge, 1998.

GARCEZ, Eliana Fioravante; CARPES, Gyance. Gestão da informação na biblioteca escolar. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 11, n.1, p.53-73, jan./jul., 2006.

GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de (Org.). **Plano Nacional de educação: construção e perspectivas**. Brasília: Câmara do Deputados, 2015.

GOMES, Victor; CAETANO, Andressa Mafezoni. **Educação e inclusão**. Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

GOMES, Jonas. O papel da leitura e das bibliotecas na era digital. **Jornal Do Comércio**. Manaus, Am. 14 jun. 2023. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/artigos/o-papel-daleitura-e-das-bibliotecas-na-era-digital/>. Acesso em: 22 dez. 2023.

GRASS, Thiago Soares Valentim. Biblioteca escolar e ação docente na construção leitora da criança. **Revista Científica Cognitionis**. v. 3 N° 1 (2020): Semestre 1 - 2020. Disponível em: <https://revista.cognitioniss.org/index.php/cogn/article/view/57>. Acesso em: 11 mar. 2024.

GLAT Rosana; NOGUEIRA, Mario Lucio de Lima. **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. Disponível em: https://www.educmunicipal.indaiatuba.sp.gov.br/shared/upload/z_outros/files/material_curs_o/monitores/tema_5/educacao.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.

GUILLEN, Cássia Helena; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A alfabetização nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): o que mudou de 1997 a 2017. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 101, n. 259, p. 567-582, set./dez. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbeped/a/XSv_gx77_6nk_cL_TB7bfd5mGJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 out. 2023.

GUIMARÃES NETO, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Arcanjo de. **Educar pela sociologia: contribuições para a formação do cidadão**. Editora RHJ: São Paulo, 2012.

GUSMÃO, Fábio Alexandre Ferreira; MARTINS, Tânia Gonçalves; LUNA, Sérgio Vasconcellos de. Inclusão escolar como uma prática cultural: uma análise baseada no conceito de meta contingência. **Periódico Eletrônico em Psicologia da Educação**. São Paulo, 32, 1º sem. de 2011, pp. 69-87. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n32/n32a05.pdf>. Acesso em: 22 dez.2023.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HISTÓRIA DO MUNDO. **Biblioteca de Alexandria**, 2024. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/a-biblioteca.htm>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HOBBSAWN, Eric. **A invenção das tradições**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

HOTCOURSESBRASIL. **Quais países investem mais em educação.** Disponível em: <https://www.hotcourses.com.br/study-abroad-info/city-focus/quais-paises-investem-maisemeducacao/#:~:text=1.,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20art%C3%ADstica%20e%20musical>. Acesso em: 27 jul. 2023.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr/boa-vista.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

_____. **Colégio Militar:** Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=439820>. Acesso em: 10 abr. 2024.

_____. **Estado de Roraima,** 2010. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=rr. Acesso em: 9 nov. 2023.

_____. **Guia das bibliotecas brasileiras.** Instituto Nacional Do Livro – In Rio De Janeiro-1979. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=281474&view=detalhes>. Acesso em: 10 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA – INEP. **Censo escolar – 2020 a 2021.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censoescolar/divulgados-dados-sobre-impacto-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em: 27 dez. 2022.

INSTITUTO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - IDEP. **Nota Informativa Do Ideb 2021.** Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO-IPL. **Retrato da leitura.** 5.ed. 2020. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>. Acesso em: 18 dez. 2023.

INSTITUTO UNIBANCO, 2023. **O desafio da intersetorialidade na educação.** Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/artigo-205-episodio-4-o-desafio-da-intersetorialidade-na-educacao/>. Acesso em: 05 abri. 2022.

JORNAL DA USP. **Brasil é o terceiro pior entre os 42 países, segundo relatório da OCDE sobre educação.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/relatorio-da-ocde-mostra-que-brasil-e-o-terceiro-pior-entre-42-paises/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

KIESER, Herta; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. **Biblioteca escolar:** espaço de interação entre bibliotecário-professor-aluno-informação – um relato. Disponível em https://www.geocities.ws/biblioestudantes/texto_28.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

KRECH, David; CRUTCHFIELD, Richerd S.; BALLACHEY, Egerton L. **O indivíduo na sociedade:** um manual de psicologia social. São Paulo: Livraria Pioneira, 1975. 2v.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. Tradução de Bernadete Santos Campello et al. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem**. Tradução de Bernadete Santos Campello et al. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: uni conceito antropológico. 14. ed. — Rio de Janeiro: Jorge “Zahar”, 2001.

MATOS, Marcelo da Cunha. **A Organização espacial escolar e as aulas de Educação Física**. Monografia (em Educação Física) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/a-organizacao-espacial-escolar-sua-influencia-nas-aulaseducacao-fisica/>. Acesso em: 05 abri. 2024.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bxzbkp57YmNzqQQvhMjd4Xp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MACÁRIO, Daniella Bueno de Andrade. As relações sociais no espaço escolar. **Portal dos psicólogos**. 2008. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0109.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003

_____. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4.ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosangela Gavioli. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MATOS, Marcelo da Cunha. **A Organização espacial escolar e as aulas de Educação Física**. IX EnFEFE - Encontro Fluminense de Educação Física Escola. Rio de Janeiro, 2005. Monografia (em Educação Física) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cev.org.br/biblioteca/a-organizacao-espacial-escolar-sua-influencia-nas-aulaseducacao-fisica/>. Acesso em: 05 abri. 2024.

MATONE, Ricardo Rorrêa; TODOROV, JOÃO CLAUDIO. O desenvolvimento do conceito de metacontingência. **Revista brasileira de análise do comportamento**, 2007, v. 3, n. 2, 181-190. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/830-3458-1-PB.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

MATTOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 44, p. 217-233, abr./jun. 2012. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/bxzbkp57YmNzqQQvhMjd4Xp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MENEGAT, Jardelino; SARMENTO, Dirleia Fanfa; RANGEL, Mary. O direito à educação de qualidade e suas decorrências para a gestão escolar. **RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp.1, p. 105-136, mar., 2018.

MILTON, John. Monteiro Lobato And Translation: um país se faz com homens e livros. **D.E.L.T.A.**, 19: Especial, 2002 (117-132). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/PjwjpcJsPVFWjrdF4W7C94v/?format=pdf&lang=em>. Acesso em: 07 fev. 2024.

MONTEIRO, Mara M. **Leitura e escrita: uma análise dos problemas de aprendizagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MORAES, Alessandra Márcia Bueno Soares; TELES, Fábio Luis. Gestão de biblioteca na universidade: desafios para o gestor. **Revista Científica do Centro de Ensino Superior Almeida Rodrigues - ANO I - Edição I** – janeiro de 2013. Disponível em: <https://faculdefar.edu.br/arquivos/revista-publicacao/files-9-0.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2022.

MOREIRA, Marco Antonio. **Pesquisa em Ensino: aspectos metodológicos**, 2003. Disponível em: <http://moreira.if.ufrgs.br/pesquisaemensino.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gg3SdLpVLM8bJ7bJ84cD8zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2023.

MYER JR., Victor. Considerações sobre o planejamento estratégico na universidade. In: FINGER, Almeri (Org.). **Universidade: organização, planejamento e gestão**. Florianópolis: OEA/UFSC, 1988.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; VIEIRA, Martha Lourenço. **Práticas de leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

NASCIMENTO, Lorayne Kelly da Silva; CARVALHO, Luciana Moreira de. **Ação cultural na Biblioteca Escolar Visconde de Sabugosa do Nei-UFRN: práticas de incentivo à leitura e desenvolvimento sociocultural**. Disponível: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/55529/1/AcaoCulturalBiblioteca_Carvalho_2017.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.

NUNES, Martha Suzana Cabral; SANTOS, Flaviana de Oliveira. **Mediação da leitura na biblioteca escolar: práticas e fazeres na formação de leitores**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/d8qjXtVvK3FzRTXJfRg7Pd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Capital social. In: CAVALCANTE, Leonardo *et. al.* (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. 740 p.

OLIVEIRA, Felipe. Analfabetismo no Brasil. **Educa mais Brasil**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/analfabetismo-no-brasil>. Acesso em: 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à sociologia**. 19.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

OLIVEIRA, Renata Alves. **Programas Escolas bilíngues de fronteiras**: das generalizações dos documentos às especificidades das fronteiras entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu. Universidade Federal de São Carlos. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5738>. Acesso em: 11 mar. 2024.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ARAUJO, Gilda Cardoso. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo o direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 No 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/t64xS8jD8pz6yNFQNCk4n7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OCDE. **Field Trial Sampling Guidelines**: first meeting for the pisa 2018 NPM Meeting. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/pisaproducts/SAMPLING-IN-PISA.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PARANÁ. **Com educação inclusiva, Paraná aposta em programas de capacitação de professores**. Secretaria de Educação, 2024. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Com-educacao-inclusiva-Parana-aposta-em-programas-de-capitacao-de-professores#:~:text=A%20Secretaria%20de%20Estado%20da,defici%C3%A2ncias%20e%20transtornos%20globais%20de%20desenvolvimento%20>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PIAGET, Jean. **A psicologia da inteligência**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. ISBN 978-85-326-4680-4 – Edição Digital. Petrópolis, RJ: VOZES, 2013.

PIMENTA, Jussara Santos. **“Pavilhão Mourisco”**: biblioteca e educação em Cecília Meireles. 2001. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02_01.pdf. Acesso em: 07 jan. 2023.

PINHEIRO, Joaquim António. **A Biblioteca Escolar no Contexto da Escola Inclusiva**. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Aberta, 2014. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/3495/1/TMGIBE_AntonioPinheiro.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

PINHEIRO, Taynara Passos. **Arte indígena**: uma perspectiva de ensino para alunos SateréMawé na escola Municipal “Mércia Cardoso Coimbra”, 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Docência em arte). Universidade Estadual do Amazonas - UEA.

PONTES, Fernanda Rodrigues; CARVALHO, Frank Viana. O processo de inclusão social através do acesso à leitura. **Revista Scientia Vitae**, São Paul, v.7, n.23, jan/mar 2019. Disponível em: <http://www.revistaifpsr.com/v7n23p1-17.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

PORTO-GONÇALVES Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 03 nov. 2023.

RÁDIO SENADO. **Relatório aprovado mostra baixa execução para qualificar educação básica**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2023/12/ce->

relatorioaprovado-mostra-baixa-execucao-para-qualificar-educacao-basica. Acesso em: 27 dez. 2023.

RECHICO, Cinara Franco (Org.). **A educação e a inclusão na contemporaneidade**. Boa Vista, RR: Editora da UFRR, 2008.

RODRIGUES, Hellen Cris de Almeida; VASCONCELOS, Emanuella, Silveira. Literatura infantil, brincadeira e os conceitos científicos em uma classe de educação infantil no município de Boa Vista-RR. **Revista Leia Escola** 22 (2), p. 188-202, 2022. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/Leia/article/view/2295>. Acesso em 17 fev. 2023.

RORAIMA. **Decreto nº 1018/2018**: Programa Estadual Caminhada Literária – PECALI. Boa Vista, Roraima. 2022.

_____. Decreto nº 24.851-E, de 05 de março de 2018. Dispõe sobre a criação da Rede de Colégios Estaduais Militarizados de Roraima e dá outras providências. **Diário Oficial Estado de Roraima**, Edição Nº. 3191. Boa Vista, 05 de março de 2018. Disponível em: https://www.imprensaoficial.rr.gov.br/app/_edicoes/2018/03/doe-20180305.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.

_____. Decreto nº 4.049 de 10 outubro de 2000. **Diário Oficial do Estado de Roraima**. Boa Vista - RR, 2023.

_____. **Expondo e encantando: estudantes da rede estadual apresentam projetos em programa de leitura**. Disponível em: <https://www.rr.gov.br/noticias/item/6979-expondo-e-encantando-estudantes-da-rede-estadual-apresentam-projetos-em-programa-deliteratura#:~:text=O%20programa%20Estadual%20Caminhada%20Liter%C3%A1ria,da%20rede%20estadual%20de%20ensino>. Acesso em: 25 ago. 2023.

_____. **Portaria Nº 225/SEED/GAB**, de 10 de maio de 2023, que institui o Programa Caminhada Literária – PECALI

ROSA, Sanny S. da. **Brincar, conhecer, ensinar**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época), 68 v.

SALA, Fabiana; MILITÃO, Silvio César Nunes. Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: análise da materialização em anhumas. **Revista Teias** v. 21, n. 62, jul./set. São Paulo. 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v21n62/1518-5370-tei-21-620421.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.

SANTIAGO, Isaque. BV tem 56 bairro, alguns desconhecidos. **FolhaBV** 13 jan. 2016. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/bv-tem-56-bairros-alguns-desconhecidos/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

SANTOS, José Luis dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção primeiros passos. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767487/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20Cultura%20%20%20Jose%20Luiz%20dos%20Santos.pdf. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, Marília Barbosa. Contribuições da Agenda 21 escolar à participação social. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.11, p. 109726-109745 nov. 2021.

SANTOS, Arlete Ramos; OLIVEIRA, Julia Maria da silva; COELHO, Livia Andrade. **Educação e sua diversidade**, 2017. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/8t823/pdf/santos-9788574554891.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

SANTOS, Marcio Antonio Raiol dos. **Transdisciplinaridade e educação: fundamentos de complexidade e à docência/deiscência**. Belém – PA: Editora Açai, 2012.

SÃO PAULO. **Lei Municipal nº 3.853 de 18 de março de 1950**. Dispõe sobre instalação de bibliotecas infantis em diversos distritos e subdistritos da capital. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 1950. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-3853-de-18-de-marco-de-1950/detalhe>. Acesso em: 10 ago. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi **Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. São Paulo: PRODEF, 1997.

SCHIRMANN Jeisy Keli et al. Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget. VI **Congresso Nacional de Educação**. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID4743_27092_019225_225.pdf. Acesso em 27 jul. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Mortz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEED. **Ofício nº 5188/2022/ SEED/GAB**. Boa Vista, 2022.

SEBASITÁN-HEREDERO, Eladio e ANACHE, Alexandra Ayach. A percepção docente sobre conceitos, políticas e práticas inclusivas: um estudo de caso no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 1, p. 1018-1037, maio 2020.

SENA, AILTON. Relações sociais. **Educa mais Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.educa maisbrasil.com.br/enem/sociologia/relacoes-sociais>. Acesso em: 03 nov. 2023.

SILVA, Daniele Maria da. **A contribuição das bibliotecas escolares nas instituições de ensino bilíngue: um estudo de caso na escola bilíngue alemã**, 2014. Disponível em: <<http://www2.unirio.br/unirio/cchs/eb/TCCDanieleMariadaSilva20.06revisado.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, Ezequiel T. da. **O professor e o combate à alienação impostam**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB**, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 11 fev. 2024

SILVA, Vandrê Gomes. **Por um sentido público da qualidade da educação**. São Paulo: Faculdade de Educação da universidade de São Paulo, 2008. Tese de doutorado. Disponível

em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29012009164507/publico/Vandre_Gomes_da_Silva.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época), 45 v.

_____. **O professor e o combate à alienação impostam**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões da nossa época), 57 v.

SOARES, Douglas Verbicario. A condenação histórica da orientação sexual homossexual – as origens da discriminação à diversidade sexual humana: violações aos direitos sexuais – reflexos do Brasil Colônia ao Século XXI. HENDU-Revista Latino Americana de Direitos Humanos. v. 7, n. 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/hendu/article/view/6003>. Acesso em: 10 ago. 2024,

SOLÉ, Isabel. **Estratégia de leitura**. 6.ed. São Paulo: Artmed, 1998.

SOUZA, Bárbara Assis de. **Biblioteca pública e inclusão social: práticas de ação cultural**, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/24447/BARBARA%20A.%20SOUZA%20%282017%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mai. 2023.

SOUZA, Janaína Moreira P. de; SENNA, Luiz Antonio Gomes. desafios para inclusão de imigrantes em escolas de regiões fronteiriças. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.30, p. 5568, jul./dez. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Renata Junqueira de (Org.). Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. In.: Aparecida Paiva. **A trama do acervo: a literatura escolar e pela via do Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009, p.137-155.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

STOCKER, Claudia Teresinha. **Os caminhos da leitura na aquisição do conhecimento**. Nova Friburgo, RJ: Intexto, 2011.

TANNURE, Lúcio Alves et.al. **A biblioteca escolar**. Conselho Federal de Biblioteconomia·CFB. Brasília – DF, 2023. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Desktop/REFERENCIAS%20-%20DISEERTA%C3%87%C3%83O/CRB%20Federa1%20-%20artigo%202023.pdf>. Acesso em: 23 març. 2023

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Editora Cortez, 1996. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_ tesouro_ descobrir.pdf. Acesso em: 09 nov. 2023.

UNISINOS. Por que o brasileiro lê tão pouco? **Notícias Unisinos**, 11 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.unisinos.br/noticias/por-que-o-brasileiro-le-tao->

WACHOWICZ, Tereza Cristina. **Análise linguística nos gêneros textuais**: Ensino Médio regular, Língua portuguesa. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.